

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ÉTNICOS E AFRICANOS

Qual é sua raça ou grupo étnico?

Censos, classificações raciais e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil

Dissertação apresentada por Juan Pablo Estupiñán Bejarano como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia sob orientação do Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos.

Salvador, julho de 2010

Qual é sua raça ou grupo étnico? Censos, classificações raciais e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil

Resumo

A dissertação analisa aspectos relacionados com as dinâmicas sócio-políticas das populações negras durante os anos 1990, a partir do reconhecimento oficial do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. A aproximação analítica se realiza a partir do estudo dos censos e as classificações raciais, entendendo que estas informam o modo como foi pensado e desenvolvido o multiculturalismo em ambos os países, bem como sobre os processos de construção de identidades étnico-raciais entre populações negras e a forma como se vinculam e participam do sistema multicultural. Censos e classificações raciais são analisados empregando uma perspectiva diacrônica que visa entender como foram construídas e significadas as representações sobre a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor), e seu lugar nos relatos de nação, e uma perspectiva que aproxima o contexto político internacional contemporâneo, no qual se legitimam novas representações e demandas com respeito à raça, e onde diversos atores sociais se articulam no cenário transnacional buscando incidir nas dinâmicas locais de cada país. Comparar Colômbia e Brasil supõe analisar os processos sócio-políticos de interesse em dois países da América Latina, onde as reformas multiculturais que vinculam populações negras se desenvolveram de maneira notável com relação a outros países da região, permitindo projetar a incidência da informação estatística desagregada por raça ou etnicidade na estruturação da política pública para populações negras em ambos os países.

Palavras chave: censos, classificações raciais, multiculturalismo, política pública

What is your race or ethnic group?
Census, racial classifications and multiculturalism in Colombia and Brazil

Abstract

The dissertation studies aspects related to the socio-political dynamics between black populations arisen during the 1990s, since the official recognition of the multiculturalism in Colombia and Brazil. The analytical approach is realized from the study of the census and racial classifications, meaning that they report the way it has been thought and developed the multiculturalism in both countries, as well the process of building of racial and ethnic identities among black populations and how they are linked with multicultural system. Censuses and racial classifications are studied using a diachronic perspective that seeks understand how they have built and meaning representations of race (with its correlates of ethnicity and color) and his place in the narratives of nation, and a perspective that brings near the political international contemporary context in which new representations and demands have been legitimized with regard to the race and in which diverse social actors are articulated in the transnational scene seeking to affect in the local dynamics of every country, and a perspective that approaches the contemporary international political context in which new representations and demands with respect to race had been legitimized, and where different social actors are linked in transnational context looking influence local dynamics of each country. Compare Colombia and Brazil supposes analyze the socio-political processes of interest in two Latin American countries where the multicultural reforms that benefit black populations have developed in a dramatically over other countries in the region, allowing to project the impact of statistical information disaggregated by race or ethnicity in shaping public policy for black populations in both countries.

Keywords: census, racial classifications, multiculturalism, public policy

¿Cuál es su raza o grupo étnico? **Censos, clasificaciones raciales y multiculturalismo en Colombia y Brasil**

Resumen

La disertación estudia aspectos relacionados con las dinámicas socio-políticas entre poblaciones negras surgidas durante los años 1990, a partir del reconocimiento oficial del multiculturalismo en Colombia y Brasil. La aproximación analítica se realiza a partir del estudio de los censos y las clasificaciones raciales, entendiendo que estas informan la manera como se ha pensado y desarrollado el multiculturalismo en ambos países, así como sobre los procesos de construcción de identidades étnico-raciales entre poblaciones negras y la forma como se vinculan y participan del sistema multicultural. Censos y clasificaciones raciales se estudian empleando una perspectiva diacrónica que busca entender cómo se han construido y significado representaciones sobre la raza (con sus correlatos de etnicidad y color) y su lugar en los relatos de nación, y una perspectiva que aproxima el contexto político internacional contemporáneo en el que se han legitimado nuevas representaciones y demandas con respecto a la raza y en el que diversos actores sociales se articulan en el escenario transnacional buscando incidir en las dinámicas locales de cada país. Comparar Colombia y Brasil supone analizar los procesos socio-políticos de interés en dos países de América Latina donde las reformas multiculturales que vinculan poblaciones negras se han desarrollado de manera notable con relación a otros países de la región, permitiendo proyectar la incidencia de la información estadística desagregada por raza o etnicidad en la estructuración de la política pública para poblaciones negras en ambos países.

Palabras clave: Censos, clasificaciones raciales, multiculturalismo, política pública

Sumario

Introdução	P. 8
Capítulo 1 Contando as populações. Censos, raça e nação na Colômbia e no Brasil	13
1.1 Nação e raça	14
1.2 Contando histórias (ou as histórias da nação)	16
1.2.1 Mestiçagem e multiculturalismo na Colômbia	16
a) A República	16
b) A República dos brancos: regeneração e eugenia	20
c) A nação mestiça	25
d) Da nação mestiça à nação multicultural	29
1.2.2 Democracia racial e anti-racismo no Brasil	31
a) A primeira República: eugenia e branqueamento	31
b) Estado Novo e democracia racial	36
c) Desigualdade racial no Brasil contemporâneo	41
d) Multiculturalismo e anti-racismo	42
1.3 Censos, raça e política	44
Capítulo 2 Censos e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. Disputas em torno das classificações raciais	47
2.1 A reforma multicultural	48
2.2 Agências censitárias e classificações raciais	52
2.2.1 Etnicidade e raça no DANE	52
2.2.2 Cor/raça no IBGE	57
2.3 Movimento negro e campanhas de auto-identificação	61
2.3.1 “Las Caras Lindas de mi Gente...”	62
2.3.2 “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom C/Senso”	65
2.4 Censos e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil	68

Capítulo 3	
De “negro” a “afrodescendiente”. Censos e multiculturalismo transnacional	72
3.1 Censos e multiculturalismo transnacional	73
3.2 Congressos de censos e grupos étnicos: contextos transnacionais de ação	76
3.2.1 Atores sociais participantes	78
a) Atores globais	78
b) Instituições estatais	79
c) Organizações de movimentos sociais étnicos	80
d) Academia	81
3.2.2 Objetivos e temas debatidos	82
3.2.3 Conclusões sobre a pergunta étnico-racial	84
3.3 Colômbia e Brasil em três congressos de censos e grupos étnicos	87
3.4 Censos e multiculturalismo transnacional na Colômbia e no Brasil	91
Conclusões	96
Referências bibliográficas	99

Quadros e gráficos

	P.	
Quadro 1	Porcentagens de população nos censos colombianos, século XIX	20
Quadro 2	Porcentagens de população nos censos colombianos, século XX	25
Quadro 3	Cor/raça nos censos brasileiros, 1872-2000	36
Quadro 4	Provas da pergunta étnico-racial no DANE, 1998-2004	56
Quadro 5	Pergunta étnico-racial do Censo 2005	57
Quadro 6	Distribuições das respostas à auto-identificação de cor, PNAD/76 e PME/98 (Pergunta aberta)	59
Quadro 7	Cor/raça nos censos brasileiros de 1991 e 2000	61
Quadro 8	Atores globais participantes em três congressos de censos e grupos étnicos	78
Quadro 9	Instituições estatais participantes em três congressos de censos e grupos étnicos	79
Quadro 10	Organizações de movimentos sociais étnicos participantes em três congressos de censos e grupos étnicos	81
Quadro 11	Universidades e centros de pesquisa participantes em três congressos de censos e grupos étnicos	82
Quadro 12	Objetivos e temas debatidos em três congressos de censos e grupos étnicos	83
Quadro 13	Conclusões sobre a pergunta étnico-racial em três congressos de censos e grupos étnicos	85
Quadro 14	Participação da Colômbia e do Brasil em três congressos de censos e grupos étnicos	88
Gráfico 1	Porcentagens de população nos censos brasileiros, 1940-2000	40
Gráfico 2	Cartaz da campanha “Las Caras Lindas de Mi Gente...”	65
Gráfico 3	Cartaz da campanha “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom C/Senso”	68

Introdução

A presente dissertação analisa aspectos relacionados com as dinâmicas sócio-políticas entre populações negras surgidas durante os anos 1990, a partir do reconhecimento oficial do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. A adoção do regime multicultural introduz uma nova aproximação à maneira como se valoriza no discurso oficial a diversidade racial e étnica da população, constituindo um marco normativo que permitiu a inserção à comunidade nacional de populações negras historicamente excluídas dos projetos políticos, ao longo da história republicana de ambos os países, surgindo desde então novas práticas que visam o reconhecimento social de seu aporte na construção da nação e sua inclusão aos processos de Estado. A aproximação analítica a estas novas dinâmicas sócio-políticas se realiza a partir do estudo dos censos e as classificações raciais empregadas em cada país para contar populações negras, entendendo que estas informam o modo como foi pensado e desenvolvido o multiculturalismo na Colômbia e no Brasil, bem como os processos de construção de identidades étnico-raciais entre populações negras e a sua vinculação no sistema multicultural.

O interesse pelo tema surgiu como uma necessidade de compreender de melhor modo minha experiência como servidor do instituto nacional de estatística da Colômbia¹ durante a realização do censo 2005, fazendo parte da equipe multidisciplinar encarregada de diversos aspectos do censo com populações negras, indígenas e ciganas. Entendo os censos e as classificações raciais não como uma simples ferramenta que o Estado utiliza para determinar o tamanho e as características da população, senão fundamentalmente como uma forma de construção social politizada da realidade. Desde as ciências sociais, nas últimas décadas diversos autores têm problematizado o papel social e político dos censos e a produção de informação estatística, definindo-os como uma “tecnologia de governo” que consegue revelar coletividades humanas preexistentes, construídas e imaginadas a partir de complexas operações de objetivação que se traduzem em quadros, tabelas e gráficos, e como uma “tecnologia de subjetivação” que permite a construção de formas específicas de pensar a sociedade e como deve ser sua organização (Nobles, 2000; Skerry, 2000; Petruccelli, 2007; Paixão e Carvano, 2008; Camargo, 2009).

¹Departamento Administrativo Nacional de Estadística-DANE.

De maneira específica, um censo constitui um esforço por situar a população de um país em três dimensões: social, geográfica e temporária. No entanto, nenhuma destas dimensões obedece a unidades naturais observáveis, constituindo-se o censo em um instrumento destinado principalmente a desenhar fronteiras (Skerry, 2000). O estabelecimento de fronteiras, a partir das informações censitárias, efetua-se de acordo com convenções e relações de poder. Algumas destas fronteiras em torno da nação permitem diferenciar nacionais, estrangeiros e cidadãos vivendo no exterior, e outras, fronteiras internas, como a definição geográfica de áreas ou a identificação social de grupos, incluindo os grupos raciais. A definição de fronteiras seria, assim, o assunto principal de todo censo. De fato, é também o assunto principal da política como é concebida por Aristóteles: “a ordem própria das diversas partes que compõem uma comunidade política” (Petruccelli, 2005). Os censos constituem, no entanto, mais do que uma operação de recontagem, contribuindo para uma codificação dos estratos da sociedade, a partir de classificações e categorias próprias, mecanismos que levam a condensar a experiência dos atores sociais e permitem formalizar o mundo social, situando-se na interseção do cognitivo e dos imaginários nacionais (Petruccelli, 2007).

As categorias censitárias e as classificações resultantes expressam as relações sociais historicamente construídas e seu princípio organizativo, informando sobre as relações de dominação entre o Estado e os diversos grupos, bem como no interior dos próprios grupos (Petruccelli, 2007; López, 2006). A partir da inclusão de categorias raciais, os censos não só registram a existência da raça e de grupos raciais entre a população, mas têm ajudado a criar, legitimar e atualizar idéias sobre a raça e seu lugar nas relações sociais, contribuindo a desenhar as fronteiras étnico-raciais da nação e a constituir a raça em termos ideológicos e políticos (Nobles, 2000). Partindo desta aproximação teórica, saliento que o estudo das classificações raciais utilizadas nos censos na Colômbia e no Brasil permitirá conhecer o contexto sócio-histórico e ideológico no qual se construíram e foram significadas as idéias e discursos sobre a raça, bem como os processos de produção e gestão da alteridade, advertindo o modo como surge a nação em relação às tensões entre homogeneidade/diversidade e inclusão/exclusão das populações negras, dinâmicas centrais nos debates em torno da natureza das relações étnico-raciais em ambos os países.

A dissertação parte da hipótese que os censos e o debate em torno das classificações raciais não só refletem as tensões do sistema multicultural com respeito às dinâmicas atuais entre populações negras na Colômbia e no Brasil, senão que, em ambos os países, censos e classificações foram mecanismos principais na crítica e desmonte do projeto político-social da nação mestiça e, atualmente, se erigem fundamentais para consolidar o projeto multicultural. O objetivo da dissertação é estudar processos sócio-políticos entre populações negras que surgem a partir da adoção do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil nos anos 1990. A análise dos censos e as categorias de classificação racial utilizadas permitirá aproximar as diversas dimensões sobre o lugar da raça nos sistemas multiculturais colombiano e brasileiro, em particular as dinâmicas associadas com a construção de identidades étnico-raciais e a maneira como se estrutura a política pública para populações negras.

Saliento que um marco de análise para compreender as transformações introduzidas a partir da reforma multicultural na Colômbia e no Brasil e a maneira como se vinculam as populações negras implica adotar uma perspectiva diacrônica de estudo que esclareça a maneira como tem sido construída e significada as representações sobre a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) e seu lugar nos relatos de nação, bem como uma aproximação que valorize a incidência do contexto político internacional contemporâneo, onde se legitimaram novas representações e demandas com respeito à raça e no qual diversos atores sociais se articulam no cenário transnacional procurando incidir nas dinâmicas locais de cada país.

Comparar a Colômbia e o Brasil leva a estudar os processos sócio-políticos de interesse da dissertação em dois países da América Latina com importante proporção de populações negras, onde as reformas multiculturais que beneficiam estas populações se desenvolveram de maneira notável com relação a outros países da região. Estabelecer um diálogo entre estes dois países permitirá entender a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) como uma variável que tem sido e é importante na construção da ordem social e política. Permitirá também estabelecer vínculos entre os desenvolvimentos teóricos de ambos os países sobre os processos de construção de identidades étnicas e raciais no contexto multicultural, as dinâmicas sócio-políticas relacionadas e geradas pelo censo e o debate em torno das classificações raciais, levando a projetar a incidência da informação estatística

desagregada por etnicidade ou raça na estruturação da política pública para populações negras. A comparação Colômbia-Brasil implica uma aproximação ao estudo de dinâmicas sócio-políticas contemporâneas que se evidenciam em diferentes países de América Latina, ressaltando assim a importância de aproximações que estabeleçam um diálogo entre países e tradições acadêmicas que permitam um maior conhecimento da região, superando o tradicional diálogo com o modelo analítico anglo-saxão de relações étnico-raciais.

A dissertação está organizada em três capítulos que vinculam as diferentes dimensões de análises mencionadas ao estudo dos censos e as classificações raciais na Colômbia e no Brasil. O capítulo 1 titulado “Contando as populações. Censos, raça e nação na Colômbia e não Brasil” estuda a produção de representações sobre a raça e a nação, a partir das narrativas que oferecem os censos, buscando compreender como censos e classificações raciais contribuem permanentemente a re-significar a raça e seu lugar nos relatos de nação. Opta-se por uma perspectiva diacrônica de análise com o propósito de estabelecer vínculos entre censos e raça, em diferentes contextos ideológicos e políticos, estudando diferentes aspectos das transformações introduzidas pelo modelo de nação multicultural e a inclusão das populações negras aos processos do Estado na Colômbia e no Brasil.

O capítulo 2 titulado “Censos e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. Disputas em torno das classificações raciais”, aproxima-se do debate em torno das classificações raciais para contar população negra nos censos posteriores à reforma multicultural na Colômbia e no Brasil. Entende-se que a pergunta étnico-racial e as classificações raciais constituem uma arena de disputas e negociações que permitem entender as tensões do sistema multicultural em relação com as populações negras, bem como a maneira como se concebem essas populações em cada país. Estuda-se o contexto e o alcance da reforma multicultural, para em seguida discutir os debates suscitados no interior das instituições nacionais de estatística da Colômbia e do Brasil com respeito à pergunta étnico-racial e as classificações para contar população negra e as ações desenvolvidas pelo movimento negro em ambos os países.

Por último, o capítulo 3 intitulado “De “negro” a “afrodescendente”. Censos e multiculturalismo transnacional” aproxima-se do debate em torno da inclusão estatística das populações étnicas, em particular as populações negras, no contexto

da América Latina e a maneira como se inscrevem as experiências da Colômbia e do Brasil. A aproximação regional permite ver a realização de congressos nos quais se convidaram diversos atores sociais de América Latina para debater aspectos conceituais e metodológicos sobre a inclusão da população negra e indígena nos censos nacionais dos países da região. Estudam-se as memórias publicadas de três destes congressos de censos e grupos étnicos, entendendo-os como “contextos transnacionais de ação” nos quais se articulam atores sociais com o propósito de se inserir no âmbito local, a partir de reivindicações que são legitimadas no cenário transnacional.

Capítulo 1

Contando as populações. Censos, raça e nação na Colômbia e no Brasil

Na produção e uso de informação estatística por parte das agências estatais, frequentemente, é promovida a idéia da neutralidade desta prática, fundamentada no caráter científico dos instrumentos utilizados, os quais definiriam a objetividade da informação coletada. Por conseguinte, há um suposto desinteresse político das agências de estatística no sentido de que a informação seria utilizada com o fim único de aperfeiçoar a administração pública (Nobles, 2000). Uma perspectiva nesta via apaga a dimensão política da produção de informação estatística que, como uma atividade do Estado, é decisiva nas formas de vinculação das populações aos processos políticos, mas também na criação de representações dos próprios grupos de população e na definição das fronteiras que separam esses grupos.

No mundo moderno, o pensamento estatístico não só ofereceu medidas, como também identidades à população, combinando a autoridade da precisão numérica com os valores morais e políticos predominantes da época (Cházaro, 2001). As leis e as regularidades estatísticas, ao mesmo tempo em que descrevem e explicam, erigiram-se em normas de autoridade que conseguiram modelar e dar sentido ao medido. Como um produto da autoridade do Estado, a força da estatística na vida pública não se relaciona unicamente com sua “objetividade” como uma prática científica, também com a agência das elites políticas em construir e naturalizar imagens sobre as populações que legitima uma ordem social e política determinada. É precisamente neste sentido que os censos se localizam na fronteira entre ciência e política.

O objetivo do presente capítulo é estudar esta dinâmica de produção de representações sobre as populações, a partir das narrativas que oferecem os censos colombianos e brasileiros, em particular as representações sobre a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) e seu lugar nos relatos de nação. A aproximação se realiza a partir da análise da pergunta de raça e as classificações empregadas nos censos realizados desde a constituição das repúblicas em ambos os países (1810 na Colômbia, 1888 no Brasil). Adota-se uma perspectiva de estudo

comparado na longa duração histórica, procurando compreender os fenômenos estudados para cada país e os aspectos de convergência e divergência.

A pergunta principal é como se articulam as narrativas do censo em torno da raça na produção do discurso racial na Colômbia e no Brasil. Entendo o “discurso racial” como o conjunto de representações que são construídas, (re)significadas e, em determinadas ocasiões, naturalizadas, em torno das relações entre grupos sociais racializados, entre estes e o Estado, e o lugar de ditas representações nas hierarquias projetadas nos relatos de nação. Emprega-se um conceito de raça entendido como uma construção sócio-histórica na qual a naturalização de determinados rasgos físicos e/ou culturais é produto de uma contingência política e ideológica específica.

Como através dos censos, e as classificações raciais ali empregadas, se “objetivou” a população, de maneira que se conseguisse formular a identidade nacional em bases raciais? Como as expectativas sócio-políticas em torno das classificações raciais incidiram na demanda do Estado por informação estatística? Qual foi o papel das classificações na naturalização de comportamentos e práticas sociais que distinguem o sistema de relações raciais em cada país? Como, através dos censos, se vinculou as populações racializadas à comunidade política nacional?

Os discursos sobre a raça foram e continuam sendo centrais na definição dos projetos nacionais em Colômbia e Brasil, e o estudo dos censos permitem entender isto. A dominação política em ambos os Estados foi permanentemente codificada em termos raciais, o qual sugere que o Estado cumpriu um papel importante na definição e imposição das fronteiras raciais (Petruccelli, 2005). Deve-se considerar que os censos não são os únicos espaços de produção do discurso racial, mas através da inclusão ou omissão de classificações raciais, contribuíram a legitimar representações sobre os grupos sociais e sobre a natureza das relações raciais. De maneira que estudar os censos e as classificações raciais permitirá entender melhor o que se entende por raça num determinado contexto nacional, como as idéias de raça são criadas, mantidas e atualizadas e, no fundo, a centralidade da raça na mediação simbólica da nação.

1.1 Nação e raça

A produção da idéia de nação e da identidade nacional está associada à construção e consolidação dos Estados modernos e às formas em que a ele se

vinculam as populações que habitam um território determinado. É um processo dinâmico e em constante (re)construção, ainda que também historicamente localizado em relação aos significados e representações dos relatos da nação, os quais constituem discursos que são produzidos e difundidos, através de processos fluidos e negociados entre diversos atores e espaços.

Os trabalhos clássicos de Anderson (1994) e Gellner (1993) sobre a identidade nacional e o nacionalismo enfatizam a idéia da nação como uma comunidade imaginada, uma representação que funciona como elemento articulador das populações em torno do poder político do Estado. A nação sugere uma representação homogeneizante fundamentada em seu entendimento como uma comunidade de vinculação horizontal de indivíduos que faz do dissenso e da diversidade um obstáculo para sua consolidação. Nesta perspectiva a idéia de nação projetada é a de uma comunidade de cidadãos que procura apagar as identificações de tipo local, racial, étnica, promovendo uma forma específica de ordem social e política, a partir da projeção de fronteiras e significados do “nacional”.

No entanto, um projeto de nação onde exista de fato uma homogeneidade total, implicaria erradicar coisas que as próprias elites, em controle do poder político do Estado, querem manter ou não estão interessadas em negociar, como diferenças internas de classe, raça, ou região (Wade, 2002). É neste sentido que analiso a construção da nação como uma entidade que se projeta única e homogênea, mas ao mesmo tempo funciona como uma forma de estabelecimento de limites e hierarquias da diversidade que repousa em seu interior. De maneira que a produção da nação homogênea passa também por construir a alteridade ou imaginar o “outro”.

Segundo Alonso (1994), as representações sobre a nação produzidas por aqueles em controle do Estado apropriam e transformam a história local e regional, bem como os membros dos grupos subordinados, gerando mecanismos de diferenciação sobre o “próprio” e o “outro”. O projeto de Estado inscreve-se na sociedade através da dialética entre processos de “totalização”, geradores de formas de coesão social e vinculação horizontal das populações ao poder político do Estado, e processos de “individualização”, os quais permitem definir formas hierarquizadas de imaginar os indivíduos e de lhes atribuir graus específicos na estrutura social. Assim, a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) constitui um efeito dos processos de individualização da nação, construindo paralelamente os

relatos da identidade nacional e sendo resignificada em função de cada projeto nacionalista.

Parte-se da idéia que um projeto nacionalista, mais do que negar ou apagar a diversidade, procura reconstruí-la ativamente, atribuindo um lugar específico a cada componente desta diversidade no plano de representações da nação. Os discursos nacionalistas ao evocarem a homogeneidade, ao mesmo tempo (re)criam e (re)constroem a diversidade constitutiva –ou potencialmente constitutiva- de tal unidade. De maneira que uma aproximação do censo como um espaço onde se reafirma e se atualiza uma imagem específica da nação que sustenta e legitima uma determinada ordem social e política precisa considerar esta tensão homogeneidade/diversidade, e como um ato discursivo de evocação da unidade nacional (re)cria e (re)constrói os fragmentos culturais sobre os quais se define a idéia de nação.

1.1 Contando histórias (ou as histórias da nação)

No processo de construção e consolidação dos Estados modernos na Colômbia e no Brasil, através dos censos e outras operações estatísticas, as elites no controle do poder político conseguiram classificar as populações, criando fronteiras artificiais que, em muitos casos, dividiram coletividades preexistentes. Enumerar e quantificar as populações foram processos através do qual o Estado “transformou em legível” a sociedade, a partir de uma série de tipificações que definiram os parâmetros de vinculação dos indivíduos à nação, bem como as classificações úteis para categorizá-los (López, 2005). A diferença com respeito à época colonial foi que a estatística se erigiu como uma “pedagogia nacional”, deixando de ser uma descrição do território e seus moradores, para emergir como uma indagação científica cujos cálculos poderiam unificar e controlar o universo nacional, guiando o progresso da nação (Cházaro, 2001).

1.2.1 Mestiçagem e multiculturalismo na Colômbia

a) A República

Em 1810 se inaugura a modernidade política na Colômbia com a independência da Espanha, e uma das rupturas fundamentais com respeito à colônia foi a maneira como a idéia de raça tornou-se um elemento estruturador da nova ordem social republicana (Wills, 1999). O modelo de sociedade colonial

configurado, a partir de um esquema hierárquico de castas raciais que definiam a posição da pessoa na escala social de acordo com sua condição racial, foi transformado por um inspirado na filosofia liberal francesa, onde a igualdade dos cidadãos se estabeleceu como elemento unificador da nação colombiana. A primeira constituição política da República de Colômbia (que incluía também as atuais repúblicas de Venezuela e Equador), não fez menção à raça, mas garantia a liberdade, segurança, propriedade e igualdade dos cidadãos (Helg, 2004). Nesta ordem republicana a categoria “cidadão” se erigiu como o elemento integrador da população, definindo o indivíduo como sujeito político, a partir do Estado, e não desde particularidades raciais ou culturais.

Conquanto a idéia de cidadania foi implementada sem debater idéias de raça como forma de vinculação das populações com o Estado, isto não implicou que as elites não se questionassem sobre a condição racial da população colombiana e seus efeitos negativos para o “progresso” da República. Exemplo disso foram as leis de imigração de 1823, decretadas para fomentar a imigração de pessoas brancas, a fim de ultrapassar em número às pessoas de cor e acabar com a possível ameaça de um conflito racial. No entanto, a raça não constituiu inicialmente uma preocupação central das elites políticas que, pelo menos até metade do século, se preocuparam mais em resolver os conflitos entre as diversas elites locais para definir e organizar o Estado. Durante os primeiros anos republicanos, os censos constituíram uma ação fundamentalmente política que teve como propósito medir as forças com que contava o nascente Estado colombiano. Os censos que se realizaram até a primeira metade de século se organizaram sob uma concepção clássica da estatística como ciência do Estado para governar e controlar, constituindo-se fundamentalmente numa ação descritiva do território e da população, permitindo um conhecimento qualitativo do país (Vidales, 1978).

O primeiro censo republicano foi realizado em 1825. Nesse mesmo ano foi criada a “Oficina Central de Estadística” e também foi assinado um decreto que obrigava os prefeitos a reportarem anualmente dados sobre população, moradias, recursos para explorar e atividades econômicas (Vidales, 1978). Mas, foi em 1834 que se institucionaliza a atividade com a promulgação da primeira lei de censos ditada pelo congresso, sob a qual se realizaram os censos de 1834, 1843 e 1851. Esta lei é explícita na necessidade de informação para fixar a representação nos corpos colegiados, de acordo com o total de população em cada província. Este

propósito pode implicar que os encarregados do censo não tivessem um grande interesse em indagar de maneira detalhada sobre a população do país, senão que a preocupação principal foi conhecer os totais de população que definiam a representação política no Estado, o qual explicaria o uso de poucas categorias para classificar a população. O artigo 3 da mencionada lei estabelecia que

cada cabeza de familia, eclesiástico, o secular, será escrito por su nombre i edad en el Censo. Luego seguirá la mujer, si el individuo fuere casado. A continuación se pondrán los nombres i edades de los hijos, dependientes i criados, espresando si son o no casados, i se concluirá por los esclavos de la misma manera (Colombia, 1912, p. 23-24).

O artigo 11 da mesma lei estabelecia que

los Gobernadores, tomando los informes más esactos sobre los indijenas jentiles independentes que habiten dentro de las provincias, formarán un estado particular del número de hombres i mujeres que conceptúen tener cada tribu conocida, que espresarán por su nombre, i lo remitirán al poder ejecutivo junto con el estado jeneral del Censo de población, para que también se tramite al Congreso. (Colombia, 1912, p. 23-24).

O tipo de informação requerida sobre a população que estabelece a lei, evidencia uma ruptura fundamental na concepção da ordem republicana a respeito da colônia. Os censos e registros coloniais incluíram categorias para classificar a população segundo sua cor, num contexto de grande preocupação do Estado colonial espanhol pelo crescente processo de mestiçagem que ameaçava a estabilidade da ordem social construída sobre o sistema de castas raciais. A partir do censo de 1825, depois reforçado com a lei de censos de 1834, as classificações de cor desaparecem, subsistindo unicamente “indígena” e a condição (escravo e livre). A existência destas classificações nos primeiros censos é explicada pela importância em conhecer a magnitude destes grupos de população para projetar a ação do Estado, mais do que por preocupações próprias do censo por indagar a situação racial do país

É interessante a permanência da categoria indígena nos censos, num contexto no qual para unificar a nação se tomavam medidas para acabar com leis e direitos especiais. Durante os primeiros anos de vida republicana foi suprimido o tributo a que estavam obrigados os indígenas e promulgada a legislação que

atacava as bases jurídicas do sistema territorial comunitário do resguardo, que ficou abolido finalmente em 1861. O que interessa destacar é que desde o início da República o indígena como categoria específica conceitual e legal não desapareceu totalmente da linguagem oficial. Com relação à categoria escravo, os censos de 1825 e 1843 a incluíram num contexto de permanente tensão política em torno da abolição do sistema escravista, que começou em 1821 com a promulgação da lei do ventre livre, na qual os filhos das mulheres escravas, a partir de então, nasciam livres, culminando depois com a abolição definitiva da escravatura em 1851.

Durante a segunda metade do século XIX aconteceram importantes mudanças sócio-políticas, e os censos evidenciam uma importante inflexão. Neste período se resolveram os conflitos internos entre federalistas e centralistas, a infraestrutura melhorou e as elites nacionais se consolidaram. A partir de 1851 chega ao poder um governo liberal-federalista que procurou implantar reformas para liquidar a colônia em aspectos fundamentais, como a libertação definitiva dos escravos e importantes reformas tributárias e agrárias, servindo a informação do censo de 1851 como base para muitas destas reformas (Uribe, 1998). Em 1858 o congresso promulgou a segunda lei de censos, sob a qual se realizaram os censos de 1864 e 1870. A principal diferença encontrada entre a segunda lei do censo com respeito à primeira lei de 1834 foi a informação sobre população, incluindo-se o registro da idade, a profissão e o estado civil do indivíduo. Considero que esta lei permite perceber uma mudança importante na função dada aos censos, já que introduziu a possibilidade de categorizar a população num maior número de classificações, o que permitiu fazer cálculos estatísticos de maior complexidade, ultrapassando a função descritiva, até então atribuída aos censos. Outra mudança importante foi a exclusão da categoria indígena e a de condição do indivíduo. Isto indica que assim como com os primeiros censos republicanos, durante a segunda metade do século XIX os censos não funcionaram como um mecanismo de projeção da nação sobre bases raciais. Isto não supõe que a preocupação sobre a situação racial do país e suas conseqüências para o futuro da nação não fosse objeto de reflexões das elites colombianas, especialmente num cenário internacional dominado por Europa e Estados Unidos, lugares desde onde se difundiam as conotações brancas do progresso e a modernidade. Neste contexto, a mestiçagem física e cultural –a partir do branqueamento e a valoração do passado europeu- começou a ser vista como

uma solução para acabar com a diversidade racial do país e projetar-se na modernidade.

Quadro 1
Porcentagens de população nos censos colombianos, século XIX

Ano	Total	Indígena	Escrava/Negra
1825	1.228.259	203.835 (16,6%)	103.892 (8,5%)
1835	1.686.038	111.130 (6,6%)	
1843	1.955.264	184.230 (9,4%)	26.777 (1,4%)
1851	2.243.730		
1864	2.694.487		
1871	2.890.637		

Fonte: DANE, 2006.

b) A República dos brancos: regeneração e eugenia

Uma nova concepção de ordem social se estabeleceu no final do século XIX, período conhecido como “a regeneração”, tornando-se um fenômeno de longa duração que guiou a concepção da nação colombiana durante as primeiras décadas do século XX. Na constituição de 1886 adquirem forma os fundamentos da nova nação que promulgava a coesão social através do fortalecimento e a centralização política do Estado, da religião católica e da língua espanhola. Alguns autores (Arocha, 1998; Wills, 1999) apontam que no lema consagrado naquela época pela Academia Colombiana da Língua, “una sola lengua, una sola raza, un solo Dios”, expressa claramente o projeto político e a concepção de nação das elites da regeneração; projeto que certamente obedecia mais ao antigo regime colonial do que a uma modernidade democrática.

Quatro anos depois de proclamada a constituição e com o ânimo de afiançar a aliança igreja-Estado, considerada fundamental para a nova ordem social, aprovou-se a lei 89 de 1890. Entre outras disposições, na lei se estabelecia a forma como deviam ser governados os “selvagens” que fossem reduzindo à vida civilizada. Denominavam-se selvagens as populações indígenas das regiões periféricas do país. A igreja foi encarregada de “civilizá-las”, integrando-as a nação através da imposição da religião católica, o idioma espanhol e mediante a imposição da cultura dita branca. Nesses anos, a ordem se concebeu compatível com a homogeneidade social e com o respeito às hierarquias fundadas em rígidas fronteiras de classe com desprezo pelas “raças inferiores” (Wills, 1999). Deve-se destacar que através desta

lei se institucionalizou novamente no Estado colombiano a categoria indígena (existente no ordenamento legal colonial e durante as primeiras décadas republicanas), ainda que fora num sentido transitório de que iriam desaparecer quando civilizados.

Na mudança do século XIX ao XX, construir uma nação civilizada e unificada constituiu um objetivo maior ao de cristianizar a população “selvagem” do país. A raça como problema central para o progresso da nação se converteu numa preocupação central das elites políticas e científicas. O debate em torno da raça se fundamentou nas teorias da eugenia, as quais promovidas desde os âmbitos científicos da Europa e dos Estados Unidos argumentavam a irremediável inferioridade moral e intelectual dos negros, os indígenas e os mestiços. Ao vincular as idéias de contaminação racial, decaimento moral e doença, a eugenia pretendia expor os problemas da falta de ordem entre os indivíduos e o território e seus perversos efeitos para o progresso, ao tempo que oferecia soluções para esses problemas (McGraw, 2007). Num país como a Colômbia, com uma população altamente misturada, as teorias biológicas sobre a herança e o vínculo subjacente entre o progresso e ser branco, pareciam condená-la ao atraso perpétuo.

O principal efeito que tiveram as idéias da eugenia na Colômbia foi estabelecer a raça como uma categoria primordial para o entendimento da sociedade e inserir o conhecimento racial no meio das discussões políticas (McGraw, 2007). Em resposta às teorias do declive nacional inspiradas na eugenia, as elites políticas e científicas colombianas enfrentaram o dilema racial mediante uma espécie de compromisso que consistiu em adaptar as teorias científicas, evitando o determinismo racial das versões européias e afirmando a possibilidade de melhorar as qualidades da população através da educação e a higiene pública, ainda que a ênfase na determinação biológica variasse segundo as teorias de diferentes cientistas e intelectuais (Wade, 1994). As versões mais pessimistas sobre a degeneração racial da sociedade colombiana se contrapõem com uma posição mais generalizada na elite, que estabelecia que junto com um processo de branqueamento, qualquer deficiência social se devia atacar através de mudanças radicais no meio social, como a educação, a nutrição e a higiene, levando desse modo a população a cumprir com os padrões morais e físicos das sociedades brancas. McGraw (2007) aponta que os agentes do Estado e os reformistas locais se propuseram a combater a doença e promover a saúde moral e física através de

uma série de práticas baseadas numa linguagem moralista, que incluíam a educação social, a purificação social e o controle social, de maneira que o movimento a favor da higiene converteu a luta contra a degeneração racial num dever patriótico.

A eugenia entendia a mistura racial como uma degeneração de indivíduo. No entanto, na versão colombiana, a mestiçagem se apresentou como uma forma de progresso: o branqueamento. Na medida em que negros e indígenas se integrassem à maioria mestiça da população, esta iria se aproximando mais e mais ao tipo racial branco pela potência "racial" deste último, a qual dava um domínio natural sobre o sangue negro e indígena (Wade, 1994). Neste cenário em que converge o projeto político da regeneração e postulados da eugenia, os primeiros censos colombianos do século XX se constituíram num mecanismo que serviu para a consolidação de uma república de brancos.

Com a regeneração se restabeleceu em 1888 a “Oficina Especial de Estadística Nacional”, criada em 1875, mas fechada dois anos depois por falta de orçamento (Uribe, 1998). As tentativas de realizar um censo de população, estipulados nas leis de 1888 e 1889, dão conta da importância que tinha o censo para o novo projeto de Estado. No entanto, por razões de guerras internas, até 1905 não se realizou um novo censo, 35 anos depois do último realizado em 1870. Ante a ausência de estatísticas atualizadas, desde 1890 se tentou criar um sistema estatístico para elaborar cifras periódicas, a partir dos registros civis enviados desde as diferentes regiões do país, esforços reunidos nos três números publicados no “Boletín Trimestral de la Estadística en Colombia”. Analisando esses trabalhos, Prieto (2005) argumenta que além de conhecer dados sobre natalidade e mortalidade, este trabalho foi usado para um conhecimento moral do país, estudando nos registros locais temáticas como filhos ilegítimos e uniões entre parentes de primeiro grau, comparado estes índices com os de países europeus e latino-americanos. Pode-se perceber o novo papel da estatística que, ao mesmo tempo em que contava a população, criava representações sobre sua situação moral e sua necessidade de redenção.

O desenvolvimento da ciência estatística no século XIX e, principalmente, das técnicas de regressão e correlação formalizadas em 1883 por Francis Galton, pai da eugenia, faria dela não só uma tecnologia de governo, também uma forma de normalização (Camargo, 2009). Ao existir a possibilidade técnica de classificar a

variabilidade dos tipos humanos por meio de sua localização na chamada “curva normal”, as diferenças entre os grupos humanos podiam ser medidas matematicamente. Com essa capacidade de medir o normal e o patológico, a estatística se constituía num discurso legitimo e verídico sobre a realidade social. Paralelamente, no século XIX, se construiu uma comunidade estatística internacional que legitimou esses postulados e classificações nos congressos internacionais que inicialmente convocaram diretores de estatística de nações européias, para depois incorporar trabalhos realizados nas colônias européias e em alguns países asiáticos e latino-americanos (Prieto, 2005).

Em 1905 se realizou o sétimo censo de população da República. Segundo a junta conformada para o censo, “foi uma tentativa de registro, cujos resultados práticos distaram muito das condições essenciais que deve ter o computo dos habitantes” (Colombia, 1917, p. 5). As razões apontadas foram a resistência da população por desconhecimento do propósito do censo e a negligência das autoridades locais. Com respeito à definição das classificações adotadas para contar à população, adverte-se uma grande diferença com respeito ao censo de 1870, que é o interesse em conhecer com detalhe as “profissões, artes, ofícios, religião, (e) se sabem ou não sabem ler e escrever”, além dos indivíduos “atacados de elefantíase comprovada, os cegos e os pobres de solenidade” (Colombia, 1917, p. 16). É interessante a ausência de categorias raciais, dado o contexto em que era realizado este censo, ainda que as perguntas sobre aspectos como religião e doenças permitam aproximar as preocupações da elite e o caminho que tomava a ação estatal em torno das populações no início do século XX.

É no censo de 1912 onde se expressam com maior detalhe as preocupações das elites políticas e cientistas com respeito à população colombiana. Neste censo se concentraram os esforços do Estado para construir a base estatística do país, a qual, “apropriándose de los últimos sistemas puestos en práctica en países mas civilizados”, como assinala o ministro de governo de então, “contribuirá a dar una idea clara, tanto en el interior como en el exterior, de la verdadera situación de Colombia” (Colombia, 1912, p. 2). As informações sobre as populações para serem enviadas desde as regiões ao escritório central do censo eram: estado civil, sexo, idade, nacionalidade, religião, instrução, raça, ocupação, ofício, profissão ou emprego, se é proprietário rural ou urbano, se trabalha por conta própria ou alheia e incapacidades físicas (Colombia, 1912).

Note-se a inclusão da pergunta sobre raça no censo de 1912. O texto oficial que acompanhou os resultados do censo não fez nenhuma referência com respeito aos critérios que levaram a incluí-la nesta recotagem, o qual não deixa de chamar a atenção pelo contexto político e científico da época, e, principalmente, por ser este o primeiro censo desde a criação da República em incluir a variável raça. Os resultados mostraram que Colômbia era um país majoritariamente mestiço, com um 6,8% de população indígena e 6,4% de população negra. Conhecer a composição racial da população colombiana, junto com a indagação sobre a nacionalidade e as incapacidades físicas, permitiria aos regeneracionistas projetar um desenvolvimento saudável da raça a partir da ação estatal.

A coleta de informação sobre religião se relaciona como a importância da igreja católica na estruturação da ordem social e moral da regeneração. A religião se constituiu num indicador moral da nação, pois, como menciona o Ministro de Governo Pedro Carreño em seu relatório do censo ao congresso nacional, “el individuo que carece de religión puede considerarse moralmente incompleto” (Colômbia, 1912, p. 19). Também menciona que a ajuda da igreja é necessária para um bom censo porque determinadas populações “con escasas nociones de instrucción, ignorante de la conveniencia de esta labor civilizadora, necesitan, para no recibirla mal, de un concepto autorizado, de una exaltación patriótica de parte de los señores curas párrocos, para hacerlos entender que es un bien ayudar a este trabajo” (Colômbia, 1912, p. 15). Vale lembrar que de acordo com a legislação, estava-lhe encarregado às missões da igreja o censo das populações indígenas ou “selvagens”.

Prieto (2005) assinala que o censo 1912 criou as bases para o desenvolvimento da estatística colombiana, construindo uma população estatisticamente operável, a qual permitiu vincular a visão geográfica com uma mirada estatal do território. No entanto, este censo representa apenas um momento intermediário no debate sobre a situação racial e moral da nação colombiana. Os censos posteriores de 1918 e 1928 se desenvolveram de um modo semelhante e com preocupações similares ao de 1912, mesmo com a grande diferença que a variável sobre raça tenha sido excluída. Em 1918 se incluiu a categoria indígena, mas em 1928 ela desapareceu sob o argumento que era uma população que estava desaparecendo devido à mestiçagem, pelo qual não era relevante contá-la (Colômbia, 1930).

Em 1922 a polêmica sobre a situação racial da população chegou ao Congresso da República, promulgando-se a lei 114 que determinava que para atingir o “melhoramento das condições étnicas, tanto físicas como morais, o poder executivo fomentará a imigração de indivíduos e famílias que por suas condições pessoais e raciais não possam e não devam ser motivo de precauções, proibindo a entrada ao país de elementos que por suas condições étnicas, orgânicas ou sociais sejam inconvenientes para a nacionalidade e para o melhor desenvolvimento da raça” (Friedemann, 1984). Com esta lei se estabelecia uma agressiva política estatal para o branqueamento da sociedade colombiana.

Quadro 2
Porcentagens de população nos censos colombianos, século XX

Ano	Total	Índigena	%	Negra	%
1905	4.355.477				
1912	5.072.604	344.198	6,8	322.499	6,4
1918	5.855.077	158.428	2,7		
1927	7.851.110				
1938	8.701.816	100.422	1,2		
1951	11.548.172	157.791	1,4		
1964	17.484.508	119.791	0,7		
1973	20.666.920	383.629	1,9		
1985	30.062.200	237.759	0,8		
1993	33.109.840	532.233	1,6	502.343	1,5

Fonte: DANE, 2006.

c) A nação mestiça

A década de 1930 marca o começo de importantes mudanças sociais na Colômbia. Ao rápido crescimento da população se juntava um acelerado processo de urbanização sobre a base de migrações internas -do campo à cidade- e de alguns grupos de trabalhadores estrangeiros, com a conseqüente diferenciação do espaço urbano em zonas estratificadas em termos de classe. Ao mesmo tempo a economia se desenvolveu e foi vinculando-se cada vez mais às dinâmicas capitalistas, ampliando-se as fronteiras internas e constituindo-se a indústria nacional. Neste novo contexto social chega ao poder político uma nova elite liberal, que, em oposição à antiga elite conservadora da regeneração, procurou fundar uma

nova nação e um novo Estado fortalecido e legitimado em torno da mobilização política das massas urbanas.

As necessidades do poder político e o mutante contexto social colombiano levaram a uma nova concepção do discurso da mestiçagem como a plataforma para aproximar-se à diversidade da população. O mestiço se proclamou então como a mistura do branco, do indígena e do negro em termos fenotípicos e culturais, e pretendeu atenuar a inferioridade atribuída às populações racializadas, glorificando o aporte destes grupos na construção da identidade nacional (Wade, 1994). Conquanto durante esta época não desapareceram discursos que desde a ciência e a política se opunham à mistura racial, a mestiçagem se converteu no discurso oficial sobre a identidade nacional, o qual apoiado em instituições como a escola e a mídia (rádio e televisão), conseguiu conceber uma sociedade homogênea em termos raciais, ainda que atribuindo um lugar específico para cada grupo racial no relato da nação, onde, de um modo geral, o indígena foi incluído como o grupo fundador da nação e o negro foi apagado da memória nacional.

A partir dos anos 1940, os indígenas, que desde o século XIX tinham uma identidade institucionalizada ante o Estado, começaram a converter-se em objeto de reflexão intelectual. Em 1941 foi criado o “Instituto Etnológico Nacional”. Posteriormente, em 1942, o “Instituto Indígena de Colombia” como entidade não oficial. Friedemann (1984) aponta que isto definiria o âmbito da antropologia e a etno-história colombiana, já que os mesmos fundadores destas instituições com frequência se converteram em diretores dos departamentos de antropologia estabelecidos nas décadas de 1960 e 1970. Em 1960 foi criada a “División de Asuntos Indígenas”, instituição oficial que supervisionava todas as atividades de desenvolvimento relacionadas com grupos indígenas. Wade (1994) assinala que tais iniciativas não significaram que as condições sociais e materiais das populações indígenas melhorassem. Argumenta que a política do Estado era basicamente integracionista e paternalista e, em alguns casos, tão negligente que estava à beira do etnocídio, ao deixar que os colonos explorassem livremente as terras e a força de trabalho dos indígenas. O importante destas mudanças é salientar que, como categoria diferenciada, os indígenas seguiam ocupando um lugar especial na visão do Estado, do mundo intelectual e da sociedade colombiana.

Os indígenas foram incluídos no relato da nação como objeto arqueológico. Evitando o racismo do projeto anterior, foi reivindicada a identidade pré-colombiana,

ainda que negando a alteridade contemporânea, vista como marginal enquanto não fizessem parte do projeto nacional mestiço, isto é, até não se civilizarem (Zambrano, 2005). Ao contrário da população indígena, as populações negras na Colômbia tiveram um interesse muito menor para o Estado e as elites intelectuais. Os negros foram "apagados" no relato de nação mestiça, devido a dois fatores principais: por um lado, a "identidade do negro" não recebeu o mesmo apoio institucional por parte do governo e da elite intelectual, considerada como parte da crescente população mestiça sem constituir um grupo étnico diferenciado. Por outro lado, a herança negra foi percebida pelas elites nacionais, e por grande parte das populações não negras, como uma marca de inferioridade ainda mais estigmatizada em alguns aspectos do que a herança indígena (Friedemann, 1984; Wade, 1994).

Neste novo contexto social e político, os censos realizados a partir da década de 1930 se constituíram numa ferramenta importante do Estado para a representação da nação mestiça. As necessidades crescentes de informação para o diagnóstico e direção dos assuntos públicos, fizeram com que no censo de 1938 se incluíssem variáveis de assistência escolar, rendimentos, fecundidade e atividade econômica da população. A informação que apareceu publicada no censo de 1938 sobre população indígena foi feita pelas missões da igreja católica, um vestígio do período da regeneração. A partir de 1938 as temáticas inclusas nos censos foram praticamente as mesmas, entretanto, as diferenças se verificam em termos metodológicos e operativos. Com respeito à variável raça, chama a atenção que a partir do censo de 1951 se incluiu de maneira sistemática um tratamento diferenciado para a população indígena, e se excluiu a quantificação da população negra sem existir menção alguma sobre esta omissão nas publicações oficiais dos censos desde 1938 até 1985. Este duplo movimento feito pelos censos de inclusão do indígena e exclusão do negro resulta um exemplo explícito do discurso da mestiçagem e da identidade nacional na Colômbia.

No censo de 1951 se definiu indígena como "pessoas que dizem pertencer a uma comunidade que tem tradição anterior à conquista em suas características econômicas, sociais ou culturais" (DANE, 2006, p. 59). Já para o censo de 1970 se entendia por indígena

aquellos individuos que convivieran en agrupaciones a pesar que estas no presentaran los rasgos típicos de interacción social que

caracteriza a las comunidades; que elementos de la cultura hispánica predominasen... que su estructura económica estuviera dentro de una economía de subsistencia, que expresaran una conciencia de pertenencia a un grupo étnico, que fuera notoria la descendencia de esta; y, que su hábitat se encontrara en la zona o muy próxima a la de su hábitat prehispánico (Uribe, 1998, p. 40).

Dois elementos resultam interessantes nestas definições. Em primeiro lugar se evidencia o componente culturalista próprio da tradição da antropologia colombiana onde grupo étnico foi comumente definido como um grupo social homogêneo em termos de comportamentos coletivos e diferenciados para cada grupo, orientados por uma normatividade valorativa (normas, valores, cosmo-visões, etc.) perenes ao longo da história. Barbary e Urrea (2004) sustentam que esta maneira de conceituar grupo étnico tem como principal fonte as correntes culturalistas norte-americanas hegemônicas até os anos 1960, promovendo uma compreensão primordialista da etnicidade. Conquanto no final dos anos 1960 as propostas de Fredrik Barth (1998) revertem o marco analítico culturalista, definindo grupo étnico como um grupo social constituído não através de algumas características objetivas ou “naturais”, senão em função de fronteiras fluídas, historicamente geradas pelos próprios atores sociais através de suas múltiplas interações. A noção culturalista de grupo étnico continuou sendo hegemônica na academia colombiana e comumente foi atribuída às populações indígenas, conduzindo a naturalizar a associação indígena-etnicidade, enquanto as populações negras foram definidas frequentemente desde a noção de raça. O segundo elemento de destaque é a dimensão geográfica incluída nas definições apresentadas. Entende-se que os indígenas são habitantes dos chamados territórios nacionais, selvas e territórios periféricos do país que durante o século XIX foram catalogadas como terras povoadas por “selvagens”, excluindo assim da quantificação a população indígena urbana e rural de regiões não periféricas. Os censos realizados em 1973 e 1985 incluíram um questionário exclusivo aplicado unicamente nestas áreas rurais com predominância de população indígena.

Vemos que os censos colombianos realizados depois de 1930 permitem dimensionar o lugar da população indígena como referente da alteridade no plano de representações da nação, explícito com a inclusão sistemática de categorias e um tratamento diferenciado para contar indígenas, enquanto a população negra foi excluída dos relatos de nação e invisível ante o sistema estatístico colombiano. A

invisibilização da população negra e a naturalização da associação indígena-eticidade também se expressa na academia colombiana, a qual tem uma importante tradição em estudos antropológicos, etnográficos, lingüísticos, sobre populações indígenas, em contraste com a reduzida produção de estudos sobre populações negras colombianas, destacando os trabalhos dos antropólogos Nina de Friedemann e Jaime Arocha que analisaram as especificidades culturais, a partir do estudo dos “vestígios de africanismo”. Estas representações construídas desde os censos e a academia se expressam também nas leis colombianas, existindo uma ampla legislação para a proteção “cultural” das populações indígenas, enquanto a população negra foi invisível para o Estado colombiano.

d) Da nação mestiça à nação multicultural

Em 1991 há a uma ruptura fundamental na construção da comunidade nacional na Colômbia. A ordem social homogênea racial e culturalmente projetada pelos regeneracionistas com a constituição de 1886 é abandonada por uma nova ordem onde se reconhece constitucionalmente a diversidade étnica e cultural da nação. A constituição de 1991 se concebeu como o resultado de um processo de paz iniciado para incorporar ao sistema democrático alguns grupos guerrilheiros desmobilizados e outros grupos sociais organizados que vinham demandando participação no Estado. O contexto internacional, a partir de 1990, também foi favorável à abertura democrática e a inclusão de grupos marginalizados e excluídos do sistema político, entre eles populações indígenas e negras.

A Constituição de 1991 reconheceu as populações indígenas e negras como grupos étnicos e estabeleceu a obrigação do Estado na proteção dos direitos destas populações. O texto constitucional detalha o tratamento que o Estado vai ter com as populações indígenas, enquanto para a população negra só estabelece um artigo transitório que ordenava a criação de uma comissão especial para estudar a redação de uma lei específica². De acordo com Arocha (1998), antropólogo que fez parte da comissão que criou a Lei 70 de 1993 (conhecida também como lei de negritudes), os debates em torno dos direitos da população negra estiveram

²O Artigo Transitório 55 da Constituição de 1991 ordena que dentro dos dois anos seguintes à entrada em vigência da constituição (4 de julho de 1991), o Congresso expediria prévio estudo por parte de uma Comissão Especial que o governo criasse para tal efeito, uma lei que reconheça as comunidades negras que ocupam zonas rurais ribeirinhas na região do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva sobre as áreas demarcadas na lei.

dominados pela visão assimétrica e excludente da identidade histórico-cultural diferenciada como uma condição somente atingida pelos índios. A idéia de comunidade negra que se institucionalizou na Colômbia é representada como um grupo étnico comparável aos indígenas, como populações rurais com tradições culturais e costumes diferenciados da sociedade mestiça. A Lei 70 de 1993 define comunidade negra como “o conjunto de famílias de ascendência afrocolombiana que possuem uma cultura própria, compartilham uma história e têm suas próprias tradições e costumes dentro da relação campo-povoado, que revelam e conservam consciência de identidade que as distinguem de outros grupos étnicos” (Lei 70 de 1993, artigo 2). Esta definição faz ênfase na endogamia, a homogeneidade, a particularidade cultural e sua localização rural ribeirinha, limitada para as populações negras do Pacífico colombiano e excluindo da negritude os negros mestiços (zambos e mulatos), bem como as populações rurais de outras regiões do país e as comunidades negras nos centros urbanos. Aliás, a lei não menciona a origem histórica dos negros (a exploração escravista) e lhes nega qualquer vínculo com a diáspora africana (Helg, 2004).

No mesmo ano de promulgação da lei 70 se realizou o XVI censo nacional da Colômbia. O censo de 1993 refletiu as transformações no marco jurídico em torno do reconhecimento de diversidade étnica, incluindo uma pergunta para quantificar comunidades negras, junto com a população indígena. A publicação oficial do censo de 1993 evidencia a assimetria constitucional denunciada por Arocha (1998), deixando ver que na maneira como foi conceituado e planejado o censo deu-se prioridade à quantificação dos indígenas, convocando representantes indígenas e acadêmicos para acertar diversos aspectos e desenhando um questionário de aplicação exclusiva, enquanto a participação de representantes negros foi bastante reduzida e os conceitos empregados no censo sobre comunidade negra estavam afins com os limites estabelecidos na lei, formulando-se questões sobre a pertença do indivíduo a alguma etnia ou comunidade negra. Uma modificação importante para este censo foi a inclusão do critério de auto-classificação.

Os resultados do censo de 1993 para população indígena foram consistentes com as séries históricas, enquanto as comunidades negras foram sub-registradas, atingindo o 1.5% do total de população. O DANE reconheceu o fracasso da quantificação da população negra, argumentado que

con esta pregunta la visibilización de la población negra se vio limitada porque sólo permitió el reconocimiento de una parte de dicha población –dado que el censo se realizó en momentos en los que la aplicación de la Ley 70 de 1993 se encontraba en pleno auge- por lo que sólo se entendió por comunidad a aquellas que se encontraban dentro del ámbito de la norma – población del pacífico-, dejando por fuera la población ubicada en zonas urbanas o en otras zonas no cobijadas por esta ley (DANE, 2006, p. 31)

Num estudo dos resultados deste censo para comunidades negras, Barbary e Urrea (2004) concluem que além dos problemas na formulação da pergunta, são fatores históricos e sociológicos os que explicam a ausência na sociedade colombiana de um sentimento de comunidade étnica compartilhada e livremente declarado por grupos significativos da população, principalmente entre negros e mulatos. A partir de então e durante toda a década de 1990 o movimento negro e diferentes atores sociais, nacionais e internacionais começaram a demandar estatísticas de população negra como o mecanismo para efetivar as reformas multiculturais. Ante a falta de informação, o censo de 2005 e principalmente as categorias a serem adotadas para contar a população negra, se constituíram em objeto de permanente debate. Este processo será analisado com detalhe no capítulo 2. Por enquanto resta assinalar que o censo de 1993 se adequa ao projeto multicultural colombiano, ainda que revelasse permanências com respeito à concepção da alteridade na nação, abrindo espaço à etnização da população negra sobre os limites conceituais da identidade indígena, excluindo assim da etnicidade à maioria da população negra. Helg (2004) aponta que a Constituição de 1991 e a lei 70 de 1993 não mudaram o sistema racial hierárquico da Colômbia, senão que o confirmou ao outorgar direitos específicos aos grupos na base, negros “puros” e indígenas nas periferias, grupos minoritários que não ameaçavam a ordem sócio-racial que ficou intacta.

1.2.2 Democracia racial e anti-racismo no Brasil

a) A primeira República: eugenia e branqueamento

O lugar da raça nas relações sociais e na estruturação da sociedade brasileira constituiu um dos temas centrais desde a proclamação da República no ano 1889. A partir de então, o debate em torno do caráter e o futuro da nova nação fundamentou-se nas idéias da eugenia promovidas desde os âmbitos científicos de Europa e Estados Unidos, marcado pela discussão com respeito ao peso da determinação

biológica e a determinação social na constituição das hierarquias existentes. Predominou no debate uma visão onde as características fenotípicas, reunidas em classificações raciais, definiram *a priori* capacidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal e social, de modo que as relações sociais se entenderam como uma variável derivada da biologia, sendo no âmbito do reino natural onde se procurou a explicação para as diferentes hierarquias sociais (Costa, 2006).

Os postulados da eugenia definiram um paradigma de interpretação das hierarquias existentes no Brasil, bem como do tipo de relações sociais desejáveis projetadas na idéia de nação. Costa (2006) propõe que os intelectuais brasileiros concordaram em torno do primeiro axioma do racismo científico, o qual estabelecia que a humanidade estava dividida em raças e que as diferentes raças conformavam uma hierarquia biológica, ocupando os brancos a posição superior. As classificações raciais aceitas variavam, existindo múltiplas taxonomias no debate internacional. As divergências entre os cientistas brasileiros se situavam no âmbito do segundo axioma da eugenia que debatia a mistura das raças e os riscos de degeneração que isso implicava. Aqui se distinguem aqueles que acreditavam que a mistura racial no Brasil levaria a uma degeneração crescente da população, com a conseqüente impossibilidade de atingir um estágio de “civilização” como as sociedades européias. A obra de Nina Rodrigues enquadra-se nesta vertente do racismo científico brasileiro. De outro lado, estava quem, com otimismo, promulgava que a hibridação levaria ao desaparecimento progressivo de negros e mestiços de pele escura, considerados como inferiores, atingindo assim o branqueamento progressivo da população. Nesta vertente se localiza a obra de intelectuais como Sylvio Romero e Oliveira Vianna.

Ambas vertentes se vinculam com os postulados da eugenia reconhecidos no debate internacional que consideravam que todos aqueles que não fossem brancos eram seres inferiores, de maneira que o sentido da hierarquia biológica não era contestado. Segundo Costa (2006), na tradição intelectual brasileira está consolidada a visão que os comprometidos com a primeira corrente seriam racistas, enquanto o racismo do segundo tipo não foi considerado como tal. Aliás, desde o ponto de vista do projeto de formação nacional, a variável otimista do racismo científico brasileiro conseguia resolver o dilema da nação ao vislumbrar uma saída biológica para o desaparecimento progressivo de negros e mestiços, enquanto

aqueles que temiam à mistura racial pelo risco da degeneração mostravam, pelo contrário, a inviabilidade da nação brasileira.

A idéia de branqueamento constituiu um dos eixos sobre os quais se construiu o discurso oficial da nação durante a primeira República. Nesta época o progresso da nação foi associado à necessidade de um processo de “purificação” do sangue baseado na mistura com sangue branco, apoiado na ciência da eugenia e na migração de população branca européia, e através da geração de melhores condições de vida como consequência de políticas públicas em campos como a higiene e a reprodução. Este contexto de preocupação pela situação racial em Brasil e a reivindicação da importância da agência do Estado em re-direcionar a composição racial da população para o branqueamento, explica o restabelecimento em 1890 da Diretoria Geral de Estatística – DGE e o mandato de fazer um censo depois de proclamada a República. A constituição de 1891 consagrou regularidade de 10 anos para realização de censos, o qual reforça a tendência de governar a partir dos números, algo que jamais teria efetividade no período.

Este primeiro censo republicano revela algumas permanências e rupturas com respeito a seu antecessor, o censo de 1872, primeiro e único censo nacional realizado no período imperial. A DGE foi instalada inicialmente em 1871 como a instituição estatística do império e entre suas principais funções teve a realização do censo de 1872. Neste censo pela primeira vez foi aprendida oficialmente em termos raciais a população total de Brasil. Longe das concepções hierarquizantes e racistas que caracterizaram a República velha, o objetivo deste censo foi conhecer a população ex-escrava num contexto de modernização política e econômica, no qual Brasil transitava para um mundo de trabalho livre. Com este fim se incluiu uma pergunta para conhecer a raça da população, formulada em termos de cor (branco, preto, pardo e caboclo) e outra pergunta que indagava a condição do indivíduo (escravos, livres e libertos). Camargo (2009) argumenta que ao introduzir raça separada de condição, o censo procurava realçar as marcas do cativo na apreciação da escravatura, evidenciando a formação de uma nova hierarquia social - a população livre- indispensável para a transição a um sistema econômico não escravista. Aliás, a inclusão de perguntas sobre instrução e frequência escolar explicam o interesse das elites de integrar esta população no mercado de trabalho. As categorias incluídas também revelam permanências significativas em relação com a experiência colonial. Botelho (2005) argumenta que se a condição do

indivíduo era uma preocupação óbvia das hierarquias fundamentais da sociedade brasileira, a preocupação pela cor se constituía numa herança portuguesa que aparece nesse momento e se projeta com uma importância significativa na identidade nacional brasileira.

No censo de 1890 se materializa a racialização da estatística como expressão da preocupação que as elites tinham com respeito à condição racial da população brasileira. As classificações incluídas partiam de uma forte concepção hierárquica do mundo social, dividindo a população segundo raça em brancos, pretos, caboclos e mestiços. Os resultados do censo correspondiam às expectativas do novo regime, apresentando um retrato da população em processo acelerado para uma homogeneização étnica devido ao acelerado processo de mestiçagem, fenômeno atribuído principalmente ao aporte dos migrantes europeus (Camargo, 2009). Considerando que a migração incentivada era de pessoas brancas, entende-se que o amplo contingente de população declarada mestiça se encontrava num processo de branqueamento, o qual já tinha atingido a população declarada branca. Indiretamente se negava outro tipo de mestiçagens que não conduzissem ao branqueamento, entendendo negros e caboclos como grupos raciais “puros”.

O censo de 1890 se diferenciou em alguns aspectos centrais com respeito a seu antecessor imperial. A pergunta sobre a condição do indivíduo, central na organização do censo de 1872, não se justificava depois da abolição da escravatura em 1888. No entanto, ao excluir a pergunta sem motivar comentários ou explicações, como na apresentação das tabelas de comparação entre os censos de 1872 e 1890, o texto oficial do censo elimina qualquer vestígio da escravatura das bases da memória oficial. A pergunta sobre frequência escolar também foi excluída, evidenciando a falta de um interesse real em políticas para a integração nacional (Camargo, 2009). Por sua vez, a introdução de perguntas sobre nacionalidade e língua se explica na importância de fixar a população migrante para atingir o branqueamento, evidenciando a centralidade da raça na organização do censo de 1890 e na apresentação de resultados, mostrando um país homogêneo em caminho ao branqueamento.

O censo de 1890, bem como os outros censos realizados durante a primeira República em 1900 e 1920, de modo geral, não contou com a qualidade e a cobertura adequada, refletindo os problemas associados à debilidade do sistema burocrático brasileiro e a carência de recursos, junto com métodos precários e falta

de coordenação entre a DGE e as agências estatais (Nobles, 2000; Botelho, 2005; Camargo, 2009). Resulta interessante que num contexto onde a raça é a variável central da ordem social brasileiro, como bem o mostra o censo de 1890, nos censos posteriores de 1900 e 1920 não se incluiu a pergunta sobre a raça. Em 1910 não foi realizado o censo.

Contando com uma informação fragmentária e desatualizada com respeito à composição por raça/cor da população brasileira, estes censos foram utilizados como mecanismos para promover uma idéia de Brasil num caminho progressivo ao branqueamento de sua população. Destaca-se o censo de 1920 que apresenta uma clara explicação das idéias de branqueamento e faz referência explícita à eugenia. O texto que acompanhou a apresentação dos resultados deste censo apresentou uma seção intitulada “O Povo Brasileiro e sua Evolução”. Neste trabalho se registrou a contribuição de cada grupo racial à herança brasileira, estudando detalhadamente a distribuição geográfica dos grupos raciais, mostrando através de projeções demográficas que o branqueamento progressivo da população era um fato inevitável, explicado por dois processos relacionados: a migração de trabalhadores europeus e a tendência destes migrantes em se casarem com brasileiros, por um lado, e a fecundidade maior dos brancos, por outro lado (Nobles, 2000; Costa, 2006). Neste texto se estabelecia que

Os elementos inferiores que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos, a) pela situação estacionaria da população negra; b) pelo augmento contínuo dos affluxos arianos nestes últimos tempos; c) por um conjunto de seleções favoráveis, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças. Esse movimento de arianização, porém, não se limita apenas ao augmento do volume numérico da população branca pura; também as seleções ethnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça, ao sul e ao norte, a redução do coeficiente dos sangues inferiores. Isto é, nos nossos grupos mestiços, o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça (Vianna, 1922).

Surge a pergunta sobre como se produz tal representação do irreversível processo de branqueamento no que se encontrava a população brasileira, considerando a pouca confiabilidade da informação por raça/cor produzida pelos censos da época. A resposta se pode aproximar considerando que o autor deste texto foi Oliveira Vianna, intelectual antes mencionado, vinculado com as teses do

racismo científico “otimista”, quem ademais atuava como consultor do Estado brasileiro para temas relacionados com políticas de migração. Neste texto convergem visões do âmbito científico e estatal na promoção de representações do processo de branqueamento no Brasil, mostrando como as elites brasileiras utilizaram os censos para promover uma visão específica da população. Vemos assim como estes primeiros censos republicanos atuaram como criadores e promotores de representações sobre a raça e não como simples mecanismos que registraram sua existência.

Quadro 3
Cor/raça nos censos brasileiros, 1872-2000

Ano	Variável indagada	Tipos classificatórios (segundo a sequência dos questionários censitários)
1872	Raça	Branco, Pardo, Preto e Caboclo
1890	Raça	Branco, Pardo, Preto e Mestiço
1900		
1920		
1940	Cor	Branco, Preto e Amarelo (Pardo para não resposta)
1950	Cor	Branco, Preto, Amarelo e Pardo
1960	Cor	Branco, Preto, Amarelo e Pardo
1970		
1980	Cor	Branco, Preto, Amarelo e Pardo
1990	Cor ou Raça	Branco, Preto, Amarelo, Pardo e Indígena
2000	Cor ou Raça	Branco, Preto, Amarelo, Pardo e Indígena

Fonte: IBGE, censos demográficos 1940-2000; Paixão e Carvano, 2008.

b) Estado Novo e democracia racial

Com a instauração do governo liderado por Getúlio Vargas (1930-1945), a sociedade brasileira experimentou importantes mudanças nos âmbitos político, econômico e social. O novo governo implementou políticas procurando estabelecer uma base industrial, centralizando o poder do Estado e expandindo sua presença através da burocracia. A criação em 1938 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) localiza-se nestes esforços por modernizar o Estado. Mas, na época, as transformações se deram também no campo das representações sobre a nação brasileira e suas possibilidades. O discurso de Estado com respeito à raça e o

futuro da nação incorporou uma nova noção do povo brasileiro na qual a mistura racial foi valorizada como positiva em si mesma, sem implicar degeneração ou declínio da nação; mistura racial que ademais apontava a particularidade da sociedade brasileira apoiada na tese da “democracia racial” característica das relações sociais e instituições políticas. A implementação desse discurso implicou a promoção de alguns símbolos da cultura negra a emblemas nacionais e a atribuição de um lugar importante aos negros –no sentido simbólico- na constituição da raça “brasileira” como da personalidade “brasileira” (Sansone, 1998).

Esse poli-cromatismo sobre o qual se erigiu o discurso da democracia racial brasileira consistiu num ponto de partida sobre as reflexões político-sociais dos intelectuais ideologicamente comprometidos com o Estado Novo. O antropólogo e intelectual Gilberto Freyre foi uma figura influente em dar suporte a esta visão da democracia racial brasileira, em particular através de sua obra mais popular “Casa Grande & Senzala”, publicada originalmente em 1933. A partir de uma história social ou uma sociologia genética, como é denominada pelo autor (Guimarães, 1999), Freyre procurou opor-se aos postulados da eugenia, revalorando as culturas de origem africana e indígena e o aporte que cada grupo fez na formação da cultura brasileira. A obra destes intelectuais ofereceu um paradigma para explicar a autenticidade da sociedade brasileira e sua projeção na modernidade, e não os tradicionais modelos europeus, teses que foram adotadas pelos meios de difusão ideológica do Estado, promovendo o discurso da democracia racial de maneira significativa nos diversos âmbitos da sociedade brasileira.

Neste cenário de democracia racial os censos retomaram o estudo da composição racial no Brasil. O debate ao interior do IBGE com respeito à inclusão da pergunta sobre raça no censo de 1940 esteve marcado nas possíveis repercussões que poderia ter este levantamento num contexto internacional marcado pela difusão das idéias do fascismo europeu e os discursos racistas que os fundamentavam. De parte da comissão formada para o censo se argumentava a favor da exclusão da pergunta devido à imprecisão das respostas e as dificuldades técnicas que implicaria. De outra parte, Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, assinalava que “o quesito era fundamental para propaganda do Brasil não estrangeiro”. Deste modo a raça se inscreve no discurso oficial e o censo cumpriria um papel importante em mostrar o Brasil como uma sociedade não racista. (Camargo, 2009; Nobles, 2002).

Finalmente o censo de 1940 incluiu a variável raça, mas com uma mudança importante, perguntando agora pela cor do indivíduo e não mais pela raça. Outro aspecto interessante da pergunta é a ausência de classificações para população mestiça (como “mestiço” ou “pardo”). A explicação oferecida pelo IBGE baseou-se na crença tradicional da igualdade das raças na sociedade brasileira, de maneira que se precisava excluir classificações com um sentido ambíguo como “pardo” que, além de supor um inconveniente de tipo técnico para o censo, poderia prestar-se para situações indesejadas (Nobles, 2000). As categorias incluídas foram “branco”, “preto” e “amarelo”, utilizando-se um método indireto para contar população mestiça, posteriormente tabulados como pardos. O IBGE relatou que os resultados do censo cumpriram com as expectativas oficiais. Os dados mostraram que Brasil era uma sociedade majoritariamente branca (brancos 63%, pardos 21%, negros 15%). Nobles (2000) assinala que o texto oficial que acompanhou os resultados do censo promoveu uma imagem otimista deste processo de branqueamento em que se encontrava Brasil, entendido como o fundamento da harmonia das relações raciais e estabelecendo que a cor não supunha uma barreira social séria na mobilidade econômica e social e, ademais, eventualmente deixaria de ser um assunto na medida que Brasil estava tornando-se um país branco.

A época posterior à Segunda Guerra Mundial se caracterizou por um cenário internacional de crítica à validade do racismo científico e desaprovação aos Estados e sociedades com práticas racistas, sendo a democracia racial brasileira vista como um modelo positivo de relações raciais em comparação com os sistemas segregacionistas em países como os Estados Unidos e a África do Sul. Neste contexto se desenvolveram uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil tendo como referência as mudanças ocorridas desde a abolição da escravatura, incluindo investigadores como Donald Pierson, Thales de Azevedo, Costa Pinto, Marvin Harris, Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Os estudos desenvolvidos durante a década de 1950 estabeleceram que a raça não era uma variável estruturante da sociedade brasileira como o era a classe social. No entanto, de maneira contrária às expectativas iniciais com relação à democracia racial brasileira, os estudos reconheceram a existência de preconceitos raciais contra os negros. Mas o preconceito se associava à classe e não à pertença racial. A discriminação se explicava pela baixa posição sócio-econômica dos negros, sendo uma característica do modelo de relações raciais brasileiro a ausência de uma linha de cor ou uma

barreira racial para a ascensão social de grupos de cor. O racismo e a discriminação eram vistos como uma manifestação do legado da escravatura e a ordem colonial, algo que o capitalismo e o desenvolvimento industrial eliminariam, transformando o Brasil numa sociedade moderna onde o conflito passaria a ser entre classes sociais (Guimarães, 1999)

A constatação da existência do preconceito racial e da correspondência cor-classe supõe que desde o âmbito acadêmico a idéia da democracia racial brasileira, vista como exemplo no contexto internacional de pós-guerra, viria a problematizar-se com respeito à posição das pessoas negras nesta ordem social. No entanto, nos círculos políticos e populares, a idéia e a linguagem da democracia racial se mantinham, sendo o IBGE um ator importante em proteger esta idéia ao usar categorias de cor nos censos de 1950 e 1960, ainda que sem produzir dados que esclarecessem o lugar da raça na ordem socioeconômica brasileira. Só até 1976 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), juntou-se pela primeira vez a pergunta de cor com variáveis sócio-econômicas na análise sobre educação e rendimentos.

Para a realização do censo de 1950 se debateu no interior do IBGE a ambiguidade que supunha utilizar categorias de cor para contar raça, mas se justificou sua inclusão como a melhor maneira de ter elementos para conhecer a composição racial no Brasil. O texto oficial do censo apontava que

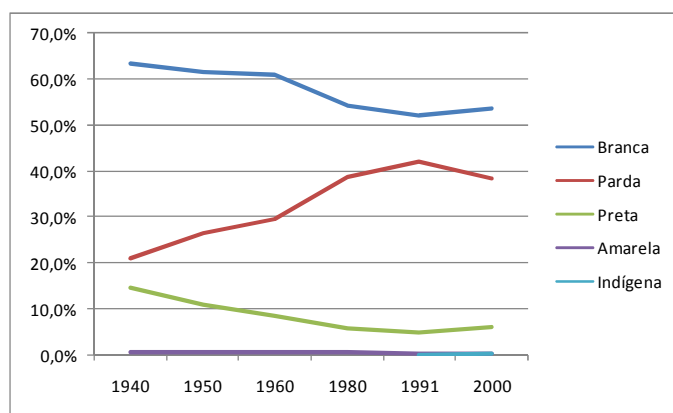
A experiência censitária brasileira demonstra as dificuldades que se opõem à coleta de informações relativas à cor. Reconhecendo embora tal circunstância, julgou-se oportuno proceder à pesquisa, uma vez que o recenseamento tem sido, no Brasil, o meio empregado para obter elementos mais amplos sobre o assunto (Brasil, 1956, p. XVII).

A pergunta de cor incluiu a classificação “parda” às anteriormente estabelecidas “branco”, “preto” e “amarelo”, junto com o critério de auto-identificação. O texto oficial que acompanhou os resultados do censo, publicado em 1956, aponta brevemente sobre os diversos grupos raciais que deram forma ao povo brasileiro, mostrando como o branqueamento estava em progresso. A explicação oferecida para esta realidade racial foi atribuída a processos históricos de mistura com população branca européia migrante, ainda que sem referência nenhuma ao papel ideológico que supôs a promoção do branqueamento através das políticas de

migração. Nobles (2000) argumenta que este texto é uma clara evidência que o IBGE estava envolvido nos debates do pensamento científico da época, falando de maneira menos frequente e menos agressiva do branqueamento e dos poderes regenerativos.

O censo de 1960 também incluiu a pergunta de cor, no entanto, os resultados não foram publicamente avaliados até 1978, e a informação, incluindo a de cor, não foi totalmente publicada. A explicação pode ser encontrada na agitada situação social que supôs a instauração de um novo governo militar entre os anos 1964 e 1985. Durante este período os militares mostraram pouca tolerância ao discurso racial, evidenciando-se na drástica diminuição de estudos sobre relações raciais, bem como na exclusão da pergunta de cor do censo de 1970 (Nobles, 2000; Costa, 2006). No entanto, no começo dos anos de 1970, servidores públicos do IBGE, acadêmicos, políticos e militantes negros começaram a questionar abertamente os métodos de classificação e a habilidade do IBGE captando a diversidade racial no Brasil. Argumentava-se que a terminologia utilizada nos censos encobria a racionalidade racial brasileira, a qual se distanciava das representações de democracia racial e branqueamento difundidas pelos censos. De outra parte, alguns acadêmicos e técnicos do IBGE argumentavam que os métodos adequados para contar raça estavam ainda por desenvolver-se.

Gráfico 1
Porcentagens de população nos censos brasileiros, 1940-2000



	1940	1950	1960	1980	1991	2000
Branca	63,5%	61,7%	61,0%	54,2%	52,0%	53,7%
Parda	21,2%	26,5%	29,5%	38,8%	42,0%	38,5%
Preta	14,6%	11,0%	8,7%	5,9%	5,0%	6,2%
Amarela	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,4%	0,4%
Indígena					0,2%	0,4%

Fonte: IBGE, censos demográficos 1940-2000

c) Desigualdade racial no Brasil contemporâneo

Para o final da década de 1970, num contexto de abertura do regime militar e de grande mobilização social, surge o debate sobre a questão racial no Brasil, desde uma perspectiva inovadora. Utilizando os dados do suplemento da PNAD de 1976 e outras estatísticas oficiais disponíveis, os estudos pioneiros de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva revelaram a correlação existente entre desigualdades sociais e adscrições raciais, mostrando que as desigualdades sociais entre os grupos de cor identificados nas estatísticas oficiais brasileiras se expressam e se compreendem agrupando em dois únicos grupos à população: brancos e não brancos. Juntando as categorias “parda” e “preta” numa só, procedimento justificado a partir da constatação de que a situação sócio-econômica destes dois grupos é semelhante e bastante distanciada a dos brancos, estes autores demonstraram a existência de preconceito e discriminação racial, verificando a desigualdade existente entre os dois grupos raciais em diferentes áreas como mercado de trabalho, moradia, educação, etc. (Silva, 1994). A partir de então se funda, sobre a construção sociológica da categoria raça, o novo paradigma de análise das relações raciais que continua orientando a maior parte dos estudos sobre o tema.

Este novo paradigma que confere centralidade analítica à categoria raça, vê na informação estatística seu suporte fundamental, constituindo um momento de inflexão com respeito à importância da análise quantitativa nos estudos sobre relações raciais no Brasil. Neste contexto, o censo de 1980 adquiriu importância para um setor de acadêmicos e ativistas negros que demandaram ao IBGE restaurar a pergunta de cor e, conseqüentemente, divulgar informação socioeconômica por raça. Inicialmente o IBGE designou o censo sem a pergunta de cor, mas cedeu frente à pressão exercida pelos atores interessados (Nobles, 2000; Oliveira, 2003). Os argumentos entre proponentes e oponentes da inclusão da pergunta giraram ao redor do caráter científico e conceitual do uso da categoria cor. De uma parte, os proponentes enfatizavam na necessidade de contar com informação quantitativa para desenvolver análise de desigualdades sociais segundo adscrições raciais. Os oponentes à inclusão da pergunta, como o intelectual Gilberto Freyre, que num artigo publicado um mês depois do IBGE anunciar a inclusão da variável cor no censo de 1980, argumentavam que constituía um erro abrir debate de um tema já felizmente resolvido, afirmando que a cor não era uma marca de diferença significativa nem fonte de divisão entre os brasileiros. Freyre apontava que as

classificações de cor historicamente empregadas nos censos estavam erradas, recomendando adicionar a categoria “morena”, argumentado que esta corresponderia mais proximamente com a realidade meta-racial do Brasil (Nobles, 2000).

O censo de 1980 incluiu a pergunta de cor utilizando as categorias “branca”, “preta”, “parda” e “amarela”. A inclusão da pergunta de cor permitiu o tipo de análise sócio-econômico que alguns pesquisadores e ativistas negros desejavam, mas que os defensores da democracia racial consideravam inadequados. A partir de então a informação por cor/raça se constituiu em um dos eixos centrais de investigação em ciências sociais, afirmando a importância da raça na estruturação das desigualdades sociais. A perspectiva crítica a este enfoque opõe-se à imagem de uma sociedade dividida estruturalmente por adscrições raciais, argumentando que Brasil possui uma história de assimilação de todos os grupos culturais e de cor, bem como uma cultura mestiça que não admite representações polares do tipo branco/negro. Trabalhos como os de Yvonne Maggie e Peter Fry se enquadram nesta perspectiva crítica, promovendo uma visão diferente do processo de constituição de nação a partir dos anos 1930, no âmbito do discurso da mestiçagem. Para eles, o ideário da mestiçagem não é uma ideologia manipulada pelo Estado e as elites com o propósito de legitimar a ordem social. Trata-se, em realidade, de um conjunto de práticas e valores internalizados como legítimos e que, por encontrarem na cultura e na história de Brasil, não são mera ideologia, senão expressão de uma identidade pessoal e cultural que seus portadores querem que seja preservada (Fry, 2005). Em resposta, os estudos raciais estabelecem que esta perspectiva crítica parece não levar suficientemente em conta que o discurso da mestiçagem apagou retoricamente o racismo da agenda do estado brasileiro, sem remover os mecanismos que reproduzem a ordem racista nas estruturas sociais e nas relações cotidianas (Guimarães, 1999).

d) Multiculturalismo e anti-racismo

Durante a década de 1980, paralelo ao debate sobre desigualdade racial, o Brasil assiste a um período de mobilizações sociais em torno da redemocratização que culmina com a promulgação da Constituição federal de 1988. Nela se estabelece um Estado democrático de direito e se dá reconhecimento oficial à diversidade étnica da nação brasileira, outorga direitos para a titulação de territórios

a comunidades negras rurais e sanciona o racismo como crime. Este novo marco normativo permitiu que progressivamente o tema da desigualdade e a discriminação racial fora se tornando central na agenda do Estado, tomando a política pública um corte racial através da qual se procurou garantir o acesso a grupos desfavorecidos a recursos como educação e território, com a conseqüente construção de novos sujeitos políticos racializados.

A criação de políticas compensatórias para desracializar as elites econômicas e intelectuais foi ganhando apoio como uma estratégia adequada para combater o racismo no Brasil (Guimarães, 1999). Na década de 1990 o debate a respeito de políticas de ação afirmativa ganha alcance nacional, estimulando a discussão e promovendo iniciativas de combate às desigualdades raciais por parte de diversos atores sociais. Em 1995 o Estado brasileiro reconheceu oficialmente pela primeira vez a existência de racismo e se propõe combatê-lo a partir de políticas públicas (Arocena, 2007). A partir deste momento a política pública de corte racial baseada no modelo norte-americano de políticas de ação afirmativa, se constitui na ferramenta fundamental da luta anti-racista através da compensação no acesso aos bens públicos; processo acelerado partir dos compromissos adquiridos pelo Estado brasileiro na Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001.

Neste contexto foram realizados os censos de 1991 e 2000. O censo de 1991 introduziu duas mudanças importantes na pergunta de cor que, posteriormente, foram replicadas no censo de 2000. Junto com a inclusão da categoria indígena nas opções de resposta, incluiu-se a palavra raça junto a cor na formulação da pergunta. Camargo (2009) argumenta que isto evidencia a vontade de ressaltar a memória da discriminação. Nobles (2000) aponta que “raça” se vincula diretamente com a nova categoria indígena, mas sem fazer explícita esta relação (raça→indígena) na pergunta nem nos manuais do censo. Pode-se pensar que a inclusão de termo raça na pergunta sem correspondência explícita com a categoria indígena, constitui um mecanismo sutil do censo que legitima o modelo racial promovido pelo estado brasileiro.

Uma análise mais detalhada destes censos será feito no capítulo 2. Por enquanto, o importante é destacar a mudança de lugar da raça nas representações da nação brasileira e a importância da informação estatística para a construção do novo paradigma de estudo das desigualdades raciais, enfoque que apresentou provas contundentes que levou ao Estado brasileiro a reconhecer a discriminação

racial e a adotar políticas anti-racistas. Um aspecto interessante dos censos brasileiros é que utilizando uma série de categorias de cor/raça de maneira estável, contribuiu para construir uma imagem do Brasil, que no início do século XX celebrava o caminho ao branqueamento e, no final do século, uma imagem de um país onde predomina uma população majoritariamente negra ou não branca.

1.3 Censos, raça e política

O capítulo se propôs estudar a maneira como os censos contribuíram nas representações específicas sobre a raça nos relatos de nação na Colômbia e no Brasil. A perspectiva diacrônica de análise teve o propósito de mostrar a raça como uma construção sócio-histórica que se expressa e se (re)significa de maneira particular em cada sociedade, ocupando um lugar específico nos relatos de nação de cada país. O estudo dos censos e as classificações raciais utilizadas em diferentes épocas na Colômbia e no Brasil permitiram entender que longe de ser um simples marcador demográfico, censos e classificações funcionaram como mecanismos importantes para o reconhecimento ou a exclusão política e social de grupos racializados da população, bem como para a criação de representações específicas sobre estes grupos que legitimaram e deram sentido às fronteiras étnico-raciais nacionais. Para concluir o capítulo assinalo alguns aspectos que o estudo da Colômbia e do Brasil sugere com respeito ao vínculo censo, raça e política.

Em primeiro lugar destaco que os censos serviram para a construção do Estado-nação colombiano e brasileiro de diversas maneiras. Há que se aclarar que Estado e nação correspondem a processos sócio-históricos diferentes, ainda que existam e se construam de maneira dialética; o Estado se entende como a criação de instituições e leis que regulam a “comunidade política”, enquanto a nação se entende como a criação da “comunidade imaginada” que permite integrar à população através de uma identidade coletiva. A análise proposta neste capítulo aprofundou na forma como os censos e as classificações raciais oficiais, ou a ausência delas, contribuíram para criar diversos projetos de nação que legitimaram modelos de ordem social e político onde a raça ocupa um lugar central. De um modo geral, se distinguiram nos dois países três momentos onde a raça foi (re)significada de forma análoga como mediadora simbólica da nação: a nação branca, a nação mestiça e a nação multicultural. Na Colômbia e no Brasil, os censos não só contaram a raça, senão que contribuíram a construí-la e significá-la, e seu estudo

permitiu entender melhor porque a diversidade racial e étnica é necessária para o nacionalismo, não só porque é *vis-à-vis* na diversidade que se imagina a unidade, senão também, porque na diversidade se inscrevem as relações sociais de poder, permitindo que as elites definam sua superioridade com relação às diferenças que observam, constroem e desejam (Wade, 2002).

Os censos também foram importantes no processo de planejamento e formação do Estado na Colômbia e no Brasil. Nos dois países se criaram instituições nacionais de estatística com o começo de novos projetos nacionais e se decretou a realização de censos de população durante seus primeiros anos, o qual é um claro indicador da importância que desde o início teve a estatística em ambos os países na concepção de governar. A informação dos censos permitiu conhecer as “possibilidades da nação” e gerar políticas para seu desenvolvimento e modernização. Aliás, a execução do censo permitiu ativar as redes burocráticas e fortalecer a presença do Estado em diferentes níveis territoriais. Os censos frequentemente foram utilizados para invocar a participação da nação e ressaltar o papel do Estado na construção da ordem social. Ao mesmo tempo, os censos podem ser compreendidos como um indicador da capacidade do Estado em contar a sua população num momento histórico determinado. A progressiva institucionalização e profissionalização da atividade estatística que se evidencia na Colômbia e no Brasil, principalmente depois da década de 1930, se relaciona com um momento de fortalecimento dos Estados e suas redes burocráticas, bem como a processos de objetivação de uma população que se tornava estatisticamente operável.

Privilegiar uma perspectiva diacrônica de análise permitiu ver que na Colômbia e no Brasil a raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) tem sido objeto de permanente discussão no interior das instituições nacionais de estatística. A inclusão ou omissão de classificações raciais contribuiu a avançar no debate sobre o lugar da raça em cada sociedade e o tipo de relações raciais que a caracterizam. Neste aspecto resulta interessante em ambos os países os vínculos entre a estatística oficial e a academia na naturalização de classificações que definem determinados grupos populacionais e que, inclusive, transcendem o âmbito da ordem constitucional. Mas, talvez o melhor aporte da diacrônica empregada é que permitiu uma aproximação à forma como censos e raça interagiram permanentemente na construção do Estado-nação colombiano e brasileiro, bem

para legitimar modelos sociais e políticos racistas e excludentes como a nação branca e a nação mestiça, ou para reverter seus efeitos e procurar uma sociedade que respeite a diversidade racial na nação multicultural.

Isto leva ao último aspecto a destacar, que é a maneira como se vinculam estas dinâmicas descritas com a arena política. Neste ponto é conveniente fazer referência à distinção que faz de la Cadena (2007) entre a política e o político. A política se refere às múltiplas práticas da política convencional que compreende organizações, atividades e instituições através das quais os dissensos (ideológicos, econômicos, culturais, raciais, de gênero) são negociados. O político tem lugar num plano diferente, na dimensão ontológica do antagonismo que separa “amigos” de “inimigos” em todas as sociedades humanas, principalmente em aquelas que são produto de experiências coloniais. O estudo dos censos e as classificações raciais na Colômbia e no Brasil permitiram uma aproximação à maneira como as populações negras foram excluídos da participação da arena política e como através das diversas concepções sobre a raça se naturalizou o antagonismo entre aqueles que podiam governar e aqueles que não teriam a “capacidade” de fazê-lo. Os modelos de nação que combateram a diversidade racial (a nação branca e a nação mestiça) conseguiram monopolizar a política para aqueles que diziam representar a razão e a liberdade, distanciando-se de negros e indígenas e representando-os como inferiores física e moralmente, ou como potenciais recrutas para a mestiçagem.

Vimos também como em anos recentes, os censos na Colômbia e no Brasil se adequaram ao modelo de nação multicultural que reivindica a diversidade étnica e faz partícipe da arena política a negros, indígenas e outros grupos sociais historicamente excluídos. No entanto, um olhar desde a perspectiva do político permite propor que os censos realizados desde a reforma multicultural em ambos os países ajudaram a obliterar esta dialética entre raça e política, ao substituir a visão de grupos antagônicos por representações de elogio da diversidade e inclusão progressiva, prevenindo assim que a negação dessa diferença ontológica surgisse como um conflito da arena política. Por outro lado, no multiculturalismo os censos e as classificações raciais perderam o controle hegemônico do Estado e desde então diversos atores sociais, nacionais e transnacionais, procuram intervir para configurar um cenário político mais equilibrada entre os distintos grupos e ao mesmo tempo combater as representações que se expressam configurando o campo do político.

Capítulo 2

Censos e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. Disputas em torno das classificações raciais

A partir dos anos 1990 observa-se na América Latina uma progressiva visibilização da questão étnico-racial. As reformas constitucionais adotadas por vários países da região afirmaram o caráter multicultural da nação e outorgaram reconhecimento especial e direitos específicos a grupos étnico-raciais historicamente excluídos, buscando transformar as ideologias de mestiçagem e branqueamento que normalizaram a sociedade e homogeneizaram os indivíduos, ocultando a exclusão social e a discriminação que são objeto populações racializadas, apagando as diferenças nas demandas e na singularidade dos sujeitos.

O multiculturalismo se apresenta como um duplo movimento que procura, de uma parte, ressaltar de maneira positiva o aporte da diversidade étnica e cultural na construção da nação e, de outra parte, aponta a redistribuição de benefícios sociais e políticos como modo de construir uma comunidade nacional com igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Propõe a busca de um novo marco institucional para que a democracia seja capaz de atender simultaneamente os princípios de reconhecimento, participação e redistribuição. O multiculturalismo se constituiu o marco legal para que populações negras e indígenas fossem vinculadas à comunidade nacional dos países latino-americanos. Na Colômbia foi adotado na constituição de 1991 e no Brasil com a constituição de 1988. A partir de então, as categorias raça e etnicidade viram renovados seus significados e passaram a ser parte das dinâmicas sócio-políticas contemporâneas.

No atual contexto, os censos resultam importantes para consolidar o projeto multicultural, não só porque através deles são conhecidas as características básicas dos grupos de população (indígenas, negros, etc.) que fundamentam a política pública, senão que os censos funcionam também como um mecanismo para motivar o reconhecimento étnico tanto ao interior do grupo como no plano nacional (Nobles, 2000). Aliás, a partir dos anos 1990 os censos e as categorias de classificação racial deixam de ser uma atividade de interesse exclusivo para o Estado, convertendo-se

num cenário onde diferentes atores sociais, nacionais e transacionais se articulam com o interesse comum da inclusão estatística da diversidade étnico-racial.

Neste capítulo argumento que os censos e, em particular, a disputa das classificações raciais empregadas, encontra-se no meio desta tensão do sistema multicultural entre a representação do grupo na nação e a redistribuição de benefícios sociais e políticos. O objetivo geral é aproximar-se do debate em torno das classificações raciais para contar população negra nos censos posteriores à reforma multicultural na Colômbia e no Brasil. Com este propósito, interessa em primeiro lugar estudar o contexto e o alcance da reforma multicultural, para depois assinalar as discussões no interior das agências nacionais de estatística da Colômbia e do Brasil com respeito à pergunta étnico-racial e as classificações para contar populações negras, bem como as ações de incidência no censo pelo movimento negro em ambos os países. Por último, destaco alguns elementos que o estudo de ambos os países revelam no vínculo censo-multiculturalismo.

2.1 A reforma multicultural

A partir dos anos 1990 vários Estados latino-americanos construíram novos projetos de nação, promovendo um novo desenho institucional e uma nova ordem política e social mais abrangente e participativa, pondo fim ao projeto de nação mestiça e homogeneizante. Este fenômeno não foi uniforme na região, porém, vários autores procuraram explicar as razões da adoção das reformas multiculturais advertindo a existência de elementos comuns nos diferentes países.

O primeiro elemento comum é que as reformas constitucionais foram realizadas em um esforço regional por reconstituir as relações entre o Estado e a sociedade, as quais, por suavez fizeram parte de um projeto democrático para descentralizar o Estado e abrir novas esferas à participação popular (Van Cott, 2000; Gros, 2002). O desejo das elites em apresentar uma imagem “mais democrática” num cenário internacional cada vez mais respeitoso dos direitos humanos, relaciona-se também com a importância que desde os anos de 1990 adquiriram as agências multinacionais de desenvolvimento e o progressivo interesse na inclusão social de grupos marginalizados, e das populações indígenas e de ascendência africana em particular (Gros, 2002; Wade, 2006;).

Outra série de argumentos que procura explicar a adoção de regimes multiculturais apresenta os processos de abertura econômica como cenários

propícios de intervenção de territórios estratégicos, a partir de políticas da diferença. Escobar (1997) e Gros (2002) apontam que os Estados se interessaram em formas de governo neoliberais mediante as quais se podia obter indiretamente o controle de áreas marginais, criando ou cooptando organizações étnicas e envolvendo-as no diálogo formal com o Estado. Na atual fase do capitalismo, essas formas neoliberais de intervenção ocorrem principalmente em territórios com um alto valor por sua biodiversidade, obedecendo estas políticas de reconhecimento à agenda dos países centrais na arena internacional, os quais, a partir de interesses específicos, impõem profundas transformações nas tradições culturais do mundo (Escobar, 1997; Carvalho, 2002).

Na América Latina, a multiculturalidade como fato social, isto é, como a coexistência de variadas e diferentes culturas num mesmo território, existe desde antes da configuração dos Estados-nação. No entanto, o multiculturalismo, como fato político, entendido aqui como a gestão das diferenças culturais no campo político, só vem acontecer até a década de 1990. O multiculturalismo erige-se como uma crítica à igualdade dos indivíduos que propõe o paradigma universalista republicano que se constituiu no marco básico do discurso sobre a cidadania da nação homogênea (branca e mestiça). Um regime político multicultural implica a inserção institucional às dinâmicas do reconhecimento identitário de populações que procuram ascender ao Estado, a partir de suas diferenças culturais e raciais, procurando um equilíbrio entre o reconhecimento do cidadão como agente ideal de interação política no espaço público, e a presença de identidades coletivas que reclamam, desde as suas particularidades, o direito de participarem politicamente e de serem sujeitos de direitos (Agudelo, 2004).

No multiculturalismo, a luta pela igualdade não se entende como uma busca de homogeneidade, senão como um esforço por criar relações simétricas de poder entre grupos e indivíduos que se reconhecem como diferentes. A nação não se refere mais a uma comunidade homogênea em termos étnicos, raciais e culturais, senão que apela à homogeneidade política que faz iguais ao conjunto de cidadãos, sem que por isso tenham que negar ou esconder suas identidades particulares (Wills, 1999). Neste sentido, os grupos étnicos e raciais não se auto-proclamam como nações a parte, nem como grupos independentes frente ao Estado e o resto da sociedade, senão que estão interessados em serem reconhecidos como

entidades específicas nos espaços jurídicos e políticos do Estado (González e Bolívar, 2002).

Um total de quinze países latino-americanos tem adotado novas constituições³, as quais de um modo geral incluem reconhecimento formal de grupos étnicos ou raciais específicos e da natureza multicultural das sociedades nacionais; reconhecimento do direito do direito consuetudinário como direito público oficial; direitos de propriedade coletiva (especialmente em relação à terra); status oficial para a língua de minorias em regiões em que estas predominam; e garantia de educação bilíngue (Van Cott, 2000; Hokker, 2005; Wade, 2006). Estes seriam, segundo Van Cott (2000), os cinco elementos principais que caracterizam o modelo multicultural na América Latina. Hooker (2005) aponta que nos quinze países onde aconteceram reformas multiculturais, assegurou-se pelo menos um e, em muitos casos, todos esses direitos coletivos no ordenamento constitucional.

Uma análise sobre as reformas multiculturais na América Latina revela importantes disparidades no escopo dos direitos coletivos contemplados. De um modo geral, as populações indígenas foram muito mais bem-sucedidas na obtenção desses direitos com respeito às populações negras. Hokker (2005) mostra que unicamente em seis países da região (Colômbia, Brasil, Equador, Guatemala, Honduras e Nicarágua) estenderam-se algum tipo de direitos coletivos para populações negras, e só em três países (Guatemala, Honduras e Nicarágua) indígenas e negros tem direitos iguais. Assinala também que com as reformas um subconjunto da população negra –em general, comunidades rurais descendentes de escravos foragidos- conquistou direitos coletivos com as reformas. Explicando esta disparidade, Hokker (2005) e Wade (2006) argumentam que um importante fator de sucesso na conquista de direitos coletivos foi a habilidade dos grupos étnicos em formular demandas em termos adequados à lógica em que esses direitos são justificados pelo regime multicultural, lógica que implica ter uma identidade cultural diferente. Argumentam que nas narrativas nacionais de mestiçagem na América Latina, os indígenas frequentemente foram incluídos como referentes de alteridade, enquanto os negros foram excluídos e invisibilizados. Isso explica porque o lugar dos negros na comunidade política nacional é mais ambíguo, inclusive nos casos em

³Os países latino-americanos que adotaram constituições multiculturais são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela.

que são reconhecidas as raízes culturais africanas da cultura nacional, como no Brasil e Cuba, fazendo difícil sustentar a especificidade da cultura negra quando ela é identificada com a cultura nacional. Considerados como um grupo não diferente (já que sua diferença seria apenas racial e não étnica ou cultural) as populações negras não mereceriam os mesmos direitos coletivos concedidos a indígenas.

Na Colômbia o multiculturalismo se introduz com a constituição de 1991. O artigo transitório 55 incluído na nova constituição resultou com a promulgação da lei 70 de 1993 que abriu campo para que as comunidades negras das zonas rurais do Pacífico colombiano obtivessem títulos coletivos sobre a terra. Até o ano 2006 haviam sido reconhecido 132 títulos que cobriam quase cinco milhões de hectares, beneficiando aproximadamente 300.000 pessoas. A lei 70 reservou duas vagas para representantes negros na Câmara baixa do Congresso Nacional (Câmara de Representantes) e em várias instituições estatais como o Instituto Colombiano da Reforma Agrária, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Médio Ambiente e o Ministério de Educação. Também foram criados novos órgãos focados na participação das comunidades negras no desenho de políticas públicas como a Direção Geral de Comunidades Negras, Minorias Étnicas e Culturais, adjunta ao Ministério do Interior. A partir de 1998 foi criada uma legislação para promover a inclusão da história e cultura das populações negras nos currículos escolares, bem como garantias para um acesso especial a estudos universitários. Entidades estatais de pesquisa como o Instituto Colombiano de Antropologia e História consolidaram linhas de investigação sobre comunidades negras e garantiu-se espaço em canais públicos de televisão com o propósito de difundir a cultura negra.

No Brasil a constituição de 1988 reconheceu a nação multicultural. O artigo transitório 68 abriu o caminho para que o Estado conferisse títulos de terra a remanescentes das comunidades dos quilombos. Em meados dos anos 1990, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu de maneira oficial a existência de discriminação racial no país e criou uma comissão para combater o racismo. Em 1995 começou o debate sobre a questão dos títulos de terra para quilombos. Em 2001, o decreto 3912 concedeu à Fundação Cultural Palmares, divisão do Ministério de Cultura, um papel líder no processo de titulação, cuja ineficiência foi criticada pelos representantes do movimento negro. Em 2003 tão só se tinham titulado terras a cerca de 70 quilombos, ainda que se estimasse a existência de mais de 2000, com uma população beneficiária aproximadamente de dois milhões de pessoas (Wade,

2006). No 20 de novembro de 2003, dia nacional da consciência negra, o presidente Lula Da Silva lançou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, coordenada pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e assinou também um decreto que transfere o processo de titulação de terras ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Nesse mesmo ano se implementou uma política de ação afirmativa dirigida a inserir população negra na educação superior. A partir de então as universidades públicas federais reservaram cotas exclusivas para negros. A partir do ano 2003 começa o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial que propõe, entre outros assuntos, cotas para negros no governo federal.

2.2 Agências censitárias e classificações raciais

Nesta seção analiso as discussões suscitadas no interior das instituições nacionais de estatística da Colômbia (DANE) e do Brasil (IBGE), em torno da pergunta étnico-racial e as classificações raciais para contar população negra nos censos realizados depois da reforma multicultural em cada país.

2.2.1 Etnicidade e raça no DANE

O censo de 1993 foi o primeiro em realizar-se sob o modelo de nação multicultural na Colômbia. As novas disposições legais tiveram eco neste censo, incluindo a pergunta étnico-racial de aplicação para toda a população, indagando se a pessoa pertencia a alguma etnia, grupo indígena ou comunidade negra. Esta pergunta é um claro exemplo da maneira como foram integradas as populações negras à nação multicultural colombiana: como comunidades negras definidas como um grupo étnico semelhante aos indígenas. Os resultados do censo de 1993 para população indígena foram consistentes com a série histórica, enquanto a população negra foi sub-registrada, representando apenas 1.5% do total de população. O DANE reconheceu o fracasso deste censo devido principalmente a uma má elaboração da pergunta e a fraca auto-identificação entre a população negra urbana como “comunidade negra” (DANE, 2004).

O censo se realizou no mesmo momento em que se debatiam os conteúdos que ficaram consignados na lei 70 de 1993 (conhecida também como lei de negritudes). Esperava-se que a informação deste censo servisse de base para regulamentar os direitos estabelecidos na lei, principalmente o disposto no artigo 57

que estabelecia a criação de uma comissão de estudos para a formulação de um “Plan de Desarrollo para Comunidades Negras” no qual se proporião as políticas no longo prazo e serviria como marco do “Plan Nacional de Desarrollo”. Ante a falta de informação estatística confiável para populações negras, a comissão criada para formular o “Plan de Desarrollo para Comunidades Negras”, conformada por consultores do movimento negro e com base na informação existente em distintos registros, projetou um total de população negra de 26% (10,6 milhões para 1998), cifra que ficou oficialmente publicada em 1998 no “Plan Nacional de Desarrollo de la población Afrocolombiana: Hacia una nación pluriétnica y Multicultural” (DNP, 1998).

Este 26% que se tornava oficial, e que contrasta com o 1,5% registrado no censo de 1993, obedece tão só a uma projeção do total de população que não resultava útil para a formulação de políticas públicas. O Estado colombiano reconhecia que a falta de informação impedia melhorar as condições de vida da população negra, solicitando ao DANE informação demográfica e sócio-econômica em diversos documentos oficiais desde meados da década de 1990. No texto do documento de 2002 “Política para la población afrocolombiana” se estabelecia que

uno de los principales problemas para focalizar, cuantificar y diagnosticar la población afrocolombiana es la carencia de estudios y de información precisa que permitan estimar y conocer las condiciones de vida y en general sus características sociodemográficas, socioeconómicas y culturales, su peso demográfico, o su dinámica migratoria, debido a que no se dispone de una línea de base poblacional y de indicadores desagregados por grupos de población” (DNP, 2002, p. 38).

Neste contexto de carência de informação estatística para população negra, o DANE começou desde 1998 a realizar diferentes provas da pergunta étnico-racial que seria incluída no censo de 2005. Dois aspectos se destacam destas provas: o primeiro é que através dos resultados das provas que tiveram uma abordagem nacional, especificamente a “Encuesta de Hogares do 2000” (EH/2000) e a Encuesta de Calidad de Vida 2003” (ECV/2003), obteve-se informação que permitiu conhecer algumas características básicas das populações negras e comprovar a desigualdade social existente, oficialmente reconhecida pelo Estado colombiano desde os anos 1990. Estas informações permitiram aos pesquisadores do Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica (CIDSE), vinculado a

Universidade del Valle, compará-la com duas pesquisas aplicadas entre 1998 e 1999, financiada pelo Institut de Recherche pour le Développement da França a primeira e pelo Banco Mundial a segunda, ambas realizadas com o propósito de medir dimensões da desigualdade sócio-racial na região sul do Pacífico colombiano e na cidade de Cali. Os trabalhos reunidos em Barbary e Urrea (2004) apresentam os resultados deste exercício, no qual projetaram totais de população negra e aprofundaram no estudo das formas de auto-identificação entre as pessoas negras e aspectos diversos respeito à desigualdade racial. Revelaram que o total de população negra está entre 20 e 22%, sendo um grupo majoritariamente urbano (70%) e concentrado nas principais áreas metropolitanas do país. Com respeito às formas de auto-identificação, entre os migrantes provenientes de áreas rurais do Pacífico é funcional o modelo étnico de comunidade negra, enquanto no contexto urbano, pelo contrário, é a partir de critérios fenotípicos que funciona a auto-classificação e a classificação externa como pertencente a população negra, o qual lhes permite confirmar as limitações do enfoque étnico empregado pelo DANE no censo de 1993. O principal aporte deste estudo foi afastar-se do enfoque culturalista predominante nos estudos de população negra, os quais se estenderam amplamente depois da reforma multicultural, desenvolvendo pela primeira vez na Colômbia de maneira sistemática um estudo quantitativo sobre desigualdades sociais, a partir de critérios fenotípicos, revelando que de maneira geral as populações negras contam com indicadores mais baixos quanto a condições de vida e rendimentos, e analisando com detalhe aspectos de segregação residencial na cidade de Cali.

O segundo aspecto para destacar é que as provas realizadas pelo DANE da pergunta étnico-racial empregou diferentes métodos e categorias de classificação para a população negra. As provas do questionário realizadas em 1998 e 1999 utilizou a categoria população negra. Na EH/2000, a auto-classificação a partir de 4 fotografias onde apareciam rostos de pessoas representando cada uma um grupo étnico-racial diferente (branco, mestiço, negro e indígena). A partir do 2001 com o “Censo Experimental de Yopal” começa-se a diversificar a terminologia empregada, incluindo de maneira diferenciada critérios fenotípicos (negro, mulato) de critérios étnicos (afrocolombiano, afrodescendiente), bem como grupos diferenciados de população negra (palenquero e raizal). Na ECV/2003 se juntaram os critérios fenotípico e étnico (negro, mulato, afrodescendiente), ainda que se mantivesse a

categoria específica para raizales e palenqueros. Finalmente, a “Encuesta de Hogares” realizada em 2004 (EH/2004) incluiu duas perguntas diferentes para contar a diversidade étnico-racial, uma baseada em critérios étnicos (afrocolombiano, palenquero e raizal) e outra em critérios fenotípicos (negro e mulato). Observa-se que desde o 2001 o DANE começa a empregar de maneira diferenciada critérios étnicos e raciais para identificar estatisticamente a população negra, incluindo grupos específicos de população que se diferenciam devido a sua especificidade cultural e lingüística. A forma como foi estruturada a pergunta nas provas realizadas pelo DANE, faz referência ao caráter étnico do individuo (costumes e tradições) passando por alto as características fenotípicas, com exceção da pergunta incluída na EH/2004.

Os diferentes métodos e classificações provadas para medir população negra têm explicação no dialogo estabelecido entre o DANE e representantes do movimento negro. A partir dos resultados do censo de 1993, diferentes organizações vêm pressionando o DANE para serem inseridos no debate sobre a pergunta étnico-racial, criando-se, a partir do ano 2000, espaços institucionalizados de dialogo, primeiro no “Encuentro Internacional Todos Contamos: los grupos étnicos en los censos” onde se acordou a pergunta do censo experimental na cidade de Yopal em 2001. Em 2004 se realizou o “Taller de Evaluación de la Pregunta de Autorreconocimiento Étnico”, onde de maneira conjunta representantes negros e funcionários do DANE avaliaram os resultados das provas realizadas e sobre a pergunta incluída na EH/2004. Posteriormente, nesse mesmo ano, realizou-se o “Taller de socialización para población afrocolombiana del censo 2005” onde foram avaliados os resultados da pergunta inclusa na EH/2004 e se procurou alcançar acordos finais com respeito à pergunta e sobre aspectos da participação do movimento negro em diversos aspectos operativos do censo. Com respeito à questão, se acordou incluir de maneira diferenciada os critérios étnico e fenotípico, incorporando neste último um maior número de categorias que permitisse captar o total de formas de classificação utilizadas pela população negra na Colômbia. Neste ponto o debate se centrou ao redor da inclusão da categoria “moreno”, insistentemente reclamada pelos representantes negros até o ponto do DANE assinar um ata comprometendo-se a estudar a inclusão de “moreno”, ainda que estabelecendo que esta não tinha sido testada em nenhuma operação estatística do DANE (Estupiñán, 2006).

Quadro 4

Provas da pergunta étnico-racial no DANE, 1998-2004

Operação estatística	Pergunta étnico-racial	Grupo étnico
Primera Prueba de contenido formulario censal, 1998	<i>¿A cuál grupo poblacional considera que ... pertenece:</i> 1. Población indígena 2. Población negra 3. Población blanca o mestiza 4. Población gitana 5. Otro	Indígenas, negros, gitanos
Segunda Prueba de contenido formulario censal, 1999	<i>¿A cuál grupo poblacional considera que ... pertenece:</i> 1. Población indígena 2. Población negra 3. Población blanca o mestiza 4. Población gitana 5. Otro	Indígenas, negros, gitanos
Censo experimental de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, 1999	<i>¿A cuál de los siguientes grupos de población considera que pertenece:</i> 1. Población raizal 2. Población no raizal	Raizales
Registro de Población y de Vivienda Embera Katío 2000 y 2004	<i>¿De acuerdo con sus costumbres y tradiciones... es:</i> 1. Indígena 2. Negro 3. Otro	Indígenas, negros
Encuesta de Hogares de 2000.	Reconocimiento Fotográfico	Indígenas, negros
Censo experimental de Yopal, 2001	<i>...se considera:</i> 1. Indígena 2. Raizal del Archipiélago 3. Palenquero 4. Rom(Li) gitano(a) 5. Negro(a) 6. Mulato(a) 7. Afrocolombiano(a) Afrodescendiente 8. Mestizo(a) o Blanco(a) 9. otro <i>¿cuál? _____</i>	Indígenas, afrocolombianos raizales, palenqueros, Rom (gitanos)
Encuesta de Calidad de Vida, 2003	<i>¿De cuál de los siguientes grupos étnicos se considera usted?</i> 1. Indígena 2. Gitano 3. Raizal del Archipiélago 4. Palenquero 5. Negro, Mulato (afrodescendiente) 6. Ninguno de los anteriores	Indígenas, afrocolombianos raizales, palenqueros, Rom (gitanos)
Censo experimental de Soacha, 2003	<i>De acuerdo con sus costumbres y tradiciones... se considera:</i> 1. Indígena, 2. Negro(a) afrodescendiente, 3. Raizal del Archipiélago, 4. Palenquero, 5. Gitano(a) Rom (li), 6. Mestizo u otro diferente	Indígenas, afrocolombianos raizales, palenqueros, Rom (gitanos)
Encuesta de Hogares, 2004	<i>Es:</i> 1. Afrocolombiano(a), 2. Indígena, 3. Rom (Gitano), 4. Raizal de San Andrés y Providencia, 5. Palenquero, 6. Ninguna de las anteriores <i>De acuerdo a sus características físicas, ¿es...?</i> 1. Negro(a), 2. Blanco(a), 3. Mestizo(a), 4. Mulato, 5. Ninguna de las anteriores	Indígenas, afrocolombianos, raizales, palenqueros, Rom (gitanos)

Fonte: DANE 2004, 2006

Finalmente a pergunta étnico-racial do censo 2005 fez caso omissos dos acordos assinados em 2004, incluindo numa mesma pergunta critérios fenotípicos e étnicos e limitando as categorias a quatro classificações (negro(a), mulato(a), afrocolombiano(a) e afrodescendente), ainda que mantendo diferenciada a classificação para raizales e palenqueros. O censo 2005 empregou uma nova metodologia que implicava sua realização durante um ano inteiro (entre maio de 2005 e maio de 2006) seguindo um modelo estatístico para recensear as regiões de acordo com sua dinâmica populacional. Esta metodologia permitiu que o movimento negro fosse avaliando os resultados por região, pressionando ao DANE durante todo o processo para o cumprimento dos acordos mencionados.

“branca”, “preta”, “parda” e “amarela”, incluindo-se indígena desde o censo de 1991, passando também esse ano a perguntar-se por cor ou raça. Desde finais dos anos 1970, as estatísticas por cor produzidas pelo IBGE serviram para evidenciar a desigualdade social, a partir de adscrições raciais e fundamentar a necessidade de políticas de corte racial que começaram a serem implementadas a partir dos anos 1990. Ao juntar as categorias oficiais nos pólos brancos/não brancos, os estudos constataram a desigualdade racial persistente para o grupo não branco em múltiplos espaços da vida social, como o acesso ao mercado de trabalho, educação e renda. O debate em torno da confiabilidade do sistema oficial de classificação racial constitui o aspecto central para legitimar ou invalidar tais achados.

Os críticos desta perspectiva analítica assinalaram a fragilidade do sistema de classificação racial de categorias pré-codificadas empregado pelo IBGE, destacando dois fatores principais: De uma parte se argumenta que como consequência do processo de mestiçagem e ante a ausência de um modelo social segregacionista como nos Estados Unidos e África do Sul, na sociedade brasileira existe uma pluralidade de classificações por cor que não se resumem nas categorias oficiais. De outra parte apontam que a auto-identificação do indivíduo dentro de uma categoria de cor corresponde a um processo subjetivo inscrito num contexto específico de relações raciais que é impossível de avaliar a partir dos dados estatísticos (Nobles, 2000; Vantoan, 2004; Camargo, 2009). Estes argumentos explicariam a pouca confiabilidade das informações por cor e raça, deslegitimando os estudos sobre desigualdades raciais que se sustentam em tal informação.

No debate sobre a multiplicidade de classificações de cores no Brasil, o IBGE se inscreve com duas experiências a nível nacional que procuraram aproximar-se de maneira específica a esta problemática. Na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 1976 (PNAD/76) e na Pesquisa Mensal de Emprego em 1998 (PME/98) inclui uma pergunta aberta e outra fechada (com categorias pré-codificadas) para medir cor. Os resultados para a pergunta aberta de cor foi um total de 136 formas de auto-identificação na PNAD/76 e 143 na PME/98. Isto pareceria confirmar as críticas com respeito a pouca fiabilidade do sistema oficial de classificação racial, no entanto, a análise das frequências de resposta indicou que só algumas destas categorias são verdadeiramente relevantes.

Quadro 6
Distribuições das respostas à auto-identificação de cor, PNAD/76 e PME/98
(Pergunta aberta)

Categorias	PNAD 76 (%)	PME 98 (%)
Branca	49,4	54,2
Morena	24,8	20,9
Parda	8,5	10,4
Preta	5,6	4,3
Negra	0,1	3,1
Morena clara	2,7	2,9
Amarela	1,5	1,1
Mulata	1,2	0,8
Clara	1,5	0,8
Morena escura	0,5	0,4
Escura	1,1	0,4
Outras	3,1	0,7

Fonte: Petrucelli, 2000.

Realizadas as duas pesquisas com mais de 20 anos de diferença, os resultados revelam que das mais de 100 classificações de cor encontradas, seis delas (Branca, Morena, Parda, Preta, Negra, Morena Clara e Amarela) acumulam mais do 90% das respostas. Note-se que quatro das seis categorias mencionadas fazem parte das categorias habitualmente incluídas na pergunta de cor dos censos brasileiros. Somadas às seguintes quatro categorias em termos de representatividade (Mulata, Clara, Morena escura, Escura) os resultados chegam muito perto do 100% (PNAD/76 com 96,9% e PME/98 com 99,3%).

Dois aspectos chamam a atenção nestes resultados. O primeiro deles é que sete das onze categorias listadas correspondem a categorias intermédias de cor, ou seja, gradações na escala cromática entre brancos e pretos, sendo entre elas a categoria “morena” a de maior representatividade (PNAD/76 com 24,8% e PME/98 com 20,9%) e segunda em importância do total de categorias encontradas, depois de “Branca”. O debate em torno da importância da categoria de cor “morena” para identificar adequadamente população negra, já tinha sido colocado tempo atrás. Em 1979, um mês depois de que o IBGE decidiu incluir a pergunta de cor no censo de 1980, num artigo publicado no jornal Folha de São Paulo titulado “Brasileiro-sua cor?”, Gilberto Freyre assinalava que as categorias de cor historicamente empregadas nos censos estavam erradas, recomendando adicionar “morena”, argumentado que esta categoria corresponderia mais proximamente com a realidade meta-racial do Brasil. Em 1995, o mesmo jornal publicou um suplemento titulado

“Racismo Cordial: A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil”, posteriormente publicado como um livro. A pesquisa estatística que apoia a análise mostra que “morena” era a categoria de cor da mais ampla aceitação entre a população brasileira, com o 43% do total de respostas, seguida de branco com 39% (Silva, 1999; Nobles, 2000). Analisando os resultados desta pesquisa, Silva (1999) assinala que apesar da rejeição que existe à categoria oficial utilizada pelo IBGE “pardo” e a preferência para o termino “moreno”, sua inclusão como categoria censitária não seria oportuna uma vez que se estaria pesquisando a questão da identidade de cor em detrimento de um atributo físico, o qual levaria ao deslocamento do objetivo de investigar características sócio-demográficas para o campo das identidades coletivas.

O segundo aspecto para destacar dos resultados da PNAD/76 e a PME/98, é a variação regional no uso de categorias de cor. Comparando os resultados da pergunta aberta de cor para seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre), Petruccelli (2000) encontrou variações importantes nos padrões de identificação por cor de acordo à região, particularmente importante com respeito às categorias intermédias de cor. Juntando as categorias intermediárias de cor numa só, observa como as regiões metropolitanas se distribuem em 4 níveis bem claros: Porto Alegre em torno do 10%, Rio de Janeiro e São Paulo com o 30% aproximadamente, Belo Horizonte com a metade da população dentro destas categoria e finalmente Salvador e Recife ao redor do 60%. Há que destacar que inclusive considerando estas variações regionais, os resultados obtidos com a pergunta aberta de cor na PNAD/76 e na PME/98 mostram que o sistema de classificação utilizado pelo IBGE resulta apropriado para o estudo da composição racial da população brasileira, legitimando-se assim os achados dos estudos sobre desigualdade racial e o modelo de políticas anti-racistas adotado pelo estado brasileiro como forma de superar tal desigualdade.

Para o censo do 2000 foi incluída a pergunta de cor/raça utilizando as mesmas categorias empregadas no censo de 1991. A análise dos resultados do censo do 2000 em comparação com o censo de 1991, mostra que houve uma redução do percentual de pessoas que se auto-declaram “pardas” e um aumento nos percentuais de pessoas que se declaram em outras categorias de cor/raça, principalmente na categoria “preta”. Com relação a esta categoria, Petruccelli (2000) assinala que as informações dos censos demográficos desde 1872 mostram que em

nenhuma outra época se verificou um crescimento absoluto e relativo como entre os anos 1991 e 2000, apresentando uma variação do 40% neste período intercensal contrastada com a evolução histórica deste segmento de população. Os resultados do censo do 2000 foi interpretado como produto de um processo de maior reconhecimento étnico da negritude que levou a um melhor delineamento na auto-classificação das pessoas em grupos étnico-raciais (Petruccelli, 2000, Vantoan, 2004).

Quadro 7
Cor/raça nos censos brasileiros de 1991 e 2000

	Censo 1991 (%)	Censo 2000 (%)
Branca	51,6	53,7
Preta	5	6,2
Amarela	0,4	0,4
Parda	42,4	38,5
Indígena	0,2	0,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000

Este processo de etnização da sociedade brasileira parece que continua sua marcha no século XXI. A partir dos resultados da PNAD realizada no 2008, o IBGE apontou que pela primeira vez mais da metade da população brasileira (50,6%) se auto-declarou como “parda” ou “preta” (Sant`anna, 2009). Para o censo que vai ser realizado no 2010, o IBGE confirmou a inclusão da mesma pergunta de cor dos censos de 1991 e 2000, com a importante modificação de passar a ser uma pergunta de aplicação universal (para todos os habitantes do país). Até o censo do 2000 a pergunta de cor/raça se aplicava somente a uma amostra representativa da população. Este caráter universal da pergunta permitirá conhecer novos aspectos da situação da população e os domicílios, ampliando a base estatística para um melhor conhecimento das desigualdades raciais no Brasil e para o desenvolvimento de políticas públicas.

2.3 Movimento negro e campanhas de auto-identificação

Organizações do movimento negro na Colômbia e no Brasil, articuladas com outros atores sociais interessados na informação estatística para populações negras, adiantaram ações para incidir em diversos aspectos dos censos posteriores a reforma multicultural. Nesta seção analiso os objetivos e os resultados das

campanhas criadas para fomentar a auto-identificação negra no contexto do censo 2005 na Colômbia e o censo 2000 no Brasil.

2.3.1 “Las Caras Lindas de mi Gente...”

Paralelo às negociações com o DANE, algumas organizações negras da Colômbia se articularam para incidir diretamente na realização do censo 2005 e promover uma valoração positiva da auto-identificação como negro. Em 2004 a organização “Proceso de Comunidades Negras” convocou outras organizações do movimento negro para conformar a “Mesa de Trabajo Nacional Afrocolombiana para el Censo 2005”. Os principais objetivos propostos foram fortalecer a coordenação entre as organizações do movimento negro em torno de ações de sensibilização da população negra para a auto-identificação, destacar a presença das populações negras e seus aportes na construção da nação e propiciar acordos com o DANE para o seguimento e avaliação dos resultados do censo 2005 (CNA, 2006).

Para as organizações convocadas, a participação do movimento negro no censo 2005 devia desenvolver-se em pelo menos dois cenários: no dialogo com o DANE e restantes instituições estatais envolvidas no processo do censo com a população negra, e através de ações diretas com a população nacional convocando à auto-identificação. Neste contexto se concretizou a realização da campanha “Las Caras Lindas de mi Gente...”, contando com participação das organizações Conferencia Nacional Afrocolombiana, Proceso de Comunidades Negras, Movimiento Nacional CIMARRON, Asociación de Organizaciones de Comunidades Negras, Asociación de Alcaldes de Municipios con Población Afrodescendiente, Red Nacional de Jóvenes Afrocolombianos, Red Nacional de Mujeres Afrocolombianas, Federación de Municipios del Pacifico, entre outras.

Contando com o apoio das ONG’s Serviço Mundial de Igrejas (ILSA) e MSD-USAIN, a campanha conseguiu produzir material impresso (cartazes, volantes) e material audiovisual para ser difundido em rádio e televisão. Na capa de um CD que recopila o material produzido pelas organizações, especifica-se o propósito da campanha.

En el caso de los Negros(as), Mulatos(as), Zambos(as), Morenos(as), Afrodescendientes, Afrocolombianos(as) y Raizales. Es decir todos aquellos descendientes de africanos en Colombia, todos y cada uno de los colombianos a quienes nuestros antepasados nos

dejaron, aunque sea una gota de sangre africana (negra). Este censo constituye una posibilidad histórica. En los casi 200 años de vida republicana hoy no existen datos sobre el número total de descendientes de africanos en Colombia, ni indicadores reales sobre la situación socioeconómica en que viven.

En el censo preguntarán: si de acuerdo con sus rasgos físicos, su pueblo o su cultura, usted es... Negro(a), Mulato(a), Zambo(a), Afrodescendiente, Afrocolombiano(a), Palenquero(a) o Raizal. Conscientes que responder esta pregunta significa enfrentar factores de autonegación que tienen sus causas en la discriminación y el racismo a que este grupo poblacional y sus miembros hemos sido sometidos a lo largo de toda su historia, las organizaciones de afrocolombianos están desarrollando acciones de incidencia, educación y movilización para que los descendientes de africanos que habitamos esta patria, nos autoidentifiquemos al momento de responder el cuestionario del próximo Censo (PCN, 2005).

O texto aponta a dois aspectos amplamente debatidos pelo movimento negro depois dos resultados do censo de 1993. O primeiro é a inexistência de informação estatística confiável sobre o tamanho da população negra e sua situação sócio-econômica, de maneira que o censo “constitui uma possibilidade histórica” para acabar com a invisibilidade estatística. O segundo é que a história de discriminação e racismo contra a população negra faz com que as pessoas não se auto-identifiquem como negros, daí a importância de ações de incidência do movimento negro no campo da sensibilização. O aspecto do texto que mais chama a atenção é que propõe para a Colômbia a adoção da norma de “hipo-descendência” própria da classificação racial dos países do norte, em particular os Estados Unidos. Essa regra se resume dizendo que uma gota de sangue negra, faz que quem a porta seja denominado pessoa negra. Arocha (2006) destaca que esta é uma estratégia que tem a vantagem de aumentar o recrutamento racial e desse modo melhorar as condições de pressão política que poderão exercer as organizações negras.

O comercial de televisão se constituiu numa das peças fundamentais da campanha com o propósito de chegar a um público nacional. Neste aparecem uma série de homens e mulheres negras que representam diferentes contextos (urbano, rural), regiões do país e idades, afirmando de maneira categórica seu pertencimento à população negra, utilizando para isso as classificações censitárias (“negro(a)”, “mulato(a)”, “afrocolombiano”, “afrodescendiente”, “raizal”, “palenquero”) junto com “moreno” e “zambo” que não faziam parte da pergunta étnico-racial. O comercial termina com uma toma geral de todas as pessoas dizendo “orgulhosamente

afrocolombianos”⁴. A inclusão das categorias “moreno” e “zambo” no material difundido pela campanha ressalta esta estratégia de recrutamento racial, ainda que poderia levar a confundir a pessoa na hora de responder o censo. É interessante que das oito categorias empregadas pela campanha para fomentar a auto-identificação, a metade é de classificação étnica (“afrocolombiano”, “afrodescendiente”, “raizal”, “palenquero”) que começou a difundir-se somente a partir da reforma multicultural em 1991. O chamado final do comercial era a identificar-se como “afro-colombiano”, o que corrobora esta perspectiva de uma afirmação étnica da negritude.

O resultado final da campanha foi ambíguo. De uma parte, o 10,5% do total da população negra estabelecido no censo 2005, bastante longe do 26% projetado pelo movimento negro, sugere que as ações de incidência para a auto-identificação não foram suficientemente efetivas. No entanto, reconheceu-se como um importante lucro que pela primeira vez a população negra, desde suas organizações, se mobilizou em torno do censo, indicando a importância deste para a visibilização e o posicionamento das demandas da população negra na nação multicultural (CNA, 2006). A campanha conseguiu realizar manifestações e divulgar o material nas principais cidades colombianas com presença de população negra (Cali, Medellín, Cartagena, Barranquilla, Bogotá) e na região do Pacífico. O comercial se difundiu em canais nacionais e regionais. De igual modo os representantes do movimento negro durante o processo do censo atingiram diferentes acordos com o DANE. Estes resultados indicam que, além do dado estatístico, o censo 2005 foi visto pelos movimentos negros com um propósito político claro, conseguindo incidir em diferentes momentos e aspectos durante sua realização.

⁴O comercial está disponível no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=RSq5FuhS1SE>. Acessado em 18/03/2010.

Gráfico 2
Cartaz da campanha “Las Caras Lindas de Mi Gente...”



Fonte: PCN, 2005

2.3.2 “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom C/Senso”

No começo dos anos 1990, uma série de organizações do movimento negro no Brasil, com o apoio de algumas ONG's, desenvolveram uma estratégia de intervenção social no censo de 1991 através da campanha “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom C/Senso”. Esta campanha se entendeu como uma continuação da mobilização de finais da década de 1970 em torno da restauração da pergunta de cor no censo de 1980, ainda que adiantada num contexto sócio-político diferente (Sant'anna, 2008).

As razões que motivaram a realização da campanha foram diversas. Em primeiro lugar, estava a inconformidade manifesta de ativistas negros com o sistema de classificação oficial utilizado pelo IBGE, assinalando que cor era uma maneira imperfeita de perguntar, sugerindo incluir a palavra “raça” na pergunta com a categoria correspondente “negra”, em vez de “preta”. Criticava-se também a categoria de cor “parda” devido a sua imprecisão conceitual (Nobles, 2000; Sant'anna, 2008). Num contexto político de re-democratização, outra das razões que motivaram a campanha era fazer visível a demanda do movimento negro que reivindicava uma democratização da informação estatística. Os ativistas negros denunciavam que o Estado brasileiro tinha acesso a múltiplas possibilidades de caracterizar a população negra, a partir da informação estatística em poder do IBGE,

porém os recortes publicados utilizavam poucas variáveis (sexo, idade, situação de domicílio, distribuição da população UF, anos de estudo e rendimento mensal), insuficientes para conhecer as características de uma população que então representava o 44% do total de brasileiros (Sant'anna, 2008)

Neste contexto, a campanha conseguiu articular atores nacionais e internacionais num momento propício aos debates respeito dos direitos de cidadania, inserindo-se no debate sobre direitos diferenciados para populações negras. A campanha foi promovida por nove ONGs, sete das quais eram parte do movimento negro e duas afiliadas a instituições acadêmicas. As sete organizações negras foram: Instituto de Investigações da Cultura Negra, o jornal *Maioria Falante*, a Fundação Palmares para os Direitos Humanos, o Centro para a Articulação de Populações Marginais, o Centro de Referência Negro-mestiça, Agentes da Pastoral Negra e o Instituto de Estudos Religiosos-Programa *Negritude Brasil*. As duas instituições acadêmicas vinculadas foram o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, com sede no Rio de Janeiro, e o Laboratório de Investigação Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro. Adicionalmente a Fundação Ford e a fundação italiana Terra Nuovo se vincularam, financiando parte das atividades desenvolvidas.

A campanha foi lançada em 1990 na cidade de Rio de Janeiro, propondo-se três objetivos sensíveis:

1. Sensibilizar pessoas de origem africana a declarar sua cor a partir do referencial étnico.
2. Contribuir na construção de indicadores nacionais sobre as condições sócio-econômicas da população de origem africana.
3. Fazer veicular uma mensagem positiva da população de origem negra tendo em vista a recuperação de sua auto-estima cultural e política (Sant'anna, 2009).

Wannia Sant'anna, ativista negra que participou na idealização da campanha, argumenta que foi concebida com propósitos profundamente políticos. Assinala que promover a auto-identificação e elevar a auto-estima entre a população negra, apontava no fundo a colocar o debate sobre as origens étnico-raciais da população no cenário público nacional. De maneira que mais que simplesmente introduzir um quesito no censo, tratava-se de problematizar a questão racial não Brasil e fazer do censo um instrumento de reivindicação política (Sant'anna, 2008).

A peça principal da campanha foi um cartaz e o panfleto que o acompanhava. No cartaz se observa, embaixo do slogan de campanha, as costas nuas de três corpos, cada uma com uma tonalidade diferente de pele e no centro da foto um pequeno quadro com as categorias de cor do censo, seguidas do signo de interrogação. O texto do panfleto faz referência à ideologia do branqueamento como a razão da rejeição das pessoas a se identificarem como negros, negando as origens africanas da nação e ocultando a existência de população negra e seu aporte na construção do Brasil (Nobles, 2000; Sant'Anna, 2008). A campanha centrou suas atividades na cidade de Rio de Janeiro, ainda que com presença em Salvador, Recife, São Luis, Belém e Belo Horizonte

Os resultados do censo de 1991 mostraram, em comparação com o censo de 1980, uma diminuição de pessoas auto-declaradas como “pretas” e um aumento dos “pardos”, sugerindo isto uma avaliação negativa da campanha. No entanto, Sant'anna menciona que os resultados do censo do 2000, no qual se evidenciou um processo de etnização não visto antes, diz respeito ao sucesso alcançado pela campanha. Argumenta que o que se deve observar não são apenas os resultados numéricos obtidos no padrão de respostas sobre o pertencimento étnico/racial da população brasileira, mas a inserção desse debate e a produção de informação e a divulgação sistemática dessa característica da população brasileira. Num artigo recente, Sant'anna (2009) assinala que para o censo de 2010 se projeta que a população negra seja majoritária no Brasil, como resultante, em parte, do papel das organizações do movimento negro na promoção do discurso anti-racista de elevação da auto-estima da população negra. Com respeito à modificação da pergunta de raça/cor que passa a ser de aplicação universal, questiona o motivo que levou ao IBGE a tomar tal decisão, considerando a robustez da amostra e sua capacidade de representar o universo da população brasileira nos diversos temas pesquisados no Censo. Ela acredita que essa decisão não se justifica por outro motivo senão o de provocar problemas na coleta de informações sobre a cor/raça da população brasileira (Sant'anna, 2009).

pelo Estado colombiano. Por sua vez, os estudos pioneiros do CIDSE sobre desigualdades com base em critérios fenotípicos, projetaram um total de população negra entre 20 e 22%. Durante a década de 1990 se reconheceu a existência de uma situação de maior desigualdade nas condições de vida das populações negras com respeito à população mestiça majoritária, criando-se planos de desenvolvimento e políticas específicas que viram limitado seu desenho e aplicação, ante a ausência de indicadores sócio-econômicos válidos para o conjunto da população negra. De maneira que os direitos adquiridos pelas populações negras, a partir da reforma constitucional tem se limitado a titulação de territórios coletivos no Pacífico e alguns espaços de participação para representantes negros em instituições do Estado colombiano.

A partir do ano 2003 se verifica na Colômbia uma contra-reforma multicultural onde se reduziu o poder de ação em instituições centrais para a inclusão da diversidade étnica, como o Ministério de Educação e a Direção de Comunidades Negras do Ministério do Interior, limitando-se assim a participação de representantes negros nas decisões estatais. Paralelamente, a violência gerada por grupos armados ilegais em torno do narcotráfico se incrementou no Pacífico, desde os anos 1990, produzindo uma contra-reforma agrária que obrigou muitas das comunidades negras que recentemente tinham conseguido seus títulos coletivos a se deslocarem a outras regiões e, principalmente, as cidades. A esta situação se soma o “etno-bomm” denunciado por Arocha (2006), no qual o Estado e o setor privado se voltaram através de diversos meios, à exaltação dos patrimônios imateriais das populações étnicas como estratégia de comercializar diversos bens e serviços, o qual paradoxalmente está agredindo o patrimônio étnico da nação, promovendo uma inclusão da diversidade que fica no âmbito simbólico e discursivo ao mesmo tempo em que certos grupos econômicos lucram. Também a realidade demográfica da população negra mudou de maneira importante nas últimas duas décadas, sendo na atualidade uma população principalmente urbana (ao redor do 70% do total) onde as práticas de discriminação racial aumentaram. Neste contexto o censo 2005 foi projetado como uma ferramenta fundamental para a adoção de políticas públicas que fossem eficazes no combate a desigualdade social e o racismo.

Os resultados obtidos representam um avanço importante na missão de visibilizar a população negra e suas condições de vida, ainda que o dado de 10,5% foi discutido por amplos setores da sociedade. A recente inclusão no DANE de

pesquisadores do CIDSE para a definição de estudos com base na informação do censo 2005, indica que o tema das desigualdades sociais, a partir de adscrições raciais, pode chegar ao âmbito estatal, o qual representaria uma real contribuição para pôr em prática o multiculturalismo na Colômbia.

O caso contrário acontece no Brasil, onde a existência de informação estatística por cor/raça permitiu conhecer diversos aspectos sobre a desigualdade racial desde os anos 1970. A existência de séries históricas, principalmente desde o censo de 1980, tem contribuído a aprofundar o conhecimento de diferentes dimensões nas que se verifica a desigualdade racial, indicando como as adscrições raciais estruturam de maneira hierarquizada a sociedade brasileira. O sistema de classificação racial utilizado pelo IBGE tem sido objeto de múltiplas críticas, no entanto, se manteve com poucas alterações através do tempo, permanecendo igual desde 1991. Contrapondo-se a estas críticas, as provas realizadas pelo IBGE assinalaram a pertinência da pergunta de cor/raça e as categorias estabelecidas, legitimando assim os achados dos estudos sobre desigualdade racial e as demandas de diversos setores sociais que reclamam políticas públicas diferenciadas como forma de combate à desigualdade e o racismo

A adoção do multiculturalismo no Brasil permitiu criar um marco legal e institucional que possibilitou a adoção de políticas públicas de tipo racial. A diferença de Colômbia onde a efetivação do multiculturalismo em políticas públicas tem sido limitada e parece ir retrocedendo em relação aos direitos para a população negra, no Brasil o tema da desigualdade e o racismo estão incluídos na agenda do Estado e fazem parte do debate público desde os anos 1990. A partir de então se adotaram políticas de ação afirmativa que transcendem os direitos outorgados às populações negras na reforma multicultural em áreas como a educação universitária, reservando cotas específicas para estudantes negros em universidades públicas. A institucionalização do tema da desigualdade racial se fortaleceu a partir da Conferência Mundial Contra o Racismo realizada em 2002, criando-se instituições como a SEPPIR e promovendo-se no congresso iniciativas como o “Estatuto da Igualdade Racial”. O censo se inscreve no multiculturalismo brasileiro como a ferramenta que serviu para apresentar a desigualdade racial na sociedade, constituindo uma contribuição legítima e necessária desde o ponto de vista da política pública de tipo racial.

O segundo aspecto para destacar, é que a partir dos anos 1990 os censos na Colômbia e no Brasil se constituíram em complexos cenários de articulação de diversos atores sociais, nacionais e internacionais que demandam ao Estado uma maior inclusão política e social da população negra. Em ambos os países, em torno das organizações do movimento negro se articularam ONGs internacionais e acadêmicos com o propósito de pressionar às agências nacionais de estatística a adequar os métodos de coleta de informação para populações negras. A pertinência das classificações raciais empregadas nos censos se constituiu no interesse principal da mobilização social. Ao mesmo tempo se desenvolveram estratégias de incidência na população nacional motivando a auto-identificação étnica, vendo no censo um mecanismo propício para gerar reconhecimento positivo da população negra no plano da nação. As campanhas de auto-identificação promovidas pelos movimentos negros, conquanto realizaram-se com 15 anos de diferença, revelam dois aspectos em comum que resultam interessantes: em primeiro lugar, em ambos os países o censo se politizou, por parte do movimento negro, constituindo também um cenário propício para fomentar uma mobilização nacional articulando as diversas organizações, a partir de um propósito comum. O segundo aspecto que chama a atenção é que as duas campanhas foram financiadas com recursos de ONGs estrangeiras.

Estas articulações entre atores locais e transnacionais ao redor dos censos serão abordadas em detalhe no capítulo seguinte. Para concluir destaco que o estudo dos censos colombianos e brasileiros realizados depois da reforma multicultural, de maneira geral se adaptam a nova ordem social e político que se procura construir. Os resultados para combater a desigualdade e o racismo são diferentes em cada país, porém, em ambos o censo funcionou como um cenário onde as idéias de raça (com seus correlatos de etnicidade e cor) foram e são construídas e reconstruídas de maneira permanente. O debate em torno das classificações raciais tem permitido atualizar as idéias de raça e difundi-las no marco nacional. Por outro lado, a experiência colombiana e brasileira parece deixar bastante claro que as agências oficiais de estatística dificilmente poderão decidir de maneira autônoma métodos e classificações sem contar com a participação dos diretamente envolvidos.

Capítulo 3

De “negro” a “afrodescendente”. Censos e multiculturalismo transnacional

A partir dos anos 1990, diversos atores sociais interessados na inclusão estatística de populações negras e indígenas na América Latina se articulam no espaço transnacional procurando se inserir nos métodos e procedimentos empregados pelas instituições nacionais de estatística. Dois aspectos centrais explicam esta mobilização social. Em primeiro lugar está o reconhecimento da grande desigualdade social existente na região a partir de adscrições étnico-raciais. Os indicadores existentes mostram que as condições de vida e em geral as oportunidades sociais e políticas são menores para as populações negras e indígenas na América Latina, populações que também são objeto de discriminação racial. O segundo aspecto se relaciona com as transformações no discurso sobre raça e a etnicidade no cenário político internacional e a importância que adquire a política pública para combater a desigualdade e o racismo no âmbito da nação multicultural. A demanda por informação estatística para populações negras e indígenas por parte de atores sociais locais e internacionais, públicos e privados, bem como a existência de espaços de articulação entre os diversos atores envolvidos, e com que os censos e os métodos sejam debatidos e em parte redefinidos no contexto transnacional.

O objetivo do presente capítulo é aproximar-se ao debate em torno da inclusão estatística das populações étnicas, em particular das populações negras, no contexto regional de América Latina e a maneira como se inscrevem as experiências da Colômbia e o Brasil neste debate. A aproximação regional é permitida pela realização de congressos nos quais foram convidados diversos atores sociais de América Latina para debater aspectos sobre a inclusão de populações negras e indígenas nos censos nacionais de população. Estudo as memórias publicadas de três destes congressos de censos e grupos étnicos, entendendo-os como “contextos transnacionais de ação”. De maneira específica, procuro detalhar os diversos atores sociais participantes nos congressos, os objetivos, temas tratados e as principais conclusões sobre a pergunta étnico-racial para, num momento

posterior, aprofundar a participação da Colômbia e do Brasil nestes congressos e a maneira como as propostas legitimadas no cenário transnacional se inserem em ambos os países.

3.1 Censos e multiculturalismo transnacional

Saliento que um marco de análise para compreender as relações étnico-raciais e os processos sociopolíticos no contexto multicultural, implica contemplar as transformações políticas ocorridas no cenário transnacional, a partir da década de 1990. Entendo o termo transnacional como as práticas e processos que se desenvolvem numa escala regional ou global, atravessando as fronteiras nacionais, integrando e vinculando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo (Hall, 2006). Para dar conta deste cenário multicultural e transnacional, retomo argumentos de Costa (2006) que estabelece dois níveis fundamentais de análise associados.

O primeiro nível de análise é o âmbito da “dinâmica cultural”. Frequentemente, os regimes multiculturais empregam definições instrumentais da cultura, enquadrando os grupos étnico-raciais em realidades determinadas e reificadas pela própria definição estabelecida nas leis, reduzindo seu entendimento a uma variável político-instrumental que resulta funcional ao modelo multicultural, mas negando o caráter dinâmico dos processos de construção de identidades étnico-raciais. No contexto atual

as identidades raciais e étnicas (ser negro/afro-americano ou índio/nativo) são construídas e negociadas num processo transnacional que ultrapassa as fronteiras legais e geográficas nacionais, limita o poder de intervenção do Estado e ressalta a interação das entidades locais (por exemplo, organizações não governamentais) com agentes “globais” (as fundações estrangeiras e algumas entidades internacionais como UNESCO e UNICEF). (Sansone, 1998, p. 771).

As identidades raciais e étnicas produzidas no cenário transnacional ostentam um caráter móvel e descentrado, contrário às identidades pré-definidas e fechadas construídas nos marcos nacionais. A produção de “novas etnicidades”, como são denominadas por Hall (2006), é um processo que se apresenta, por um lado, como um movimento estético e cultural de re-significação do “negro” no plano das representações sociais e os relatos de nação e, por outro lado, como um movimento

político de combate ao racismo e a exclusão social. Desta forma, proponho que uma aproximação às dinâmicas das identidades negras na Colômbia e no Brasil deve levar em conta o contexto de produção de novas etnicidades, e a maneira como se articulam novos debates como o da desigualdade de oportunidades e a luta anti-racista transnacional.

O segundo nível corresponde ao âmbito “político-normativo”. O marco normativo multicultural permitiu na Colômbia e no Brasil que os temas da desigualdade social e da discriminação racial, progressivamente, fossem inclusos na agenda dos Estados, tomando a política pública um corte étnico-racial, através da qual se procurou garantir o acesso de grupos determinados a recursos como educação e território, com a conseqüente construção de novos sujeitos políticos sobre a base de identidades étnico-raciais.

No entanto, o desenvolvimento do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil – e de um modo geral na América Latina- não pode ser compreendido adequadamente sem articular as transformações do discurso sobre raça e etnicidade no contexto transnacional durante os anos 1990, momento no qual se foi legitimando a necessidade da intervenção estatal no tema das desigualdades com base em adscrições étnico-raciais, bem como a proteção à diversidade cultural. A “III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância”⁵, celebrada em 2001 em Durban, África do Sul, pode ser considerado como o maior avanço na luta mundial contra o racismo, com grande incidência em obrigações para os Estados nacionais subscritos à Organização das Nações Unidas (ONU). Neste sentido, saliento que os processos sócio-políticos nacionais devem levar em conta o modo através do qual determinadas aspirações são construídas e legitimadas no cenário transnacional por diversos atores sociais, inseridos na estruturação da política pública e na construção de identidades raciais e étnicas.

Neste cenário multicultural e transnacional, os censos são fundamentais na estruturação das dinâmicas sócio-políticas em torno do racismo e da desigualdade de oportunidades, e os censos colombianos e brasileiros realizados depois de 1990 dão conta disto. A dinâmica cultural proposta por Costa (2006) permite entender por que esses censos foram importantes para o movimento negro, a academia e outros

⁵As primeiras duas conferências internacionais contra o racismo foram celebradas em Genebra, Suíça, nos anos 1978 e 1983.

atores públicos e privados, nacionais e internacionais, que viram nele um mecanismo para criar processos de identificação étnico-racial “no interior” do grupo e como um instrumento para criar reconhecimento “externo” do grupo no marco da nação, além do próprio dado estatístico. No plano político-normativo, o reconhecimento do multiculturalismo e a progressiva inclusão do tema do racismo e a desigualdade de oportunidades, segundo adscrições étnicas e/ou raciais nas agendas dos Estados colombiano e brasileiro, faz da informação estatística desagregada por raça e/ou etnicidade o insumo fundamental para definir os grupos de população beneficiários da política pública, sendo os censos um ator decisivo para a consolidação do projeto multicultural. Na “Declaração Final” da conferência de Durban –assinada pelos Estados participantes, entre eles Colômbia e Brasil– convocou-se os Estados para coletarem informação por raça/etnicidade, estabelecendo que os dados do censo ofereceriam às instâncias normativas um instrumento indispensável para formular e avaliar políticas.

Porém, é no marco de análise “transnacional” que as dinâmicas culturais e do plano político-normativo vinculadas ao censo convergem e tornam-se inteligíveis. Desde a década de 1990, o censo e as categorias empregadas para contar raça e etnicidade deixam de ser do âmbito exclusivo de decisão do Estado –através dos institutos nacionais de estatística– sendo agora interferido por diversos atores sociais articulados no cenário transnacional. No Brasil, desde a década de 1970, atores locais externos ao IBGE (ativistas negros, acadêmicos) procuraram influenciar nos métodos e as categorias dos censos; processo que vem acontecendo na Colômbia desde os anos 1990. No entanto, na atualidade, em ambos os países, os atores sociais externos ao âmbito estatal articulados no cenário transnacional buscam ser determinantes na adoção dos métodos e as categorias empregadas nos censos, bem como nas dinâmicas sociais relacionadas (produção de identidades, por exemplo).

No cenário transnacional, os “atores globais”⁶ cobram relevância em torno do censo e os processos sócio-políticos ao redor de identidades étnico-raciais,

⁶Os atores globais podem se dividir em: organizações supra-estatais baseadas em acordos que incluem países signatários, chamadas também “agências multilaterais de cooperação” (UNESCO, OEA, OIT); fundações filantrópicas transnacionais com “missões” sociais e científicas (Ford, Kellog); organizações internacionais que financiam projetos de desenvolvimento econômico no mundo (Banco Mundial) ou numa região (BID), chamadas “agências multilaterais de financiamento” (López, 2006).

articulando atores nacionais e atuando ao mesmo tempo como financiadores e interlocutores legítimos, promovendo a constituição de redes transnacionais na estruturação de demandas regionais sobre a base de adscrições étnico-raciais. A importância dos censos para determinados atores globais se torna explícita com a institucionalização de espaços de articulação entre os diversos atores sociais interessados em informação quantitativa por raça e/ou etnicidade e as instituições nacionais encarregadas de produzir tal informação.

Durante a última década, na América Latina, realizaram-se vários congressos com a temática específica da inclusão dos grupos étnico-raciais nos censos nacionais. Nestes congressos convergiram instituições nacionais de estatística e outras instâncias estatais dos diferentes países, movimentos sociais, acadêmicos e atores globais. Considero que este tipo de congressos são cada vez mais importantes na definição dos discursos sobre raça e etnicidade que são produzidos pelos censos nacionais, na estruturação das demandas por políticas públicas diferenciadas, bem como nas perspectivas de análise adotadas pela academia nos diferentes países da região.

3.2 Congressos de censos e grupos étnicos: contextos transnacionais de ação

Uma aproximação dos congressos sobre censos e grupos étnicos entendidos como “contextos transnacionais de ação”, permitirá entender as transformações globais recentes e o modo como se articulam diversos atores sociais em torno da inclusão das populações negras e indígenas nos censos nacionais na América Latina. De acordo com Costa (2006), os contextos transnacionais de ação (CTA) caracterizam-se por ser articulações que não têm uma territorialidade nem uma temporalidade definida: podem ser associações *ad-hoc* bem como estruturas duradouras. O elemento comum que os caracteriza é que em seu âmbito de ação, as referências nacionais estão diluídas ou deslocadas de seu contexto territorial de origem. Os CTA não se constituem através de referências nacionais, senão de temas, estratégias e objetivos que não podem ser circunscritos a um Estado-nação particular. Incluem atores, estruturas de ação e discursos. No que diz respeito aos discursos, cabe destacar o papel fundamental de conceitos polissêmicos, muitos deles desenvolvidos recentemente, que funcionam como catalisadores da busca de um traço comum e de interesses e objetivos compartilhados. Neste sentido, conceitos como “multiculturalismo” e “afrodescendência” constituem referentes

difusos que podem ser decodificados e reinterpretados indefinidamente, permitindo a articulação de sujeitos a partir de interesses muitas vezes pouco conciliáveis.

Ao interior dos CTA as assimetrias de poder preexistentes não se eliminam. Elas estão presentes na definição de repertórios e nas estruturas de ação, na medida em que se pode, através do controle dos mecanismos de financiamento ou da organização de ações, influenciar a agenda e a dinâmica dos contextos transnacionais de ação. Um dos aspectos marcantes é que os CTA constituem fundamentalmente instâncias de formação de opinião e de vontade política sobre temas que, geralmente, só podem ser objetos de decisões vinculantes politicamente em contextos nacionais particulares. As redes de movimentos sociais têm um papel importante para acionar mecanismos de comunicação, mediação e tradução entre os CTA e as respectivas áreas políticas nacionais (Costa, 2006).

A partir deste enquadramento teórico, estudam-se as memórias de três congressos sobre censos e grupos étnicos: o primeiro deles é o “I Encuentro Internacional Todos Contamos: Los Grupos Étnicos en los Censos”, realizado na cidade de Cartagena, Colômbia, no ano 2000. O segundo é o “Seminario Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina y El Caribe. Información Sociodemográfica para Políticas y Programas”, realizado em Santiago de Chile, Chile, no 2005. O terceiro congresso estudado é “Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: Hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina”, realizado também em Santiago de Chile no 2008. Duas razões fundamentam a escolha destes três congressos. Em primeiro lugar são eventos realizados com o propósito específico de debater aspectos centrais em torno da inclusão de populações negras e indígenas nos sistemas estatísticos nacionais da América Latina. A segunda razão é que foram realizados com vários anos de diferença (entre 2000 e 2008), o qual permite rastrear a maneira como evolui o debate e os critérios que definiram os atores sociais vinculados. A partir do estudo das memórias destes congressos, analiso o perfil dos atores sociais convocados, os objetivos e principais temas debatidos e as conclusões mais importantes em torno da pergunta étnico-racial.

3.2.1 Atores sociais participantes

Os atores sociais que participaram nos congressos de censos e grupos étnicos podem ser divididos em atores globais, instituições estatais, organizações de movimentos sociais étnicos e atores vinculados com a academia.

a) Atores globais

Ente os atores globais que participaram encontramos agências multilaterais de cooperação, as quais, em sua maioria, correspondem a organismos dependentes da Organização de Nações Unidas - ONU (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe-CEPAL, Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia-CELADE, Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA, Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, Organização Internacional do Trabalho-OIT e a Organização Panamericana da Saúde-OPS) e agências multilaterais de financiamento (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID).

Quadro 8
Atores globais participantes em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Actores globales	Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo-BID, CELADE-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe	Banco Interamericano de Desarrollo-BID, CELADE-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Fondo de Población de las Naciones Unidas-UNFPA, Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia-UNICEF, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura-UNESCO, Institut de Recherche pour le Développement-IRD, GTZ, Organización Internacional del Trabajo-OIT	CELADE-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Fondo de Población de las Naciones Unidas-UNFPA, Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia-UNICEF, Fondo de las Naciones Unidas para la Mujer-UNIFEM, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-PNUD, Organización Panamericana de la Salud-OPS

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

A participação dos atores globais nos congressos foi ampla, compreendendo desde o financiamento, a definição de temas de trabalho e o perfil dos participantes convocados. O primeiro congresso realizado na Colômbia no ano 2000 surgiu como uma proposta do Banco Mundial e o BID a diferentes países latino-americanos para dar assistência técnica na abordagem sócio-demográfica dos grupos étnicos nos processos censitários, considerando a debilidade da informação para conhecer a situação sócio-demográfica destas populações e os obstáculos que isto suponha para a definição de programas e políticas. Nos dois congressos posteriores realizados no Chile em 2005 e 2008 tiveram um papel protagonista as agências

multilaterais vinculadas a ONU, principalmente o CELADE, um dos principais centros de pesquisa demográfica da região, organismo vinculado a CEPAL. Os representantes dos atores globais também tiveram uma participação direta nos congressos, a partir da apresentação de comunicações e a moderação dos debates nas mesas de trabalho. Um dos aspectos fundamentais nas diferentes comunicações apresentadas pelos atores globais foi o tema da pobreza na América Latina e sua relação com as adscrições étnico-raciais. Os diferentes trabalhos demonstraram, com base nas diversas fontes de informação estatísticas existentes em cada país, que as populações negras e indígenas apresentam os indicadores sócio-econômicos mais baixos da região.

b) Instituições estatais

Entre as instituições estatais participantes nos congressos se destacam as agências nacionais de estatística e outras instituições encarregadas de temáticas de populações étnicas. Entre as primeiras, quinze países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela) participaram com representantes de suas instituições nacionais de estatística em pelo menos um destes congressos. Só quatro países (Argentina, Chile, Colômbia e Panamá) participaram nos três congressos estudados.

Quadro 9
Instituições estatais participantes em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Instituciones nacionales de estadística	Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguay, Perú, Venezuela	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Honduras, Panamá, Paraguay	Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Perú, Venezuela
Instituciones estatales	Departamento Nacional de Planeación (Colombia), Dirección General de Asuntos Indígenas/Ministerio del Interior (Colombia), Dirección General de Comunidades Negras/Ministerio del Interior (Colombia), Ministerio de Relaciones Exteriores (Colombia), Ministerio de Salud/Asuntos Etnicos (Colombia), Defensoría Maya (Guatemala), Comisión Presidencial para la Modernización del Estado (Honduras), Instituto Nacional Indigenista (México), Consejo Nacional Indio de Venezuela (Venezuela)	Secretaría de Derechos Humanos (Argentina), Secretaría Especial de Políticas de Promoción de la Igualdad Racial-SEPPIR (Brasil), Fundação Nacional do Índio-FUNAI (Brasil), Ministerio de Asuntos Indígenas y Pueblos Originarios (Bolivia), Unidad Salud y Pueblos Indígenas-Ministerio de Salud (Chile), Fondo Indígena-MIDEPLAN (Chile), Defensoría del Pueblo (Colombia), Sistema de Indicadores Sociales (Ecuador), Secretaría General de Planificación y Programación de la Presidencia (Guatemala), Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (México)	Secretaría Especial de Políticas de Promoción de la Igualdad Racial-SEPPIR (Brasil), Unidad Salud y Pueblos Indígenas-Ministerio de Salud (Chile), Consejo Nacional de Planeación (Colombia), Sistema Integrado de Indicadores Sociales (Ecuador)

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

Representantes de instituições estatais de nove países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, México e Venezuela) participaram dos congressos. Fizeram presença instituições nacionais encarregadas de temas como o planejamento e o seguimento de políticas públicas (Departamento Nacional de Planejamento e Conselho Nacional de Planejamento da Colômbia, Sistema Integrado de Indicadores Sociais de Equador, Secretaria Geral de Planejamento e Programação da Presidência de Guatemala, Comissão Presidencial para a Modernização do Estado de Honduras, Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas de México), direitos humanos (Secretaria de Direitos Humanos de Argentina, Defensoria do Povo de Colômbia), saúde pública (Unidade Saúde e Povos Indígenas do Ministério de Saúde de Chile, Divisão de Assuntos Étnicos do Ministério de Saúde de Colômbia) e instituições encarregadas de gerar políticas específicas para populações étnicas (Direção Geral de Comunidades Negras e Direção Geral de Assuntos Indígenas do Ministério do Interior da Colômbia, Secretária Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR do Brasil, Ministério de Assuntos Indígenas e Povos Originários de Bolívia, Defensoria Maya de Guatemala, Conselho Nacional Índio de Venezuela).

Deve-se destacar a ampla participação de representantes de instituições nacionais, principalmente nos dois primeiros encontros, notando-se uma importante diminuição na participação no congresso de 2008. As instituições nacionais de estatísticas e as encarregadas diretamente de populações étnicas tiveram uma participação importante em cada um dos congressos. Entre as últimas, participaram principalmente instituições que surgiram a partir das reformas multiculturais dos anos 1990, evidenciando-se uma maior participação de instituições destinadas a resolver problemáticas de populações indígenas.

c) Organizações de movimentos sociais étnicos

Nos três congressos estudados participaram representantes de movimentos sociais étnicos de dez países latino-americanos (Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela). Entre eles, fizeram presença representantes de organizações negras de sete países (Brasil, Colômbia, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela), organizações indígenas de cinco países (Chile, Colômbia, Equador, México e Peru) e uma organização de ciganos (Colômbia).

Quadro 10

Organizações de movimentos sociais étnicos participantes em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Organizaciones negras	Movimiento Cultural SAYA Afroboliviano (Bolivia), Movimiento Nacional Cimarrón (Colombia), Fundación para la Formación de Líderes Afrocolombianos (Colombia), Afroamérica XXI (Colombia), Asociación Ashanty (Colombia), Corporación Jorge Artel (Colombia), Asociación de Mujeres Afrocolombianas (Colombia), Organización de Desarrollo Étnico Comunitario (Honduras), Centro de Desarrollo Étnico (Perú), Red Nacional de Organizaciones Afrovenezolanas (Venezuela)	Organización de Desarrollo Étnico Comunitario (Honduras)	Geledes (Brasil), Proceso de Comunidades Negras (Colombia), Organización de Desarrollo Étnico Comunitario (Honduras), Red de Mujeres Afro caribenas (Nicaragua), Organización de Afrodescendientes (Nicaragua), Asociación Afroparaguaya Kamba Cuá (Paraguay), INDEPA (Peru),
Organizaciones indígenas	Consejo Regional Indígena del Cauca (Colombia), Consejo Nacional Indígena del Ecuador (Ecuador), Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos (Ecuador)	Organización Nacional Indígena de Colombia (Colombia), Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador (Ecuador), Asociación Aymara Inti Marka (Chile), Asociación Mapuche Kaxawaiñ (Chile), Centro de Culturas Indígenas del Perú (Perú)	Alianza de mujeres indígenas (México),
Otros	Proceso Organizativo del Pueblo ROM (Colombia)		

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

A participação de representantes dos movimentos sociais étnicos da região constituiu um dos aspectos marcantes dos congressos, confrontando permanentemente os representantes das instituições estatais, principalmente no que diz respeito às presunções com que as estatísticas se confrontam com a diversidade racial e étnica. Dois aspectos chamam a atenção neste ponto: o primeiro deles é que nos congressos houve uma participação maior de representantes negros, comparado aos representantes indígenas -com exceção do congresso de 2005-, o qual sugere a importância destes espaços para pressionar por um tratamento mais equilibrado para as populações negras que, por longo tempo, foram apagadas dos registros estatísticos de quase todos os países da América Latina. O segundo aspecto é a diversidade no perfil das organizações participantes, que incluem organizações de tipo político, cultural, de mulheres e, inclusive, uma organização de população cigana.

d) Academia

Participaram acadêmicos em representação de universidades ou centros de pesquisa de cinco países latino-americanos (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México) e uma da França. A participação de atores vinculados com setores acadêmicos foi enfocada na divulgação de experiências específicas de cada país, debatendo-se as possibilidades de análise que oferece a informação estatística desagregada por raça e etnicidade.

Quadro 11

Universidades e centros de pesquisa participantes em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Academia	Centro de Estudios para el Desarrollo Económico/Universidad de los Andes (Colombia), Fundación para la Educación Superior-FES (Colombia), Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica CIDSE-Universidad del Valle (Colombia), Universidad Nacional de Colombia, sede San Andrés (Colombia), Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico (Colombia).	Proyecto Raza y Democracia (Brasil), Instituto Universitario de Pesquisas de Rio de Janeiro (Brasil), Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Chile y México), Pontificia Universidad Católica (Chile), Universidad Externado (Colombia), CIDSE-Universidad del Valle (Colombia), Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica), Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM (México), Centre Population et Développement (Francia)	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (Brasil), Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais LAESER-Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil),

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

3.2.2 Objetivos e temas debatidos

O objetivo geral dos três congressos foi debater aspectos relevantes em torno da inclusão de populações étnicas nos sistemas estatísticos dos países latino-americanos. Realizaram-se entre 2000 e 2008 em contextos diferentes. O congresso “Todos Contamos” foi realizado no ano 2000 num ambiente de discussões prévio à Conferência Mundial contra o Racismo de 2001, momento também em que vários países de América Latina estavam preparando ou já tinham realizado o censo correspondente à ronda de censos do 2000. Este congresso se concentrou na troca de experiências entre os países que tinham realizado censos ou outras investigações estatísticas com populações negras e/ou indígenas. O “Seminario Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de América Latina y el Caribe” realizado em 2005, teve um enfoque mais técnico, procurando socializar as diversas formas como os países da região levantaram e processaram a informação estatística para populações indígenas e negras, buscando propor recomendações orientadas ao aperfeiçoamento dos diferentes instrumentos de recolha de informação. O Congresso “Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico” teve como propósito geral debater aspectos técnicos com respeito ao enfoque étnico nos censos, bem como promover mecanismos para a institucionalização do tema étnico nos sistemas estatísticos nacionais. O quadro seguinte especifica os objetivos e os principais temas debatidos nos três congressos estudados.

Quadro 12

Objetivos e temas debatidos em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Objetivo general	1) Motivar a los diferentes países de la región americana en la captación de la diversidad cultural en los proyectos censales, en aras del fortalecimiento de los grupos étnicos y a su reconocimiento en las políticas oficiales. 2) Avanzar en la discusión acerca de las posibles formas de capacitación de los grupos étnicos en los censos de población y vivienda, conducente a proporcionar información actualizada, confiable y oportuna.	Proponer recomendaciones orientadas al perfeccionamiento de los instrumentos de levantamiento, procesamiento, difusión y utilización de la información, así como el de contribuir a la articulación de esfuerzos y recursos de los diferentes actores del desarrollo indígena y afrodescendiente (pueblos indígenas y afrodescendientes, gobiernos, organismos internacionales y agencias especializadas), avanzando en la construcción de visiones compartidas, acuerdos y compromisos en torno a la producción y utilización de información pertinente y de calidad sobre las realidades diversas de los pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe.	Contribuir a la inclusión del enfoque étnico en el proceso censal de la ronda 2010 mediante una construcción participativa con los pueblos indígenas y afrodescendientes.
Objetivos específicos	1) Intercambio de experiencias referidas a la captación de los grupos étnicos en los censos, mediante el análisis de los procesos de definición conceptual, metodológica, operativa y analítica, de los países que han avanzado en el tema. 2) Análisis de las conceptualizaciones y metodologías empleadas para determinar la pertenencia étnica de la población, en los censos nacionales de población y vivienda. 3) Aproximación a la identificación de variables que permitan medir la calidad de vida de los grupos étnicos. 4) Identificación de las variables básicas que permitan la comparabilidad de la información censal relacionada con grupos étnicos, entre los diversos países de la región. 5) Explicitación de estrategias operativas y las modalidades de capacitación para la recolección de información censal en grupos étnicos.		1) Actualizar el estado del arte acerca de cómo los países de la región han incluido la identificación de grupos étnicos en los censos de población y vivienda, desde los aspectos conceptuales hasta la difusión y análisis de la información. 2) Establecer consensos en torno a los aspectos conceptuales y operativos de los criterios de identificación de los grupos étnicos, así como de otras dimensiones y categorías que considera el censo, en consonancia con otras fuentes de datos. 3) Impulsar un plan de trabajo regional para el desarrollo de capacidades técnicas y metodológicas que permitan generar y analizar información estadística relevante y pertinente para los pueblos indígenas, afrodescendientes y otros grupos étnicos. 4) Promover la institucionalización de los asuntos étnicos en el sistema estadístico nacional con participación indígena y afrodescendiente, aprendiendo de las experiencias existentes dentro o fuera de la región, con énfasis en la dotación y gestión de los recursos.
Grupos de trabajo	1) Conceptualizaciones y metodologías para determinar la pertenencia étnica. 2) Condiciones de vida de los grupos étnicos. 3) Estrategias específicas de participación de las comunidades en el operativo de recolección censal y la capacitación de estos grupos.	1) Población indígena y afrodescendiente en América Latina: panorama regional. 2) Situación de los pueblos indígenas y afrodescendientes en países seleccionados. 3) Conceptos, metodologías y valoración crítica de las fuentes de datos. 4) Hacia la construcción de indicadores culturalmente pertinentes. 5) Temas relevantes para el diálogo intercultural.	1) Identificación étnica: aspectos conceptuales, metodológicos y procesos participativos. 2) Caracterización de Pueblos indígenas y afrodescendientes: Instrumentos pertinentes y lecciones aprendidas con miras a la próxima ronda de censo. 3) Institucionalización y mecanismos para el reconocimiento del enfoque étnico en los censos. 4) Uso de la información Censal en la formulación de políticas públicas y en investigación.

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

O quadro permite ver que, de maneira geral, os três congressos se propuseram discutir aspectos fundamentais em torno dos conceitos para captar adequadamente grupos étnicos, metodologias de recolha de informação em campo e uso da informação para a formulação de políticas públicas. No entanto, se evidencia uma diferença importante entre os dois primeiros congressos com respeito ao terceiro, no que diz respeito aos resultados concretos que se procuraram alcançar. Enquanto nos congressos do 2000 e do 2005 se estabeleceu como objetivo principal avançar no debate em torno dos aspectos conceituais e operativos para identificar grupos étnicos, o congresso do 2008 se propôs atingir consensos sobre estes temas, procurando também incentivar um plano de trabalho regional que permitisse gerar e analisar informação estatística relevante, bem como promover a

institucionalização do tema étnico nos sistemas estatísticos nacionais com a participação dos grupos envolvidos.

Uma aproximação aos temas discutidos em cada congresso permite compreender melhor estas mudanças nos objetivos dos congressos estudados. Os três congressos dividiram seus participantes em mesas de trabalho enfocadas a debater aspectos conceituais e metodológicos da identificação dos grupos étnicos a partir da exposição das experiências dos diferentes países. No congresso do 2000 se aprofundou o tema das variáveis pertinentes para conhecer as condições de vida dos grupos étnicos, enquanto no congresso do 2005 se debateu a inter-culturalidade e a melhor maneira de construir indicadores culturalmente pertinentes. O congresso realizado em 2008 se diferencia de seus predecessores, pois foram propostos temas de trabalho que procuraram ser mais vinculantes com o espaço de decisões políticas no âmbito nacional, tanto nas instituições de estatística, discutindo a institucionalização do enfoque étnico nos censos, bem como aspectos específicos quanto ao uso da informação para a formulação de políticas públicas.

3.2.3 Conclusões sobre a pergunta étnico-racial

Os elementos conceituais que se entrecruzam na formulação da pergunta étnico-racial dos censos constituíram nos temas principais nos congressos estudados. As principais conclusões sobre a pergunta étnico-racial abarcam diversas dimensões de análise, ainda que existindo um consenso geral nos três congressos com respeito à necessidade de sua inclusão nos censos e restantes registros estatísticos nacionais, bem como da importância da auto-declaração como metodologia para identificar a diversidade étnico-racial. Alguns aspectos como a redação da pergunta e as categorias de classificação étnicas e/ou raciais não foram temas amplamente contemplados no capítulo de conclusões das memórias oficiais dos congressos. A seguir se apresentam as principais conclusões sobre a pergunta étnico-racial em cada um dos três congressos estudados.

Quadro 13

Conclusões sobre a pergunta étnico-racial em três congressos de censos e grupos étnicos

Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
<p>Experiencia en la captación de la pertenencia étnica Los factores que movilizan a los gobiernos (oficinas de Estadística) a incluir la captación de la pertenencia étnica en sus censos u otras fuentes de datos, proviene fundamentalmente de: la suscripción de convenios internacionales, los mandatos constitucionales, las demandas específicas de los usuarios gubernamentales, las presiones de los mismos grupos étnicos interesados en visibilizar su situación, o la iniciativa de las propias oficinas de Estadística, atendiendo a los mandatos de Naciones Unidas.</p> <p>Concepto de pertenencia étnica Los censos han reflejado, hasta el presente, cuatro dimensiones en el manejo de la definición de las poblaciones étnicas: 1) Espacio geográfico o territorio. 2) Herencia biológica común, relacionada con transmisión genética de rasgos. 3).</p> <p>Características culturales comunes (lengua hablada en el hogar, lengua materna, lengua hablada por las personas, vestimenta, etc.). 4) Conciencia de pertenencia étnica: autorreconocimiento.</p> <p>Lo afroamericano asociado a etnicidad, es definido como comunidad de culturas, religiosidad, funebria, danza y música; culinaria, lengua y cosmovisión.</p> <p>El gentilicio afroamericano, es dignificante en oposición de la racista escala de colores.</p> <p>Variable étnico-racial Lo que se quiere con las alternativas que se plantean, no es superar el racismo, sino disminuir la incidencia del mismo en los resultados del censo. El censo permite en formación para hacer políticas, no resuelve el problema del racismo.</p> <p>No obstante las particularidades de cada país, en consideración al pasado común de los pueblos latinoamericanos podría ser conveniente explorar preguntas que eventualmente sean comunes a tales países. La pregunta podría ser: Usted se considera descendiente de: indígenas, africanos, europeos, otro, varios de los anteriores, la población. ¿Cuáles?</p> <p>Es necesario recoger el fenotipo de la población haciéndolo específico, separando los matices en las alternativas. Recoger la procedencia, asociándola con la existencia previa de familiares de un grupo étnico específico: preguntar si ha habido en su familia, la misma gama, que permita cruzar la información.</p> <p>Deben tenerse en cuenta dos criterios: el ancestro y el fenotipo: Sus antepasados eran: indígenas, negros, blancos, asiáticos. Como el problema del mestizaje daría una mezcla, habría que permitir múltiple marcación.</p> <p>Se propone que la pregunta no se maneje en el contexto de grupo étnico ni cultura, sino, hablar en términos de grupo de población.</p> <p>Es necesario generar 3 preguntas: una, por autorreconocimiento con las alternativas separadas; otra, sobre ascendencia y procedencia: de qué grupo de población viene; y otra más, sobre la percepción del empadronador sobre el encuestado, esta última no se le hace al entrevistado.</p>	<p>Pertinencia de la pregunta étnico/racial Se observó que hay una convergencia acerca de la forma de encarar la identificación de los pueblos indígenas en los censos. Esta se refiere a la utilización del criterio de auto-reconocimiento, aunque se sugiere complementar con otras variables como idioma, territorio u otras. Se reconoce, sin embargo, que quedan por discutir los aspectos de redacción de las preguntas, poblaciones de referencia y, en general, sobre todos los aspectos conceptuales que subyacen a las preguntas censales. Sobre esto último, se reconoce la complejidad de las dinámicas que operan en los procesos actuales de identificación, autorreconocimiento, e incluso negación de la identidad, especialmente en el ámbito urbano. Se sugiere que en la próxima ronda de censos se incluya la pregunta de carácter étnico/racial en los países que no la implementaron, entendiendo con ésta al menos la identificación de pueblos indígenas y de afrodescendientes.</p> <p>Propuestas para desarrollos ulteriores Coordinar acciones para promover una mayor discusión de los criterios y preguntas censales para llegar, en lo posible, a una propuesta consensuada en sus aspectos conceptuales (especialmente debatir en profundidad los conceptos de "lo racial" y "lo étnico") y operacionales, con vistas a la próxima ronda de los censos, de modo que se logre: a) mayor visibilidad de los pueblos indígenas y población afrodescendiente y b) se realicen estudios técnicos cuyos productos sean verdaderamente significativos para la toma de decisiones y el diseño de políticas a macro y micro nivel.</p>	<p>Identificación de grupos étnicos Utilizar como criterio principal la auto-declaración para identificar a los pueblos indígenas y afrodescendientes, lo cual es acorde a lo que se determina en los instrumentos de derechos humanos internacional y tiene el consenso de las organizaciones indígenas y afrodescendientes.</p> <p>Utilizar otros criterios como la lengua, la localización territorial y la lengua hablada por los abuelos y padres, de tal forma de poder caracterizar y mostrar la heterogeneidad.</p> <p>Analizar la utilización de una variable étnico-racial para el caso de la población afrodescendiente considerando el contexto de esclavización y resistencia al cual estuvo sometida.</p> <p>Considerar estrategias particulares para captar la situación de los pueblos que aún viven en esclavitud y trabajo forzoso.</p> <p>Revisar en cada país y en conjunto con las organizaciones indígenas y afrodescendientes cuándo sería conveniente separar en la boleta censal el reconocimiento de los pueblos indígenas del de los afrodescendientes.</p> <p>Realizar un trabajo conceptual profundo que incluya un cambio de paradigma en los sistemas de información sobre la interrelación entre los derechos individuales y colectivos de los pueblos indígenas y cómo esto puede ser reflejado a través de los datos estadísticos.</p> <p>Revisar en los esfuerzos que se están realizando para incorporar la perspectiva de género en los censos si se está considerando la situación de las mujeres indígenas y afrodescendientes.</p> <p>Considerar la implementación de instrumentos como los censos indígenas y encuestas complementarias como parte de la planificación censal.</p>

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

As conclusões deixam ver que no congresso do 2000 o debate sobre a pergunta étnico-racial se orientou a identificar as razões que levaram a algumas instituições nacionais de estatística a incluí-la em seus respectivos censos, bem como a forma como tinha sido conceituada. No capítulo de conclusões das memórias dos três congressos estudados, somente no ano 2000 se trata o tema específico da redação da pergunta e as classificações raciais que se consideram pertinentes. As propostas contempladas surgiram, principalmente, de representantes das organizações negras da Colômbia, sugerindo que para que o censo fosse

realmente efetivo a pergunta étnico-racial devia ser estruturada em termos de grupo de população e não como grupo étnico e/ou cultural, separando-se nas opções de resposta as categorias fenotípicas das étnicas e abrindo a possibilidade de incluir a percepção do agente recenseador como uma variável de controle. Chama a atenção a proposta de elaborar uma pergunta que seja comum a todos os países da região, ainda que reconheçam a particularidade de cada país neste campo.

Um aspecto interessante das conclusões do congresso do 2000 é que se introduz a categoria “afroamericano”, promovendo-se como uma afirmação cultural da negritude em oposição à classificação por categorias de cor denunciada como uma prática racista. Esta categoria pode entender-se como a antecessora de “afrodescendiente”, termo que foi consensuado pelos ativistas negros da América Latina nos debates que antecederam a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, procurando unificar a diversidade de termos utilizados em cada país para identificar a população descendente de africanos nas Américas. “Afrodescendiente” como uma categoria de auto-identificação, foi considerada também um termo de pronunciamento político, abandonando assim a categoria “negro” que os ativistas entendiam ligada à ideologia colonial que denunciavam (Nobles, 2000; López, 2006; Wade, 2006).

Nos congressos realizados em 2005 e 2008, o termo “afrodescendiente” aparece explícito não só no nome do congresso (“Seminario Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina y El Caribe. Información Sociodemográfica para Políticas y Programas”; “Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: Hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina”), senão que se institucionalizou na linguagem dos participantes no evento e foi freqüentemente reivindicado pelos representantes de organizações negras. Com respeito a este processo de criação de classificações transnacionais, alguns acadêmicos têm assinalado a inconveniência da ação de agentes globais que promovem representações universais e descontextualizadas que levam o processo de formação de linguagens de identidades transnacionais a se distanciarem da experiência local, criando identidades monolíticas que escurecem o processo dinâmico das identidades, levando a naturalizar a diferença entre alteridades historicamente construídas no marco da nação e as identidades políticas transnacionais (Segato, 2007).

O documento de memórias do congresso de 2005 registra que o debate em torno da pergunta étnico-racial foi bastante precário, reconhecendo que não se discutiram os aspectos conceituais e de redação da pergunta étnico-racial. Caso contrário ocorreu no congresso de 2008, onde o debate sobre a pergunta étnico-racial colocou aspectos não contemplados nos anteriores dois congressos. Um primeiro aspecto que se destaca neste último congresso é a referência explícita ao contexto de escravatura e resistência das populações afrodescendentes como uma variável a ser contemplada pelos censos. O reconhecimento da incidência de processos de longa duração histórica nas formas de auto-identificação supõe novos desdobramentos que não são usualmente objeto de reflexão por parte dos atores estatais e globais. Outro elemento marcante são as iniciativas propostas para articular as perspectivas de raça, etnicidade e gênero no uso da informação estatística. Uma das conclusões mais inovadoras propõe avançar no debate sobre a interação entre direitos individuais e coletivos e como isto pode ser refletido através da informação estatística. Esta mudança de paradigma se propõe explicitamente para populações indígenas, ainda que vale mencionar que teoricamente poderia aplicar a determinadas populações negras que são objeto de direitos coletivos em países como a Colômbia e o Brasil. Uma última conclusão do congresso do 2008 que vale a pena destacar, transcende os limites das populações étnicas e procura pela primeira vez colocar o tema das formas contemporâneas de escravatura e trabalho forçado e as estratégias para identificar a população que se encontra nessa condição.

3.3 Colômbia e Brasil em três congressos de censos e grupos étnicos

Nos parágrafos anteriores especifiquei os atores sociais que participaram em representação de cada país latino-americano nos congressos de censos e grupos étnicos estudados. Nesta seção procuro uma aproximação à participação efetiva da Colômbia e do Brasil no marco de cada congresso, tendo como referência as comunicações apresentadas por representantes de cada país. O tema tratado por cada comunicação e o lugar de enunciação desde o qual se fala, são aspectos chave para entender a maneira como se inscrevem a Colômbia e o Brasil nestes congressos. No quadro seguinte detalho as comunicações apresentadas pelos representantes da Colômbia e do Brasil.

Quadro 14

Participação da Colômbia e do Brasil em três congressos de censos e grupos étnicos

	Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos (Colombia, 2000)	Seminario Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe (Chile, 2005)	Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico (Chile, 2008)
Colombia	<p>"Los grupos étnicos en los censos: el caso colombiano" (Ponencia central). Yolanda Bodnar, DANE.</p> <p>"Condiciones de vida de los grupos étnicos". Gabino Hernández, Dirección para Comunidades Negras, Ministerio del Interior.</p> <p>"Política de Estado frente a los pueblos indígenas". Celmira Janer, Dirección General de Asuntos Indígenas, Ministerio del Interior.</p> <p>"La captación de la diversidad cultural en los proyectos censales y su importancia en la lucha contra el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y demás formas conexas de intolerancia". Pastor Murillo, Ministerio de Relaciones Exteriores.</p> <p>"Identificación de la población afrocolombiana en el censo nacional de 2002". Ronald Prado, BID-Ministerio de Desarrollo.</p> <p>"El concepto de etnicidad, identidad y nación en la estadística de población". Amilkar Ayala, Afroamérica XXI.</p> <p>"Un censo étnico". Maura Mosquera, Afolider.</p> <p>"Asociación de Mujeres Afrocolombianas". Rocío Romero, Asociación de Mujeres Afrocolombianas.</p> <p>"Aproximación a la realidad de las comunidades afrocaribeñas". Dorina Hernández, Corporación Jorge Artel.</p> <p>"El Peso de los números". Inocencio Ramos, Consejo Regional Indígena del Cauca-CRIC.</p> <p>"Notas acerca del concepto pueblos indígenas". Venecer Gómez, Proceso Organizativo del Pueblo ROM (Gitano) de Colombia.</p>	<p>"Los sistemas de información sociodemográfica al servicio del "Desarrollo con Identidad" (Conferencia inaugural). Luis Evelis, Organización Nacional Indígena de Colombia-ONIC.</p> <p>"Pueblos indígenas de Colombia: apuntes sobre la diversidad cultural y la información sociodemográfica disponible". Yolanda Bodnar, Universidad Externado de Colombia.</p> <p>"La población afrodescendiente en Colombia". Fernando Urrea, CIDSE-Universidad del Valle.</p>	<p>"La experiencia de la identificación étnica en los Censos de Población de Colombia. Los retos para el próximo censo". Astrid Hernández, DANE.</p> <p>"El aporte de los censos de población en la formulación y aplicación de las políticas públicas: la experiencia del Consejo Nacional de Planeación-Colombia". Gustavo Makanaky, Consejo Nacional de Planeación.</p> <p>"Campaña "Déjate contar": la experiencia de movilización de la sociedad civil en Colombia". Victor Hugo Vidal, Proceso de Comunidades Negras-PCN.</p>
Brasil		<p>"Ciclo de vida y desigualdades raciales en Brasil". Carlos Hasenbalg, Instituto Universitario de Pesquisas de Rio de Janeiro.</p> <p>"Proyecto Censo Indígena Nacional". Maria Elizabeth Brêa Monteiro-FUNAI</p>	<p>"Los avances de la investigación población indígena en el censo de Brasil en 2010". Nilza de Oliveira Martins Pereira-IBGE.</p> <p>"El aporte de los censos de población en la formulación y aplicación de las políticas públicas: la experiencia de la SEPPPIR (Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial)". Carlos Moura-SEPPPIR.</p> <p>"La experiencia del Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais". Marcelo Paixão, Universidad Federal de Rio de Janeiro.</p> <p>"Não Deixe Sua Cor Passar em Branco. Uma experiência de intervenção social na realização de um Censo Nacional". Wannia Sant'anna.</p>

Fuente: DANE, 2000; CELADE-CEPAL, 2005, 2008.

O congresso "Todos Contamos. Los grupos étnicos en los censos" que foi realizado na Colômbia, teve uma ampla participação do país sede na organização e desenvolvimento do congresso, em contraste com a ausência de participantes em representação do Brasil. Uma das comunicações de inauguração desse congresso foi a de Yolanda Bodnar, servidora pública encarregada do tema de grupos étnicos no DANE, que apresentou um resumo sobre a presença dos grupos étnicos nos censos colombianos até o de 1993, o censo vigente nesse momento. Gabino Hernández que estava a cargo da Direção Para Comunidades Negras do Ministério do Interior fez uma apresentação sobre as condições de vida dos grupos étnicos na Colômbia, assinalando a existência de indicadores mais desfavoráveis para este grupo populacional. Celmira Janer, diretora de Assuntos Indígenas do Ministério do Interior, especificou sobre a política do Estado colombiano a favor das populações

indígenas. Há que assinalar que estas duas seções do Ministério do Interior foram fundidas depois de 2002, resultando na Direção de Assuntos Étnicos. Em representação do Ministério de Relações Exteriores participou Pastor Murillo, assessor da Direção de Assuntos Especiais, apresentando uma comunicação que tratou sobre a importância dos censos no marco do debate internacional sobre luta contra o racismo e a discriminação racial no contexto prévio à Durban.

A apresentação de Ronald Prado representa uma articulação interessante entre diversos atores sociais em procura da inclusão das populações negras nos censos da Colômbia. Prado participou como representante de uma instituição do Estado colombiano (Ministério de Desenvolvimento) e de um ator global (BID), ainda que a comunicação apresentada foi elaborada por Juan de Dios Mosquera, um reconhecido ativista negro do Movimento CIMARRÓN. Participaram também quatro representantes de organizações do movimento negro da Colômbia, apresentando comunicações que desde diferentes perspectivas trataram o tema da importância da pergunta étnico-racial e as dificuldades em sua formulação, propondo algumas recomendações sobre este ponto que foram assinaladas anteriormente. Por parte do movimento indígena participou Inocencio Ramos do “Consejo Regional Indígena del Cauca”, falando sobre a importância da informação estatística para a preservação da vida e a cultura dos povos indígenas. Venecer Gómez, representante da organização de população cigana da Colômbia, propôs um olhar geral sobre o conceito “povo indígena” na normatividade internacional.

Nos congressos de 2005 e 2008 realizados no Chile, a participação de representantes da Colômbia e do Brasil foi mais equilibrada. No “Seminario Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina y El Caribe. Información Sociodemográfica para Políticas y Programas” que se realizou no 2005, uma das comunicações de inauguração do evento foi a de Luís Evelis, presidente da Organização Nacional Indígena da Colômbia-ONIC, quem argumentou que os sistemas de informação estatística devem estar a favor do desenvolvimento com identidade, para o qual se faz necessário criar indicadores culturalmente pertinentes às necessidades da população indígena. A conferência de Yolanda Bodnar, que participou no congresso do 2000 como servidora pública do DANE, em 2005, como pesquisadora da Universidade Externado de Colombia, apresentou um trabalho sobre as características das diferentes bases de dados de populações indígenas na Colômbia e suas possibilidades para conhecer a diversidade cultural desta

população. A única apresentação que se ocupou de populações negras na Colômbia foi o pesquisador do CIDSE Fernando Urrea, fazendo referência aos principais resultados dos estudos sobre desigualdade, migração e segregação residencial a partir de adscrições raciais, que foram realizados em Cali e a região sul do Pacífico colombiano.

No congresso de 2005 participaram pelo Brasil dois representantes. Um deles foi Carlos Hasenbalg, reconhecido pesquisador vinculado ao Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro-IUPERJ, que apresentou uma comunicação mostrando como em todo o ciclo de vida das populações negras era persistente o impacto da discriminação e a desigualdade de oportunidades em contraposição com as populações não negras. Por parte da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, a servidora pública Maria Elizabeth Brêa Monteiro apresentou os elementos principais para a realização de um censo indígena nacional no Brasil. Um aspecto destacado da participação da Colômbia e do Brasil neste congresso de 2005, é que as únicas apresentações que fizeram referência a populações negras foram realizadas por pesquisadores que em ambos os países são reconhecidos por serem pioneiros no estudo de desigualdades sociais, a partir de adscrições raciais, utilizando como fonte principal de análise a informação estatística oficial sobre raça e etnicidade.

No congresso “Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: Hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina” realizado no 2008, participaram três representantes da Colômbia e quatro do Brasil. Astrid Hernández, servidora pública do DANE, apresentou um trabalho sobre a experiência na identificação da população étnica nos censos colombianos até o 2005. Esta apresentação se constituiu numa atualização da conferência apresentada por outra servidora pública do DANE no congresso do 2000. Gustavo Makanaki, ativista negro que faz parte do Conselho Nacional de Planejamento da Colômbia, fez uma apresentação sobre a experiência dessa instituição na formulação de políticas públicas, assinalando que os avanços atingidos com o censo 2005 não são suficientes para contar com um sistema de informação estatística para populações negras na Colômbia, dificultando-se formular e fazer um seguimento adequado às políticas para esta população. O último representante da Colômbia neste congresso foi Victor Hugo Vidal, ativista negro da organização PCN, referindo-se à experiência da campanha de auto-identificação promovida por várias organizações negras no contexto do censo do 2005.

Pelo Brasil participou a servidora pública do IBGE Nilza de Oliveira Martins, apresentando os avanços do censo 2010 no conhecimento das características da população indígena. Carlos Moura, da Secretária Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, apresentou os objetivos e a missão dessa instituição, bem como uma perspectiva do aporte dos censos para a formulação e seguimento de políticas públicas. Marcelo Paixão, pesquisador do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais-LAESER, apresentou os objetivos e a experiência desse centro de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Rio de Janeiro. Por fim, participou a ativista negra Wannia Sant'anna, apresentando os aspectos centrais da campanha implementada por várias organizações negras para intervir no censo de 1991.

Destaco dois aspectos principais da participação de Colômbia e Brasil no congresso de 2008. O primeiro é a participação de servidores públicos representantes de instituições estatais encarregadas de formular e implementar políticas públicas para populações negras (Conselho Nacional de Planejamento da Colômbia e SEPPIR do Brasil). Ambos representantes assinalaram a importância dos censos no propósito de formular políticas de ação afirmativa para populações negras em ambos os países. O representante do LAESER, numa via similar, legitimou a importância de ações afirmativas tendo em conta a evidência da desigualdade racial no Brasil. O segundo aspecto a destacar é a intervenção de ativistas negros que participaram das campanhas de auto-identificação para o censo colombiano de 2005 e o brasileiro de 2000. Além de apresentar os aspectos principais destas campanhas, já discutidos no capítulo 2 da dissertação, estes ativistas colocaram alguns debates não contemplados por outros atores que participaram deste evento, como o tema do caráter político dos censos na produção de identidades étnico-raciais e o tema da reparação para as populações negras das Américas -e em geral para todas as populações afrodescendentes do mundo.

3.4 Censos e multiculturalismo transnacional na Colômbia e no Brasil

O objetivo do capítulo foi aproximar o debate em torno da inclusão de populações étnicas, em particular de populações negras, nos censos nacionais dos países da América Latina e a maneira como nele se inscrevem as experiências da Colômbia e do Brasil. A análise de três congressos sobre censos e grupos étnicos, entendidos como “contextos transnacionais de ação”, permitiu propor esta

aproximação regional sobre diferentes aspectos do debate, identificando os atores sociais que participaram, os objetivos e temas discutidos e as principais conclusões sobre a pergunta étnico-racial. Para concluir destaco alguns aspectos importantes que sugerem a análise dos três congressos com respeito ao contexto transnacional em que se inscrevem os censos, projetando sua incidência nos âmbitos nacionais da Colômbia e do Brasil.

O primeiro aspecto se relaciona com a configuração de um cenário internacional favorável ao reconhecimento do multiculturalismo e as políticas para combater a desigualdade social a favor de populações negras. Vários elementos explicam esta situação. De uma parte está o surgimento de espaços de articulação de atores interessados no tema de populações negras, desde os quais circulam múltiplos discursos que procuram re-configurar sua identidade política. Estes espaços aparecem no âmbito institucional de alguns países latino-americanos, a partir das reformas multiculturais dos anos 1990, porém se consolidam no espaço transnacional a partir da III Conferência Mundial Contra o Racismo celebrada em 2001. Cabe destacar que as recomendações produzidas pela conferência são importantes como elementos concretos que vinculam o cenário transnacional e os Estados nacionais signatários da Organização de Nações Unidas.

De outra parte, desde os anos 1990, a desigualdade e a discriminação racial na América Latina foi um tema que progressivamente se incluiu nas agendas de organizações transnacionais e agências multilaterais, através da promoção de eventos e redes de trabalho em torno de determinadas representações e orientações de ação. López (2006) destaca o caso do Banco Mundial e o BID, agências que a partir de 1995 orientaram suas políticas e programas ao “alívio da pobreza” presente nos países da região, estabelecendo, desde então, uma relação entre pobreza, raça e origem étnica não muito bem explicitada, omitindo assim as particularidades históricas em cada país ao mesmo tempo em que se promove uma nova leitura sobre a pobreza como problema social na América Latina. Estes elementos assinalados se associam também com uma maior mobilização de organizações negras nos anos 1990, motivada pelos espaços de articulação e participação nos âmbitos nacional e transnacional, e contando com o apoio de atores globais que buscam fomentar a mobilização social e a construção de redes de organizações sociais nos âmbitos local, nacional e transnacional. Todos estes fatores se articulam, permitindo estruturar um espaço transnacional onde temas

como o multiculturalismo e as políticas de reparação (do tipo ação afirmativa, por exemplo) para populações negras passam a constituir “valores globais” no sentido em que os Estados nacionais são avaliados a nível internacional no cumprimento destas disposições (López, 2006).

O segundo aspecto a destacar, é que o estudo dos três congressos sobre censos e grupos étnicos permitiram-me utilizar o conceito de “contextos “transnacionais de ação” (CTA) como uma proposta analítica para compreender o cenário atual do multiculturalismo na região. Um dos elementos que definem os CTA e que resulta claramente nos três congressos, é que são articulações de diversos atores sociais interessados em temas que não estão circunscritos a um Estado nação particular e onde as relações de poder preexistentes ficam intactas. Os congressos foram propostos como espaços horizontais de participação dos diversos atores sociais interessados na inclusão das populações étnicas nos censos e outras fontes de informação estatística dos países latino-americanos. No entanto, o estudo de três congressos permitiu entender que eles constituem um campo de disputas de atores sociais com graus diferentes de poder, onde os servidores públicos do Estado e os atores globais se encontram em posições diferenciadas frente às organizações da sociedade civil. Atores globais como o Banco Mundial, o BID e a CEPAL tiveram um papel determinante nos congressos por financiarem o evento, definirem objetivos e temas de trabalho, convocarem as instituições estatais que consideraram pertinentes e decidirem os parâmetros para a participação de representantes de organizações da sociedade civil e da academia. Os servidores públicos das instituições estatais convocadas a participar nos congressos, principalmente instituições nacionais de estatística e instituições encarregadas de trabalhar com populações étnicas, sempre superaram em número a participação de representantes de organizações da sociedade civil. Aliás, se a estes somamos a participação de representantes de atores globais nos congressos, se evidencia um grande desequilíbrio entre os atores participantes, não só quanto a posições de poder, também em termos de representação efetiva, conduzindo a que os Estados nacionais e os atores globais atuem como autoridade na definição dos métodos e procedimentos que se legitimam no marco destes congressos.

Isto nos leva a outro elemento característico dos CTA, que constituem fundamentalmente instâncias de formação de opinião e de vontade política sobre temas que, em geral, só podem ser objeto de decisões vinculantes politicamente em

contextos nacionais específicos. O estudo dos textos dos congressos mostrou como progressivamente as conclusões e recomendações atingidas se constituíam em lineamentos para serem adotados nos âmbitos nacionais. Os congressos do 2000 e do 2005 estabeleceram como objetivo principal avançar no debate em torno dos aspectos conceituais e operativos para identificar grupos étnicos, enquanto o congresso do 2008 se propôs atingir consenso sobre estes temas, procurando também impulsionar um plano de trabalho regional para gerar e analisar informação estatística relevante e promover a institucionalização do tema étnico nos sistemas estatísticos nacionais com a participação dos grupos envolvidos. Este propósito de incidir efetivamente no espaço nacional convoca os movimentos sociais e étnicos a demandarem aos Estados e às agências multilaterais para que ajustem suas políticas e programas, tendo como referência as recomendações legitimadas no cenário transnacional, atuando desse modo como mediadores e tradutores entre este e o âmbito nacional. O debate transnacional sobre censos y grupos étnicos também incide na re-configuração do cenário político nacional, a partir de uma lógica na qual as agências multilaterais propõem financiar projetos de equidade social para populações étnicas desde que os Estados elaborem diagnósticos (indicadores sócio-econômicos) que indiquem como intervir.

Finalmente, saliento que assim como determinados temas e procedimentos legitimados no contexto transnacional procuram ser vinculantes nos contextos nacionais, o estudo dos três congressos mostra que também ocorre o processo contrário, no qual a experiência específica de países como a Colômbia e o Brasil incide em alguns aspectos que configura o debate transnacional sobre censos e grupos étnicos. Um exemplo do primeiro caso, que poderia denominar-se “de acima para abaixo”, ou seja, do contexto transnacional ao nacional, tem a ver com a adoção de novas linguagens e campos semânticos. Passar de ser “negro” a ser “afrodescendiente” resume bem este movimento. O termo “negro” é de uso estendido na América Latina, ainda que com acepções diferentes em cada contexto nacional. Pelo contrário, o termo “afrodescendiente” que se legitimou no contexto das discussões prévias a Durban, constitui um conceito polissêmico que unifica a diversidade de experiências das populações negras nas Américas e se assume como um termo de pronunciamento político, associando-se com o processo descrito por Hall (2004) de produção de novas etnicidades. Cabe destacar que “afrodescendiente” foi incluído no sistema oficial de classificação étnico-racial da

Colômbia a partir do ano 2000. Pelo contrário, no Brasil, país onde existe uma tradição de auto-identificação a partir de categorias de cor e o sistema oficial de classificação racial não tem mudado muito desde 1940, “afrodescendente” não tem sido institucionalizado na linguagem oficial. No entanto, não só na Colômbia e no Brasil, senão que, de um modo geral na América Latina, o termo afrodescendente é agora de uso cotidiano em espaços como a academia e a mídia.

A incidência das experiências específicas da Colômbia e do Brasil (“de abaixo para acima”) na estruturação do debate transnacional sobre censos e populações negras, se dá a partir de determinadas perspectivas apresentadas por representantes de instituições estatais, militantes negros e acadêmicos. Chama a atenção a pouca relevância das instituições nacionais de censos da Colômbia e do Brasil no desenvolvimento dos congressos. No caso do DANE, há que mencionar que não conta com experiência consolidada no trabalho com populações negras na Colômbia. Por outro lado, é estranho que a participação do IBGE tenha se limitado ao tema do censo indígena, sem apresentar sua ampla experiência no debate respeito à variável cor/raça nos censos brasileiros. No entanto, a participação de servidores públicos de instituições encarregadas em formular e avaliar políticas para populações negras em ambos os países, introduzem elementos inovadores em relação às necessidades de informação estatística para definir políticas para combater a desigualdade e o racismo. A participação de militantes negros da Colômbia e do Brasil que estiveram vinculados com as campanhas de auto-identificação dos censos, universalizam a necessidade de determinadas formas de intervenção social nos censos que foram pensadas para contextos e com propósitos específicos. Por último, porém não menos importante, a participação de acadêmicos que na Colômbia e no Brasil foram pioneiros nos estudos sobre desigualdade racial, o que permite pensar que as metodologias e conceitos desenhados para a realidade de cada país podem se promover como paradigmas de análise sobre as relações étnico-raciais na América Latina. A afinidade destas perspectivas produzidas em contextos nacionais com os objetivos traçados pelos atores globais é um aspecto que se deve aprofundar como uma das chaves para entender a interação entre contextos nacionais e transnacionais na estruturação de dinâmicas sócio-políticas em torno das populações negras ou afrodescendentes na Colômbia e no Brasil.

Conclusões

Nesta dissertação analisei diversos aspectos relacionados com as dinâmicas sócio-políticas entre populações negras, surgidas durante os anos 1990, a partir do reconhecimento oficial do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. Os censos e as classificações raciais foram o objeto de estudo que me permitiram uma aproximação de duas dimensões específicas dos processos sócio-políticos multiculturais: a construção de identidades étnico-raciais entre populações negras e a forma como estas estão vinculadas na definição da política pública. Para concluir, gostaria de apontar alguns aspectos relevantes com respeito às perspectivas de análise adotadas na dissertação e seu aporte no estudo das dinâmicas sócio-políticas multiculturais entre populações negras na Colômbia e no Brasil.

Em primeiro lugar, destaco que o estudo dos censos e as classificações raciais, desde uma perspectiva diacrônica, permitiu entender a raça como uma construção sócio-histórica que foi (re)significada em cada sociedade, porém, sempre ocupando um lugar central nos relatos de nação na Colômbia e no Brasil. Longe de ser simples marcadores demográficos, censos e classificações raciais funcionaram em ambos os países como mecanismos importantes para o reconhecimento ou a exclusão política e social de populações negras, bem como para criar determinadas representações sobre as populações e a nação, o que legitimou e permitiu dar sentido às fronteiras étnico-raciais que caracterizam cada uma dessas sociedades.

Saliento que o emprego da perspectiva diacrônica me permitiu contextualizar a forma como a raça foi construída e significada em cada sociedade, bem como as transformações introduzidas, a partir do reconhecimento oficial do multiculturalismo, e o novo lugar da raça nos relatos de nação na Colômbia e no Brasil. Na década de 1990 se concretizaram as reformas multiculturais na América Latina, um movimento regional no qual a Colômbia e o Brasil se destacam por serem dois países com uma importante proporção de população negra, e onde se adotaram constituições multiculturais que outorgaram direitos específicos que redefiniram práticas sócio-políticas entre as populações negras. A partir do estudo dos censos e as classificações raciais avaliei a tensão que se expressa no sistema multicultural entre o reconhecimento da população negra na nação e a efetiva re-distribuição de benefícios políticos e sociais.

Também durante os anos 1990 adquiriram importância os atores globais no cenário político nacional e regional. Na América Latina as agências multilaterais de

financiamento incluíram o tema da raça e a pobreza como aspectos centrais de sua agenda. Durante a última década foram realizados eventos de caráter regional e mundial, onde temas como o racismo e a discriminação racial e a inclusão da variável étnico-racial nos sistemas estatísticos nacionais legitimam e posicionam a raça em novos postulados epistemológicos e semânticos que incidem nas práticas locais. O conceito “contextos transnacionais de ação” aproximou-me deste campo contemporâneo de estruturação das dinâmicas sócio-políticas do multiculturalismo na Colômbia e no Brasil.

A partir da perspectiva transnacional, percebo que censos e classificações raciais refletem e ajudam a configurar o debate internacional em torno do reconhecimento do multiculturalismo e as políticas para combater a desigualdade social a favor de populações negras. Também permitiu uma aproximação com as novas articulações que surgem entre diversos atores sociais interessados na inclusão da diversidade nos sistemas estatísticos nacionais, entendendo que os censos servem a distintos interesses políticos que, muitas vezes, estão além do dado estatístico. As demandas em torno à raça se legitimam neste cenário transnacional, procurando-se a participação horizontal dos diferentes atores envolvidos, mas onde as hierarquias de poder pré-existentes continuam definindo os argumentos centrais do debate.

Empregou-se também uma perspectiva de estudo comparada com o propósito de caracterizar dois sistemas sociais diferentes de relações étnico-raciais. Considero que o estudo das experiências da Colômbia e do Brasil oferece um panorama geral do modo como foram construídas as sociedades latino-americanas e o lugar da raça e os grupos racializados nela. O estudo dos censos e as classificações raciais permitiram entender as diferenças no modo como tem se conceituado a raça, e como foram racializadas as populações negras em ambos os países, em contextos sócio-políticos onde a raça tem funcionado de modo semelhante como um elemento estruturador da ordem social. Neste sentido, destaco que censos e classificações raciais permitiram compreender o que é a raça e seu lugar nas relações sociais em cada um desses países. Por outro lado, na Colômbia e no Brasil, e em geral na América Latina, censos e classificações raciais são fundamentais para combater a desigualdade e o racismo e consolidar o multiculturalismo.

A vinculação destas três perspectivas de análise (diacrônica, transnacional e comparada) permitiu-me uma aproximação a diversas dimensões de interesse com relação à maneira como se estruturam as dinâmicas sócio-políticas entre populações negras no sistema multicultural. Implicou também algumas dificuldades, em particular com respeito aos meus conhecimentos de contexto sócio-histórico brasileiro em comparação com o colombiano, o que supõe algumas limitações nas possibilidades de análise e crítica das fontes primárias estudadas. Outra dificuldade foi a escrita de uma dissertação sintética, que pudesse dar conta do objeto de estudo, mas sem estender-se em detalhes, considerando que me interessa, principalmente, por processos sócio-políticos contemporâneos em torno do multiculturalismo. Estas perspectivas empregadas também permitiram pensar em novos campos de estudo, a partir da análise dos censos e as classificações raciais. Em particular considero importante as pesquisas que busquem desconstruir outros mecanismos de poder político dos censos, em particular sobre os processos de subjetivação que sobejassem na maneira como se operacionaliza e tabulam os resultados estatísticos. Um dos aspectos que considero de maior relevância para estudos posteriores, nos quais os censos e as categorias são fundamentais, tem a ver com a configuração de linguagens transnacionais e o modo como estes redefinem práticas e discursos em torno da raça e da etnicidade nas distintas sociedades.

Referências Bibliográficas

AGUDELO, Carlos. No todos vienen del río: construcción de identidades negras urbanas y movilización política en Colombia. In: Restrepo, Eduardo e Rojas, Axel (Orgs.). **Conflicto e (in)visibilidad. Retos de los estudios de la gente negra en Colombia**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004, pp. 173-194.

ALONSO, Ana Maria. The politics of space, time and substance: state formation, nationalism, and ethnicity. **Annual Review**, n. 23, 1994 pp. 379-405.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

AROCENA, Felipe. Brasil: de la democracia racial al estatuto de la igualdad racial. **Argumentos**, vol. 20, n. 05, 2007, pp. 97-115.

AROCHA, Jaime. La inclusión de los afrocolombianos ¿meta inalcanzable? In: Maya, Adriana (Org.). **Geografía humana de Colombia. Los afrocolombianos**. Santafé de Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1998, pp. 339-395.

AROCHA, Jaime. Afrocolombia en los años post-Durban. **Palimpsesto**, n.5, 2006, pp. 26-41.

BARBARY, Olivier e URREA, Fernando (Orgs.). **Gente negra en Colombia. Dinámicas sociopolíticas en Cali y el Pacífico**. Medellín: CIDSE-Univalle, IRD, Colciencias, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: P. Poutignat y Streiffe-Fenart, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998, pp. 185-227.

BOTELHO, Tarcisio. Censos e construção nacional no Brasil imperial. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, 2005, pp. 321-341.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 2: censo demográfico: população e habitação.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1956.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1960.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VIII Recenseamento Geral 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1970.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Dados gerais, Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, 1983.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991. Famílias e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1991.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

CAMARGO, Alexandre. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**, vol. 4, n. 3, 2009, pp. 361-385.

CARVALHO, José Jorge. Las tradiciones musicales afroamericanas: de bienes comunitarios a fetiches transnacionales. In: Arocha, Jaime (Org.). **Utopía para los excluidos. El multiculturalismo en África y América Latina**. Bogotá: CES-Universidad Nacional de Colombia, 2004, pp. 47-78.

CELADE-CEPAL. **Seminario Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina y El Caribe. Información Sociodemográfica para Políticas y Programas**. CELADE-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Comisión de Estadística de las Américas de la CEPAL, Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe, Gobierno de Francia, Fondo de Población de las Naciones Unidas, Centre Population Et Développement. Santiago de Chile: 2005.

CELADE-CEPAL. **Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: Hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina**. División de Población-CELADE, UNICEF, Fondo de Población de las Naciones Unidas, Comisión de Estadística de las Américas de la CEPAL. Santiago de Chile: 2008.

CHÁZARO, Laura. Imágenes de la población mexicana: descripciones, frecuencias y cálculos estadísticos. **Relaciones**, vol. 22, n. 88, 2001, pp. 15-48.

CNA. **Apoyo para la estrategia de socialización y sensibilización de la campaña "Las Caras Lindas de Mi Gente..."**. Informe Final. Conferencia Nacional Afrocolombiana, Proceso de Comunidades Negras, Movimiento Nacional Cimarrón, Asociación de Organizaciones de Comunidades Negras, Asociación de Alcaldes de Municipios con Población Afrodescendiente, Red Nacional de Jóvenes, Red Nacional de Mujeres Afrocolombianas, Federación de Municipios del Pacífico, 2006.

COLOMBIA. Dirección General de Estadística. **Resultado del Censo de Población levantado en 1905**. Bogotá: 1917.

COLOMBIA. **Censo General de La República de Colombia levantado el 5 de marzo de 1912**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1912.

COLOMBIA. Departamento de Contraloría. Dirección General de Estadística. **Censo General de La República de Colombia levantado en 1918**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1924.

COLOMBIA. Contraloría General de La República. Dirección de Censo. **Memoria y Cuadros del censo de 1928**. Editorial Librería Nueva: 1930.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Plan Nacional de Desarrollo de la Población Afrocolombiana. "Hacia una Nación Pluriétnica y Multicultural", 1998-2002**. Bogotá: DNP, 1998.

COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Documento CONPES 3310. Política de acción afirmativa para la población negra o afrocolombiana.** Bogotá: Consejo Nacional de Política Económica y Social, DNP, 2004.

COLOMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Colombia una nación multicultural. Su diversidad étnica.** Bogotá: Dirección de Censos y Demografía, DANE, 2006.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos. Teoria Social, Anti-racismo, Cosmopolitismo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DANE. **Memorias del Primer Encuentro Internacional Todos Contamos: Los Grupos Étnicos en los Censos.** Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Banco Interamericano de Desarrollo, Banco Mundial, 2000.

DANE. **Memorias del Taller de Evaluación de la Pregunta de Autorreconocimiento Étnico.** Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Banco Mundial, 2004.

DE LA CADENA, Marisol. ¿Son los mestizos híbridos? Las políticas conceptuales de las identidades andinas. In: de la Cadena, Marisol (Org.). **Formaciones de indianidad. Articulaciones raciales, mestizaje y nación en América Latina.** Popayán: Enviñón, 2007, pp. 85-120.

ESCOBAR, Arturo. Política cultural y biodiversidad: Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano. In: Uribe, María V. e Restrepo, Eduardo (Orgs.). **Antropología en la modernidad.** Bogotá: ICAN, 1997, pp. 173-205.

ESTUPIÑÁN, Juan Pablo. Afrocolombianos y el Censo 2005. Elementos preliminares para el análisis del proceso censal con la población afrocolombiana. **ib-Revista del Centro Andino de Altos Estudios**, n. 1, 2006, pp. 56-69.

FRIEDEMANN, Nina S. Estudios de negros en la antropología colombiana. In: Arocha, Jaime e Friedemann, Nina S (Orgs.). **Un siglo de investigación social: Antropología en Colombia.** Bogotá: Etno, 1984, pp. 507-572.

FRY, Peter (2005). **A persistência da raça. Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África austral.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo.** Madrid: Alianza Editorial, 1993.

GONZÁLEZ, Fernán e BOLÍVAR, Ingrid. Nación. In: Serje, Margarita, Suaza, María e Pineda, Roberto (Orgs.). **Palabras para desarmar.** Bogotá: Ministerio de Cultura, ICANH, 2002, pp. 327-40.

GROS, Christian. América Latina: ¿Identidad o mestizaje? La nación en juego. **Desacatos**, n. 10, 2002, pp. 127-147.

GUIMARÃES, Antonio S. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo: FUSP, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HELG, Aline. Constituciones y prácticas sociopolíticas de las minorías de origen africano: una comparación entre Colombia y Cuba. In: Arocha, Jaime (Org.). **Utopía para los excluidos. El multiculturalismo en África y América Latina**. Bogotá: CES-Universidad Nacional de Colombia, 2004, pp. 23-46.

HOOKER, Juliet. Indigenous inclusion/black exclusion: race, ethnicity and multicultural citizenship in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, n. 37, v. 2, 2005, pp. 285-310.

LÓPEZ, Laura. “**¿Hay alguna persona en este hogar que sea afrodescendiente?**”. **Negociações e disputas políticas em torno das classificações étnicas na Argentina**. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

McGRAW, Jason. Purificar la nación: eugenesia, higiene y renovación moral-racial de la periferia del Caribe colombiano. **Revista de Estudios Sociales**, n. 27, 2007, pp. 62-75.

NOBLES, Melissa. **Shades of citizenship. Race and the census in modern politics**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

OLIVEIRA, Jane Souto. “**Brasil: mostra a tua cara**”: **imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Textos para discussão, n. 6, 2003

PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz. Censo e Demografia. A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Sansone, Livio e Pinho, Osmundo (Orgs.), **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 25-61 .

PCN. **Las Caras de Mi Gente Negra. Campaña de autoidentificación Censo General 2005**. CD-ROM. Proceso de Comunidades Negras en Colombia, Movimiento Nacional Cimarrón, Conferencia Nacional Afrocolombiana, Organización de Comunidades Negras, MSD-USAIN-Colombia, Church World Service, Proyecto Planeta Paz, 2005.

PCN. **Y el chocolate espeso... Evaluación del Censo 2005 y la pregunta de autorreconocimiento étnico entre afrocolombianos**. Bogotá: Proceso de Comunidades Negras en Colombia, Church World Service, 2006.

PETRUCCELLI, José Luis. Estadísticas de clasificación y desigualdades raciales en el Uruguay. **Revista de Ciencias Sociales**, año XVIII, n. 22, 2005, pp. 115-20.

PETRUCCELLI, José Luis. **A cor denominada: estudos sobre classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. (col. Políticas da Cor)

PRIETO, Fabián. Una anatomía de la población colombiana: la técnica estadística en Colombia y el levantamiento del censo de población de 1912. **Memoria & Sociedad**, v. 9, n. 19, 2005, pp. 55-67.

SANSONE, Livio. Racismo sem Etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. **Dados**, vol. 41, n. 4, 1998, pp. 751-83.

SANT'ANNA, Wania. Não deixe a sua cor passar em branco. Responda com bom S/Censo. Uma experiência de intervenção social na realização de um Censo Nacional. In: CELADE-CEPAL. **Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: Hacia una**

construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina. Santiago de Chile: División de Población-Celade, UNICEF, Fondo de Población de las Naciones Unidas, Comisión de Estadística de las Américas de la Cepal, 2008.

SANT'ANNA, Wania. **Não deixe a sua cor passar em branco – o que esperar para o Censo de 2010.** Geledes, 2009. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/em-debate/nao-deixe-a-sua-cor-passar-em-branco.html>. Acesso em 05/02/2010

SEGATO, Rita. **La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de política de la identidad.** Buenos Aires: Prometeo Editores, 2007, pp. 37-70.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 26, 1994, pp. 67-80.

SKERRY, Peter. **Counting on the Census? Race, Group Identity, and the Evasion of Politics.** Washington, DC: Brookings Institution Press, 2000.

URIBE, Margarita. **Los grupos étnicos de Colombia: intentos de cuantificación y criterios para el censo 1993.** Bogotá: DANE, 1998.

VAN COTT, Donna Lee. **The Friendly Liquidation of the Past. The Politics of Diversity in Latin America.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

VANTOAN, José. **Cor, vulnerabilidade social, estatísticas e políticas públicas.** Dissertação, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1922). O Povo brasileiro e sua evolução. In: Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil realizado em primeiro de setembro de 1920.** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística.

VIDALES, Luís. **Historia de la Estadística en Colombia.** Bogotá: DANE, 1978.

WADE, Peter. Negros, indígenas e identidad nacional en Colombia. **Anuario de la asociación de historia latinoamericana de Europa.** Número especial. Imaginar la Nación. 1994, pp. 257-288.

WADE, Peter. **Music, Race and Nation: Música Tropical in Colombia.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 2002.

WADE, Peter. Etnicidad, multiculturalismo y políticas sociales en Latinoamérica: poblaciones afrolatinas (e indígenas). **Tabula Rasa**, n. 004, 2006, pp. 59-81.

WILLS, María Emma. De la nación católica a la nación multicultural: rupturas y desafíos. In: Sánchez, Gonzalo e Wills, María Emma (Orgs.). **Museo, memoria y nación.** Bogotá: Ministerio de Cultura, Museo Nacional, PNUD, IEPRI, ICANH, 1999, pp. 387-415.

ZAMBRANO, Carlos. La nación en transición. Dinámicas sociopolíticas del reconocimiento de la diversidad. In: Arocha, Jaime (Org.). **Utopía para los excluidos. El multiculturalismo en África y América Latina.** Bogotá: CES-Universidad Nacional de Colombia, 2004, pp. 231-260.